



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 87

IV Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 26 de Novembro de 1999

Presidente: *Deputado Humberto Melo (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Gomes)*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz (Substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Guilherme Pinto)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 15 minutos.

No **Período da Ordem do Dia**, continuou-se o debate iniciado no dia anterior sobre o **Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2000**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Guilherme Pinto (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*), António Almeida (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), João Greves (*PP*), Manuel Brasil (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Carlos Fraga (*PS*), Sandra Bessa (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*), António Meneses (*PSD*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Élio Valadão (*PS*), João Cunha

(PSD), José Francisco Fernandes (PSD), Herberto Rosa (PS), Natividade Luz (PS), João Carlos Macedo (PS), Fátima Sousa (PS), João Santos (PS) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para darmos início à chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José do Nascimento **Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da Natividade da Luz
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana **Carolina** Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco **Xavier** Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
José **Gabriel** Gomes da Silveira **Gonçalves**
José **Manuel** Avelar **Nunes**
José **Maria** **Bairos**
José **Ramos** **Aguiar**
Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**
Manuel Teixeira **Brasil**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos retomar os nossos trabalhos com o debate do Plano e Orçamento para o ano 2000.

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, eu tinha ainda inscritos o Sr. Secretário Regional que neste momento ainda não chegou e a Sra. Deputada Berta Cabral a quem concedo a palavra.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu prescindo da intervenção.

Presidente: Vamos retomar as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Pinto.

Deputado Guilherme Pinto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o VII Governo Regional dos Açores, no seu programa, considerou o Turismo, como um sector estratégico, capaz de gerar riqueza, potenciar o emprego e projectar os Açores no contexto nacional e internacional, fez a aposta certa.

Efectivamente, o Turismo tem ganho uma grande importância internacional nas últimas quatro décadas, colocando-se agora como a segunda maior indústria do mundo, e mantendo-se inalterável a tendência de crescimento verificada, prevê-se vir a alcançar o primeiro lugar no ano 2000.

As grandes linhas de actuação política expressas no Plano para 2000, assentam essencialmente na continuação e reforço dos apoios ao investimento privado, através dos diversos sistemas de incentivos de âmbito nacional e regional, com a finalidade de aumentar a quantidade e qualidade de oferta hoteleira, animação turística, bem

como, na dinamização de uma estratégia promocional que conduza a uma maior notoriedade interna e externa dos Açores.

O Plano para o próximo ano, prevê uma verba de 1.462.000 contos destinados ao desenvolvimento do turismo, e 1.068.371 contos para apoiar o investimento privado, o melhor de sempre.

Se tivermos em conta os projectos, que pelo seu volume se podem candidatar ao SIFIT, bem como as candidaturas aos sistemas de incentivo regional, podemos concluir que estão criadas as condições para que o investimento no Turismo ultrapasse os 4.000.000 de contos no próximo ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comparando os dados de 1998 e 1999, e só contando com os números nestes dois anos até ao mês de Agosto, por só termos dados estatísticos deste ano até aquele mês, já contamos com mais 21.085 hóspedes e 51.712 dormidas, o que significa que dos 166.511 hóspedes e 447.946 dormidas na Região em 1998, se projecta alcançar este ano mais de 200.000 hóspedes, correspondentes a mais de 500.000 dormidas.

Segundo o Serviço Regional de Estatística, de Janeiro a Agosto de 1999, tivemos mais cerca de 16% de hóspedes e dormidas em relação a igual período de 1998.

Quanto aos mercados emissores mais importantes, o maior peso continua a ser do mercado nacional com mais de 70%, seguindo-se a Alemanha, os Estados Unidos da América, Reino Unido, Países Nórdicos, França e Espanha.

Para este aumento do fluxo turístico, terá contribuído de maneira decisiva a criação de condições mais vantajosas de acessibilidade para o arquipélago.

Com efeito, a nova política de tarifário aéreo que entrou em vigor a partir de Janeiro deste ano, diminuindo substancialmente os custos das passagens, não só entre os Açores e o Continente, mas também, para as ligações inter-ilhas, conjugada com uma também inovadora política de transporte marítimo de passageiros, trouxe reflexos imediatos para o desenvolvimento deste sector.

A expressão correcta para caracterizar uma transformação tão rápida e profunda, com consequências tão importantes para a vida das pessoas é a de “Revolução dos Transportes”.

O Pavilhão dos Açores na Expo 98, que mereceu de todos quantos o visitaram os maiores elogios, terá também contribuído para o aumento da notoriedade nacional e internacional da Região Autónoma dos Açores.

Saliente-se também, a importância que assume neste contexto, a política promocional, que tem vindo a ser implementada pela Direcção Regional do Turismo, nas feiras de Turismo nacionais e internacionais.

Só neste mandato, em que apenas decorreram três anos, foram licenciados e entraram em funcionamento um total de 13 empreendimentos de turismo no espaço rural, prefazendo 51 quartos e 101 novas camas, quando em 1996, tínhamos apenas 14 unidades, com 83 quartos e 161 camas.

Ao nível da hotelaria no mesmo período, registam-se concluídas, ou com obra já em curso, a remodelação e ampliação de 7 empreendimentos, num total de 216 quartos e 418 camas, e a construção de 3 novas unidades, num total de 107 quartos e 248 camas.

Exceptuando o turismo no espaço rural, o alojamento particular e as hospedarias, temos em funcionamento ao todo na Região 59 unidades, totalizando 1955 quartos correspondentes a 3908 camas e 27 unidades de turismo no espaço rural, com 134 quartos correspondentes a 262 camas. Por conseguinte, existem em funcionamento na Região, 86 unidades, com 2089 quartos, correspondentes a 4170 camas, estimando-se alcançar nos próximos 3 a 4 anos 123 unidades, com 3854 quartos, correspondentes a 7786 camas, o que significa um aumento percentual em número de camas superior a 80%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se fala em turismo, estamos a falar de um sector de actividade em que a capacidade da oferta tem forçosamente de se adaptar às expectativas e interesses dos consumidores exigindo uma necessidade cada vez maior de se identificar com rigor e de forma sistemática os produtos turísticos regionais, bem como os mercados de origem turística, para sem empirismos se lançar uma política estratégica para se prosseguir um desenvolvimento sustentado e integrado, adequado à nossa escala e potencialidades.

Neste sentido, a Direcção Regional de Turismo já tem elaborado o Inventário dos Recursos Turísticos dos Açores, que no corrente mês de Novembro será informatizado.

Como definição de Recurso Turístico, entende-se que é todo o elemento natural, actividade humana ou seu projecto, capaz de motivar a deslocação de pessoas ou de ocupar os seus tempos livres e de satisfazer as necessidades decorrentes da sua permanência.

Constitui, por conseguinte, um importante suporte na promoção dos produtos turísticos regionais, englobando um vasto manancial de informação de interesse multisectorial a disponibilizar ao público, ao turista em geral, que pretende seleccionar as suas preferências e os seus gostos, bem como aos operadores turísticos e outras instituições públicas e privadas com interesse no sector.

Noutro âmbito, a abertura para breve do concurso público para a elaboração do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, irá dotar a Região com um instrumento de referência e orientador que explicita os objectivos e as estratégias de actuação para os diversos agentes envolvidos na actividade turística regional, quer públicos, quer privados.

Também decorrem estudos sobre as águas marinhas de turismo subaquático, preparação de um roteiro de mergulho de observação, e ainda de observação de cetáceos, com a finalidade de regulamentação específica da actividade.

Este último ponto leva-nos a duas áreas que se começam a definir de grande interesse para o desenvolvimento da actividade turística nos Açores.

Refiro-me à animação turística relacionada com o mar e a natureza.

O “Whale Watching” e o “big game fishing” são o exemplo de duas actividades marítimo-turísticas que conheceram um rápido crescimento, existindo já um número apreciável de operadores nestes dois ramos.

A observação de cetáceos, com especial implantação nas ilhas do Pico, Faial e São Miguel movimenta anualmente milhares de turistas que pretendem observar de perto os gigantes do mar e os sempre simpáticos e afáveis golfinhos.

Quando há apenas alguns anos Trevor Housby um dos mais famosos pescadores desportivos do mundo, classificou os Açores como “Um dos segredos mais bem

guardados do mundo”, não poderia imaginar o rápido crescimento desta actividade. Servida por uma frota de qualidade, a pesca desportiva atrai sobretudo às ilhas do Faial e São Miguel algumas centenas de pescadores que aqui se deslocam na mira de um novo record.

É também cada vez maior o número de turistas que nos visita com a finalidade de observar a natureza, o seu exotismo, com especial atenção para a riquíssima flora endémica, que alguns especialistas já classificaram como um verdadeiro santuário.

Porém, todos estes vectores que se começam a definir como a verdadeira essência dos Açores, obrigam a uma atenção cuidada, perante a forma de os usufruir e explorar.

Com efeito, o Turismo, em termos de oferta, deverá ser sempre pensado como uma actividade complexa e transversal que se insere numa extensa cadeia de actividades.

Deixamos para último lugar um aspecto que consideramos da maior importância para que se consigam alcançar rapidamente os níveis de qualidade de oferta turística. Refiro-me à formação profissional. É necessário atingirem-se níveis mais elevados de instrução e formação em diversos estratos profissionais ligados a este sector.

A par dos diversos cursos técnico-profissionais que já existem em funcionamento na Região, sugeria ao responsável pelo Turismo, que fossem criadas equipas itinerantes que ministrassem formação no domínio da hotelaria e da restauração, sobretudo nas ilhas onde não funcionam cursos desta especialidade, e os profissionais do ramo, por motivos de diversa ordem, estão impedidos de os frequentar.

Os Açores possuem um potencial turístico inquestionável. Os nossos argumentos perante a concorrência internacional serão o de preservar e salvaguardar os elementos que nos identificam e nos unem e simultaneamente nos distinguem perante outros.

Vamos ganhar a aposta no Turismo para bem dos Açores!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perito em criar expectativas, este Governo vai gerindo promessas, propagandeando anúncios, adiando realizações, enteando o povo. E o povo não tem outro remédio: vai vendo e ouvindo,...

Deputado Luís Resendes (PS): E votando!

O Orador: ... crédulo ainda, até que venha a descobrir a "marosca".

Vinte anos de oposição "imprimiram carácter" em quem nos governa e vai daí, toca de fazer oposição à oposição não importa onde, como e com quem. O "bota-abaixo" com que nos acusam está no carácter dos socialistas e nem "com água a ferver" pode ser apagado.

Deputada Sandra Bessa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os exemplos são muitos e vários a começar no Presidente do Governo e a acabar por exemplo num qualquer adjunto, assessor ou membro de conselho de administração... Tudo, tudo, com cobertura mediática exemplar.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Resendes (PSD): Vai começar o espectáculo!

O Orador: Até que saiba descodificar esta rósea mensagem, sibilina mas abundantemente divulgada, o nosso povo terá o que os socialistas quiserem. Enquanto for possível que a arrogância ameace esta Casa e aqueles que nela democraticamente tomam lugar, continuar-se-á a prometer muito e a cumprir pouco e boa parte do nosso povo, estará feliz e contente, porque as algibeiras tilintam, os juros são baratos, a inflação baixa, o rendimento mínimo é o que se sabe e o que se vê.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Muito bem!

O Orador: Pode o nosso futuro estar a ser hipotecado pela falta de definições estratégicas, pode o nosso presente estar falho de ideias e planos de desenvolvimento, podem dizer o que quiserem de um passado remoto ou mais recente, que lá vamos cantando e rindo... certos que os últimos a rir são os que o fazem melhor.

Deputado Luís Resendes (PS): Veremos!

O Orador: Li, recentemente, que o Plano para 2000 não pode ser apreciado por si, mas em conjunto com os planos de anos anteriores da responsabilidade do PS. Porquê? - Para somar muitas medidas, muitos projectos, muitos inícios de obras, muitas pequenas coisas que, antes não constavam nem de planos, nem de relatórios,

nem de balanços, nem de comunicados de conselhos de Governo, por serem tão pequenas as verbas ainda que tão importantes as obras! Para que fique tudo ao molho!

Se isto é verdade em relação a todos os Açores, a todas as Ilhas, é evidentíssimo no que ao Pico diz respeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui tivemos a oportunidade de fazer a apologia do desporto que se tem vindo a praticar nos Açores, no Pico concretamente, e dos bons resultados que se têm conseguido mercê dum devotado esforço de atletas, dirigentes e poder local. Não os vamos enumerar nesta sede nem sequer referir aqueles que tão grandes feitos têm conseguido nas corridas em patins, no hóquei, no futebol, no atletismo, no voley, no ténis de mesa... Com alguma projecção pública umas vezes, muitas mais no silêncio e no trabalho aturado de "carolas" das nossas freguesias que dão aquilo que têm, (tempo, dinheiro, transportes, equipamentos) para que os nossos jovens respirem saúde em sã competição.

Para tudo isto e para o crescendo que as actividades desportivas na nossa ilha vão atingindo, umas magras verbas por contrato programa não chegam...

O prometido Parque Desportivo do Pico, cuja primeira realização seria o campo de futebol relvado na Madalena, tarda. A Câmara Municipal tem, de há muito, o processo concluído para avançar. Aguarda a prometida resposta do Governo. Nada... Apesar de faltar um mês para o fim do ano, ainda não se cumpriu aquilo que os socialistas, em sede de votação do Plano para 1999, fizeram aprovar, ainda que em rodapé, para salvar a face depois de muito falarmos e escrevermos... "e no caso dos apoios aos recintos desportivos não oficiais será unicamente contemplado o parque desportivo da Madalena" (com a pressa passou, assim, mas nós entendemos que se queria falar do Parque Desportivo do Pico cuja primeiro passo é a construção do Campo Relvado da Madalena). É certo que não quiseram ou não puderam aqui quebrar a trilogia (parque desportivo do Faial é oficial, parque desportivo do Pico é não oficial segundo a persistente linguagem dos vários Planos).

Aguardamos uma redacção idêntica para este ano até porque são agora, 100.000 contos. Para que tenha concretização, esperamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Dinamização cultural no Pico tem sido obra das autarquias, das casas do povo, algum tanto do Governo, mas sobretudo das populações.

O número de pessoas ligadas a actividades culturais no Pico é muito grande. Executando e orientando temos alguns milhares de pessoas que semanalmente trabalham em prol do desenvolvimento cultural da terra em filarmónicas, tunas, grupos folclóricos e de teatro, grupos corais, etc.. Este é um trabalho voluntário, dum empenhamento a toda a prova, cujos resultados estão aí patentes. É só estar de olho aberto.

Os incentivos a estas actividades têm de crescer sob pena de se perder muita vontade e muito ânimo dos nossos adolescentes e jovens, mas também dos que dirigem e orientam.

A defesa e valorização do património cultural da nossa ilha, rico património, diga-se, até por referência ao levantamento que foi feito pelo Instituto Açoriano de Cultura com a colaboração do Governo nos três Concelhos, não se compadece com 52.000 contos distribuídos por acções tão importantes como a recuperação e reconversão do Convento de São Pedro de Alcantâra, Museu do Vinho - 2ª fase, aquisição e recuperação das casas dos botes, ampliação do Museu dos Baleeiros, recuperação e conservação de botes baleeiros e outros trabalhos - tantos trabalhos - para que a degradação não continue.

Da anunciada Casa da Cultura do Pico, do já divulgado apoio ao Projecto Científico da Biologia do Cachalote com a recuperação da Fábrica da Baleia das Lajes, do Forte de Santa Catarina, nada se vislumbra. E é cada vez mais preciso que se veja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo litoral das nossas ilhas se fixaram as nossas gentes. Mesmo ali, embrenharam-se na luta entre a terra e o mar. No litoral foram crescendo os aglomerados populacionais e, ao lento efeito erosivo, acrescentou-se a pressão da actividade humana. É, assim, que o litoral se torna uma zona sensível em termos ambientais pelo que merece as nossas mais profundas preocupações.

No Pico, a defesa da orla marítima das Lajes como medida ambiental e, também, de protecção de pessoas e bens está contemplada com uma verba que, três anos depois

do anunciado estudo de impacto ambiental de que ainda não se conhecem resultados, permite alimentar esperanças, moderadas esperanças, diga-se... Sinal + para o desassoreamento da lagoa, em curso.

Necessário se torna olhar para outras orlas marítimas algumas com degradação que vem de anos e pelas quais ainda nada se fez.

Aliás, em termos ambientais, para além dos protocolos com as juntas de freguesia para limpeza de ribeiras, alguns colóquios e videotecas e a instalação de uma direcção de serviços na Piedade, pouco ou nada se fez.

Todos os anos falamos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico - não confundir com a proposta para classificação como património mundial de alguns núcleos desta paisagem. Todos os anos falamos, também, da Montanha. Que se tem feito por uma e por outra? Continua-se a colocar no Plano umas poucas verbas para ir entretendo.

Já nesta Casa citei o Dr. Fernando Catarino que, em 1997, numa Semana de Estudos promovida pelo Instituto Açoriano de Cultura dizia: "o Pico é um verdadeiro laboratório vivo. O Pico é a jóia da coroa. Preservêmo-la...".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não era Ponta Delgada?

O Orador: Em termos ambientais, claro.

Reafirmá-lo-emos quantas vezes for preciso para que daqui se tirem as devidas consequências.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Ao fim de alguns anos, os deputados que passam por esta Casa fazem algumas afirmações que ficam como marca.

Eu penso que sou dono da "trilogia" e do "estilhaçar". Eu já ouvi algumas piadas por causa disso — e à laia de intróito — mas eu aceito com desportivismo, não há qualquer problema.

Gostaria de levantar aqui uma questão que eu considero importante para a nossa ilha — digo nossa, porque é minha, é dele e é de todos — ou seja, a questão do Parque Desportivo da Ilha do Pico.

O Sr. Deputado Manuel Azevedo diz que o parque não é oficial, enquanto que nas outras ilhas, como no Faial, o é.

Eu gostaria de perguntar o que é que ele entende por parque desportivo da Ilha do Pico?

Depois de ouvir a resposta, voltarei a fazer uma intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós é que temos que entender, por isso os senhores têm que explicar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Relativamente à questão da terminologia dos parques desportivos oficiais ou não oficiais, eu limitei-me a utilizar a linguagem dos planos.

Fala-se no Parque Desportivo de Ponta Delgada, no Parque Desportivo da Terceira e no Parque Desportivo do Faial, mas nunca se falou no Parque Desportivo do Pico.

O ano passado, os senhores inauguraram a terminologia de "parque desportivo não oficial" que corresponde ao parque Desportivo da Ilha do Pico, quando naquela notinha de rodapé justificativa, colocaram os 40 mil contos, únicos 40 mil contos, que estavam contemplados no plano para os recintos desportivos não oficiais e que eram para ser aplicados no Parque Desportivo da Madalena. Era assim que diziam.

Foi um lapso com certeza. Parque Desportivo da Ilha do Pico, cujo primeiro passo é o campo de futebol de relvado da Madalena.

Relativamente ao que é que eu entendo por Parque Desportivo do Pico, para mim é um conjunto de estruturas para o desenvolvimento desportivo daquela ilha, da nossa gente e para o desenvolvimento desportivo dos nossos jovens.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Há, naturalmente, algumas coisas que podem já ser incluídas nesse parque desportivo, mas falta realizar a maioria delas.

O primeiro passo, como está assumido no Pico por toda a gente, e aqui penso que não há divisões nem de presidentes de câmara, nem de deputados, é que a primeira realização — temos uma equipa que já há duas épocas está na 3.ª Divisão e parece que se vai manter, ou seja, o Futebol Clube da Madalena — seja o campo de futebol de relvado na Madalena.

Este é o primeiro passo, mas virão outros passos — naturalmente porque a ilha é grande — como mais campos de relvado se necessário, mais pavilhões, cobertura, por exemplo, de pequenos recintos desportivos para a prática de diversas modalidades que têm um desenvolvimento no Pico que é ímpar em comparação com algumas ilhas.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Apenas para dizer que eu também partilho de alguma maneira dessa ideia.

Sendo assim, penso que para a Ilha do Pico é de toda a conveniência que o que se fizer lá seja a nível municipal, com responsabilidade municipal e com o apoio do Governo.

É fácil fazer um Parque Desportivo no Faial. Faz-se na Horta e o problema fica resolvido.

Eu também já vi dizer, em comunicados do PSD, o campo de relvado no Pico para fazer na Madalena.

Eu acho que temos que atender à nossa realidade.

Nós temos três pólos. O Governo não pode fazer um parque desportivo na Madalena, outro nas Lajes e outro no Cais do Pico.

Para mim, o bom senso deve imperar nestas coisas e com bom senso, com o empenho das autarquias e o apoio do Governo, é possível o Pico ter em poucos anos três campos de relvado e três ou quatro pavilhões. Isso é importante para a ilha, não haver centralização.

Nós temos que compreender esta realidade.

Eu creio que se formos por este caminho, vamos pelo caminho correcto para benefício da nossa ilha.

Eu sei que há poucos dias foi entregue, pela Câmara da Madalena, o projecto do campo de relvado desta vila.

Hoje, por exemplo, o Sr. Secretário terá uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara da Madalena para tentar resolver o problema do protocolo, ou seja, as bases em que se deve fazer um protocolo para um campo de relvado que é municipal.

Eu creio que o Pico devia ter, pelo menos como base nas suas vilas e para bem da nossa ilha, um campo de relvado e um pavilhão, e vai ter. Aliás, na minha opinião, já tem na Madalena o melhor pavilhão dos Açores, que é excelente e tudo o que for para além disso, como por exemplo uma pista de atletismo, não deve ser uma em cada pavilhão, mas apenas uma num local, e noutro local um centro de estágio, de tal maneira que harmoniosamente se contemplasse a promoção desportiva da ilha.

Este é o meu entendimento e penso que não está em desacordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um esclarecimento em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Manuel Serpa e que se prende com dois aspectos.

Em primeiro lugar, não é Cais do Pico, é São Roque.

Em segundo lugar, as câmaras do Pico foram as que iniciaram processos internos para os seus parques desportivos municipais e no entendimento de que a qualquer momento poderiam haver apoios do Governo.

É isso que se tem feito, só que a Câmara da Madalena remeteu, no final do ano passado, uma proposta de contrato ARAAL e fiquei sabendo hoje que só passados 11 meses é que o Sr. Secretário ficou disponível para tratar do assunto.

Era apenas esta nota.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciarmos a nossa participação no debate sobre o Plano e Orçamento para o ano 2000, interessará colocar algumas questões, quer de enquadramento, quer referentes a factos com incidência directa na economia regional.

Os debates que nesta sessão já realizamos sobre importantíssimos temas económico-sociais que são específicos da nossa Região Autónoma vieram pôr em evidência algumas questões essenciais no presente e no futuro.

Desde logo, a evolução política que levou ao reconhecimento institucional de que se tem de diversificar, incluindo na política de rendimentos a compensação pelos custos da insularidade, inclui implicitamente o reconhecimento de que as tradicionais orientações de compensar esses custos através de intervenções nos custos dos transportes, e nos apoios às empresas, embora importantes, são claramente insuficientes.

Na sequência da constatação anterior, verifica-se que as orientações que são hoje essenciais exigem aplicações de meios financeiros públicos, por vezes vultuosos, abrindo-se sempre a contradição entre as novas necessidades e as metodologias anteriores e vigentes na sua utilização.

Estamos a discutir um Plano e Orçamento concebido, no essencial, pela metodologia que vigora desde o início do sistema autonómico, o que inevitavelmente significa que tem uma pequena maleabilidade e uma reduzida capacidade para dar algumas das respostas que o tempo de hoje e os problemas de hoje colocam.

Encarar o investimento público como uma larga e constante listagem de obras, foi sem dúvida uma imperiosa necessidade que o nosso enorme atraso impôs, mas o certo é que o elevado investimento realizado nos últimos 20 anos, com fundos regionais, nacionais e comunitários, sendo necessário, não foi suficiente para que a nossa Região entrasse, de forma clara, inequívoca e sustentada, num processo de desenvolvimento que nos faça superar distâncias e de algum modo "vencer" a ultraperiferia.

O certo porém, é que os sucessivos poderes regionais têm moldado o exercício do poder ao conceito e objectivos de investimento público instituído, sem que muito de

deliberado se faça para repensar as prioridades do investimento público, para repensar a gestão dos serviços públicos, adequando assim os meios disponíveis às necessidades de hoje.

Deixamos aqui o voto de que na próxima legislatura, na sequência aliás das medidas históricas tomadas esta semana, os órgãos de Governo próprio que vierem a ser instituídos pelo voto, tenham a vontade e a coragem de gerar essa evolução na concepção do Orçamento, na organização do Plano e na modernização da gestão dos recursos públicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com surpresa que recebemos, há dias informação de que deu entrada no Parlamento Europeu um pedido de rectificação do Orçamento da União Europeia para o ano 2000, no qual consta um corte de 2 milhões de Euros no POSEIMA.

Tal facto, que já motivou uma pergunta à Comissão da Deputada do PCP, Ilda Figueiredo, não deixa de ser preocupante e estranho, e obriga certamente a que sejam dadas explicações que sobre tal facto existam.

Este facto é estranho porquanto tem-se vivido, nos últimos dias, um ambiente no qual tenta passar a mensagem que as questões da ultraperiferia estão a ter uma evolução muito encorajadora.

Este facto é preocupante, na medida em que não são poucos os que defendem que há que reforçar de imediato o POSEIMA, a par de outras medidas, e afinal o que se vê é uma mera proposta de corte para o próximo ano.

Aproveito a referência a este tema para sugerir ao Governo Regional que seria de toda a utilidade que esta Assembleia fosse, urgente e pormenorizadamente, informada sobre a recente reunião de alto nível entre as regiões ultraperiféricas e a Comissão Europeia, pese embora o facto do Governo Regional dos Açores só ter estado representado a nível de Director Regional, conforme os relatos dos Órgãos de Comunicação Social.

É para nós absolutamente essencial que seja dada uma explicação cabal para esta questão e é importante saber se o Governo teve ou tem algum conhecimento deste facto e como é que o interpreta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi matéria de grandes referências nos Órgãos de Comunicação Social o estudo que o Governo da República encomendou a uma empresa belga (CEPS) sobre a situação da economia dos Açores.

Tendo desse estudo apenas os elementos e indicações que foram veiculadas por alguns Órgãos de Comunicação Social e as declarações posteriormente feitas por alguns governantes e especialistas, interessa mesmo assim referir alguns temas.

Será conclusão desse estudo que os Açores não têm uma estratégia global de desenvolvimento.

Há muito que, pela nossa parte dizemos, as orientações dadas ao vultuoso investimento feito nos últimos 20 anos, não garantiu que acedêssemos a um processo de desenvolvimento adequado à nossa situação de ultraperiferia.

Por outras palavras, pode inferir-se desta constatação que a estratégia global adoptada não foi a adequada ou, mesmo, não existiu.

O relatório diz, segundo aqueles que o citaram, que os Açores não estão condenados a ficar atrás do resto da União Europeia, do Continente e da Madeira.

Essa mesma afirmação fazemos nós há muito.

Quanto a soluções pensamos que, muito provavelmente diferimos do relatório.

Continuamos a pensar que é essencial que a União Europeia olhe para as Regiões Ultraperiféricas com situações de excepção, com regras próprias.

Pensamos que seria um erro gravíssimo procurar soluções padronizadas e descaracterizadoras da nossa realidade.

Pensamos que seria outro erro impensável deixar de pensar que a agro-pecuária e a agro-indústria correspondem a uma vantagem comparativa que temos e, como tal, tem que ter, na estrutura da economia o peso adequado e correspondente.

Pensamos que o desenvolvimento doutros sectores, nomeadamente o turismo, é essencial, mas sempre num quadro lúcido de consideração da necessidade de promover o desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região.

O relatório em questão pode vir a desempenhar a função correspondente ao objectivo da entidade que o encomendou mas não nos esqueçamos que, para além dele, há a realidade, há os interventores sociais e políticos, há o conhecimento que todos temos das nossas necessidades.

A União Europeia reconheceu a ultraperiferia, mas não parece muito vocacionada a tirar desse reconhecimento institucional todas as consequências.

A conjugação de esforços nesta área continua a nosso ver a ser uma prioridade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de registar que à volta deste Plenário da Assembleia Legislativa Regional, cuja ordem de trabalhos incluiu os custos de insularidade e o Plano e Orçamento para 2000, houve **movimentações político-sociais muito interessantes e próprias de uma democracia.**

De reuniões e plenários que elaboraram moções e pareceres, de movimentações que incluíram municípios e autarcas, a manifestações de trabalhadores e lavradores, tudo pôde ser visto com clareza.

A sociedade açoriana não está adormecida.

Os graus de exigência presentes na sociedade estão, felizmente, a aumentar.

As associações profissionais e os sindicatos estão a assumir, com determinação, o papel que lhes cabe.

Algumas questões absolutamente estratégicas são hoje bandeiras sociais de importantes faixas da nossa população.

Foram objectivamente importantes as manifestações sindicais da administração pública que tiveram lugar em Ponta Delgada a 19 e na Horta a 23.

Foi objectivamente importante a manifestação da lavoura faialense que ontem esteve na Assembleia.

A natureza estratégica das acções sindicais foi reconhecida pela maioria dos deputados e a reivindicação posta foi consagrada na forma correcta e no montante possível.

É preciso entretanto não esquecer, que para além de todas as palavras fáceis, o que a lavoura faialense veio aqui pôr — a construção da nova fábrica da Cooperativa — é, também um problema estratégico quer para o Faial, quer para os Açores, pois diz respeito à modernização do nosso principal sector produtivo.

A realidade nua e crua, embora tenha sido demagógicamente dito que o dinheiro que se vai gastar em consequência da legislação, aprovada nos últimos dias por esta Assembleia, dava para construir a fábrica,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E não dava?!

O Orador: ... é que o Governo não incluiu no Plano nem uma acção, nem nenhum tostão, para esse projecto.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

Deputado Herberto Rosa (PS): Não é verdade!

Estamos a tempo de rectificar isso, o que para nós é essencial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PCP/Açores é fundamental que neste debate sejam clarificados alguns problemas essenciais, um desses problemas é o da quota de leite, outro é o do conteúdo do PRODESA, documento já entregue e quase desconhecido.

Participamos nestes debates com a mesma preocupação de sempre. Contribuir para a construção do progresso.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Eu podia não estar bem atento, mas percebi que o Sr. Deputado ao referir-se a uma reunião recente que se realizou em Bruxelas relativamente às questões de ultraperiferia, terá, de alguma forma, criticado o Governo por estar representado ao nível do Director Regional.

Eu posso não ter percebido bem, por isso agradecia que me esclarecesse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que foi dito, Sr. Deputado, foi que de acordo com aquilo que vem na Comunicação Social, na última reunião em Bruxelas, o Governo Regional esteve representado a nível de Director Regional.

Nós fazemos uma afirmação, pura e simples, de acordo com aquilo que constatámos pela Comunicação Social.

Coloquei alguns problemas em relação a essa matéria.

O fundamental da minha intervenção é que era importante que o Governo Regional esclarecesse efectivamente o que se passou cá e é também importante o Governo Regional esclarecer, porque a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento Europeu uma proposta rectificativa do Orçamento para o próximo ano, em que são retirados 2 milhões de euros ao programa POSEIMA.

Numa altura em que nós consideramos a importância — e penso que aí estamos de acordo — do Programa POSEIMA, essa preocupação que aqui manifestamos da diminuição da verba contemplada para o ano 2000, na nossa opinião, é um aspecto importante no contexto europeu e que deverá ser aqui esclarecido durante este debate. Traz à colacção também um outro aspecto, o problema tão discutido das quotas leiteiras. Este é um assunto importante que julgo que deve ser trazido a este debate e, inclusivamente, faço uma referência ao PRODESA, documento que, como o Sr. Deputado sabe, já foi entregue e penso que deveria ser um documento conhecido de todos nós, mas julgo que ainda não é.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu uso da palavra para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Eu gostava de saber em que planos e em que acções é que estão inscritos os investimentos em fábricas já construídas, como a Fábrica da PRONICOL na Ilha Terceira, a Fábrica da UNILEITE em São Miguel e a Fábrica de Lacticínios da Ilha do Pico que já entrou em construção?

Em que planos é que estão inscritos os investimentos em hotéis?

Em que acções é que estão inscritos os investimentos privados para fábricas de transformação de peixe?

Portanto, eu gostaria de saber onde é que os investimentos privados estão discriminados e identificados como projectos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento à Câmara para que não fiquem dúvidas.

Relativamente àquilo que disse e ao conhecimento desta Câmara sobre as negociações em curso e tudo o mais que referiram, eu também estou de acordo que nós devemos participar nesse debate. Aí não existem quaisquer dúvidas.

Relativamente à primeira parte, gostaria de dizer que o Governo realmente estava representado por Directores Regionais, porque os Srs. Secretários Regionais estavam Terça-feira a trabalhar connosco, nesta Sala, na legislação importantíssima que aqui foi aprovada.

Foi essa a razão, com muita pena nossa e do próprio Governo, por que não estiveram presentes.

De facto, não era possível de modo algum estar presente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Em primeiro lugar, V. Exa. é que, a partir do momento em que faço a intervenção na tribuna, é convidado a esclarecer toda esta câmara se efectivamente tem ou não tem no Plano para o ano 2000, verbas para participar a execução da Fábrica Cooperativa da Ilha do Faial.

O Sr. Secretário tem que esclarecer, e era bom que conjuntamente com o plano viesse à discussão, todo o PRODESA que, como digo e repito, é de um conhecimento muito restrito, quando devia ser do conhecimento público e de um debate público. Inclusivamente não sei até que ponto é que não deveria ser de um debate nesta Assembleia, porque ele terá que fazer parte das acções, da programação e do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

É esta a matéria e quem tem que a esclarecer e discutir é V. Exa. e deixar de, por caminhos enviesados, querer chegar a conclusões que não existem.

V. Exa. sabe perfeitamente que, desde há muito tempo, ainda antes do senhor ser Secretário Regional, a Cooperativa do Faial vinha reivindicando inicialmente melhorias na sua fábrica. Posteriormente, reivindicou uma fábrica nova, mas a situação continua igual.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Não foi essa a pergunta que fiz!

O Orador: Eu não o consigo ouvir, Sr. Secretário. O aparte é tão baixo que eu não o ouço. Diga daqui a pouco para podermos entrar em debate.

Eu penso que estas coisas têm que ser ditas com toda a clareza...

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): É isso mesmo!

O Orador: ... alto e bom som, para podermos todos colocá-las em cima da mesa.

Deputado Mark Marques (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, ou seja, de que o Sr. Secretário não pôde estar, porque Terça-feira estava cá, a realidade é que o Sr. Secretário apresentou o seu projecto, o projecto da área das Finanças, na Quarta-feira, se a memória não me falha.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Isso estava na ordem do dia de Terça-Feira!

O Orador: De qualquer modo, essa é a gestão que entendeu fazer o Governo Regional. Essa foi a opção do Governo Regional.

O Sr. Deputado pode entender que foi a melhor do mundo, mas eu posso entender o contrário, ou seja, de que ela não foi a melhor, não foi a que devia ter sido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A razão pela qual o Sr. Deputado Paulo Valadão foi incapaz de responder ao meu pedido de esclarecimento — é usual de parte a parte pedir-se esclarecimentos sobre uma intervenção que foi feita e que eu gostava de perceber — é apenas porque não tem resposta para a pergunta que eu lhe fiz.

Por muito que vá vasculhar, por muito que vá ver em todos os planos, não encontra inscrito nenhum projecto da iniciativa privada.

O que o Sr. Deputado e todos os Srs. Deputados podem encontrar nos sucessivos planos, são inscrições das participações regionais em sistemas de incentivos de apoio à iniciativa privada e não projectos individuais.

É esta a resposta que o Sr. Deputado Paulo Valadão não quis aqui trazer, mas que em abono da verdade é necessário.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Está tudo aqui!

O Orador: O que o Sr. Deputado vai encontrar aí são investimentos públicos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário, no seu plano, tem que dar participações à iniciativa privada, no caso concreto a esta Cooperativa e, inclusivamente, tem que ser o intermediário entre os fundos europeus e esta Cooperativa.

Onde é que está a participação regional?

Será que o Sr. Secretário não quer que haja participação regional?!

No que se refere ao processo europeu, onde é que ele está, como é que ele está, há quanto tempo é que está?

Será que o Sr. não tem interesse nenhum em ver este projecto aprovado?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Paulo Valadão escusa de se excitar!

De facto, o Sr. Deputado tem a consciência de que está lá escrito.

Em todos os planos, no que respeita à indústria agro-alimentar, vai ao programa 2 e encontra lá o apoio às indústrias agro-alimentares, da mesma forma que encontra noutros programas apoios aos sistemas de incentivos.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Faial, zero!

O Orador: Sr. Deputado, não está no desagregado...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Faial, zero!

O Orador: ... e sabe perfeitamente que não está.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Faial, zero! Está no programa 2!

O Orador: Não é Faial, Sr. Deputado. De ignorância chega!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das questões relacionadas com o projecto da Fábrica de Lacticínios do Faial, faria apenas a seguinte pergunta:

O projecto que foi entregue em 1997 pela Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Faial para a sua nova fábrica, vai ser aprovado pela Secretaria Regional no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio ou no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio?

Se for no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, gostaria de saber se esse projecto terá que ser reformulado ou não?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Prescindo, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: O Sr. Secretário não responde?!

Presidente: Eu não o posso obrigar!

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que fique registado no Diário das Sessões, é um documento público.

Também gostaria que ficasse registado que é este o comportamento do Governo que, sistematicamente, temos tido nesta Casa!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que também fique registado, eu responderei da tribuna em devido tempo.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que verificamos em relação à Fábrica de Lacticínios da Cooperativa de Lacticínios do Faial é exactamente igual àquela que verificámos nos últimos dias em relação ao acréscimo salarial, em relação à remuneração complementar e ao complemento de reforma.

O Governo Regional, e ainda bem que o faz assim, mercê das pressões — e ontem vimos aqui — dos agricultores do Faial, vê-se na necessidade de alterar aquilo que era o seu pensamento inicial.

Há um mês o Governo Regional não tinha no Programa 2, desagregado para a Ilha do Faial, e nos projectos onde poderiam ser contemplados a Fábrica, nada.

Repito: o Governo Regional no Programa 2, no que diz respeito às acções que poderiam participar a Fábrica, tinha 0 (zero), não exista absolutamente nada.

Neste momento, mercê da pressão dos agricultores, terá que transferir ou terá que entrar nos não desagregados para que essa participação seja contemplada. Esta é a realidade.

Ainda bem, Sr. Secretário, que mercê da manifestação dos agricultores, eles conseguiram vergar a sua disposição. Eles conseguiram que o Sr. Secretário entrasse no bom caminho e numa política em favor daqueles que reivindicam. Ainda bem.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou abordar nesta minha intervenção a problemática dos transportes marítimos e aéreos. Área difícil porque fatalmente não me vou lembrar de tudo o que foi feito, porque foram inúmeras as obras e acções realizadas. Alguma coisa certamente ficará no esquecimento.

Se há vector em que o Governo Regional investiu, política e financeiramente, foi no sector em apreciação cumprindo-se perfeitamente o que estava estipulado no Programa de Governo apresentado e aprovado nesta Assembleia. Sempre se teve em conta as pessoas, porque sempre foram importantes para o PS. Efectivamente, tudo o que se fez visou o bem estar dos açorianos, facilitando-lhes uma acessibilidade entre si mais rápida e eficiente.

Os investimentos nos transportes marítimos foram aplicados da forma mais variada, nomeadamente em infraestruturas.

Todos os portos sofreram beneficiações sendo de realçar, em relação às obras já concluídas, a ampliação do Porto da Casa na Ilha do Corvo, devendo-se relevar ainda as obras que decorrem na Marina de Angra do Heroísmo e da Horta, a recuperação dos Portos de Ponta Delgada, Vila do Porto, Praia da Graciosa e Porto da Horta.

Não podemos esquecer que se concluíram outras obras importantes como as gares de passageiros de S. Roque do Pico, de Velas de S. Jorge, a reparação do porto das Poças das Flores, assim como a reabilitação do Porto das Lajes das Flores.

Quanto a projectos em curso e que assumem papel importante e fundamental para a Região, realçamos as construções dos Portos de Recreio de Vila do Porto, Lages das Flores, Praia da Graciosa e Velas de São Jorge, assim como a ampliação do Porto da Calheta, o reordenamento do saco do Porto de Ponta Delgada e a construção de gares marítimas em diversos portos da Região. Muitas das obras mencionadas e outras que não estão mencionadas nesta intervenção, serão levadas a efeito pelas Juntas Autónomas dos Portos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Mas este Governo Regional não se poupa a esforços para melhorar a vida dos Açorianos e assim estuda a hipótese de reformular do regulamento de taxa das tarifas cargas marítimas (lembre-se que foi já aplicada uma redução de taxas relativa às cargas originadas nas nossas ilhas e com destino às mesmas), analisa a possibilidade de virem a existir transportes de passageiros, via marítima de e para Portugal Continental sempre, com o intuito de melhorar a prestação de serviços aos açorianos.

Por último, não podia deixar de referir — é uma coisa mínima mas é muito importante para as pessoas que vivem na Ilha do Pico — o facto de se estar a estudar

a possibilidade de vir haver locais próprios para transporte de doentes nos “Cruzeiros”

No que concerne ao transporte marítimo, não poderemos esquecer o êxito que tem sido o tráfego comercial de passageiros nas nossas ilhas.

Os Açores têm sido servidos desde 1996 por embarcações de diversas calados e diferentes tipos. Em 1996, o triângulo, Faial, Pico e São Jorge, utilizou o Trijet com sucesso mediático, mas ao que julgo saber com prejuízo financeiro. Mas sem dúvida que isso contribuiu para melhorar o transporte de passageiros nessa ocasião.

Mas se em 1996 o Trijet veio dar uma maior dinâmica no supracitado transporte marítimo, em 1997 com a vinda pela primeira vez Independência e o Iapetos, a verdadeira revolução foi iniciada.

Nesse ano o Independência navegou principalmente no Grupo Central e ligando São Miguel ao restante arquipélago. A lotação máxima desta embarcação era de 244 pessoas, enquanto o Iapetos transportava 150.

Não poderei deixar de referir o serviço prestado pelo Iapetos, um hidrofoild que foi utilizado principalmente no transporte de passageiros entre São Miguel e Santa Maria. Se esta embarcação não foi a ideal, para os marienses foi o consolidar “do desenvolvimento da ilha na vertente turística”, utilizando o mar, pedido que vinha a ser formulado, quer pela autarquia, quer pelos deputados eleitos pelo PS, ao longo dos anos

Mas se em 1997 o número de pessoas foi bom e trouxe benefícios, o ano de 1998 superou o ano referido. Nesse ano o Independência e do Lady of Man transportaram 57.086 passageiros e 3411 viaturas. Foi sem dúvida a grande revolução do transporte marítimo de passageiros. Bem haja este Governo que tudo fez para que o sonho de algumas ilhas se tornasse realidade.

No corrente ano as expectativas foram totalmente ultrapassadas verificando-se que houve um aumento muito significativo na ordem dos 42,8%. Os passageiros foram para mais de 81.000, contra os 57.086 do ano anterior e as viaturas chegaram a 7530, contra as 3411 transportadas em 1998 verificando-se um aumento percentual de 120,7%. Foram utilizados o Golfinho Azul e o Cachalote, que além de servirem,

essencial e principalmente, para transporte de passageiros, serviram também como Hotel em algumas circunstâncias especiais.

Os números são elucidativos e não enganam. Esta operação foi coroada de êxito e tudo se deve à determinação e clarividência deste Governo da Nova Autonomia.

O objectivo final na área dos transportes marítimos consiste em melhorá-lo, quer no arquipélago, quer no exterior, em ordem a ser obtido um verdadeiro desenvolvimento, sendo necessário prosseguir com a modernização dos portos açorianos, aumentar a eficiência e qualidade de serviços no tráfego de passageiros inter-ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por último, gostaria de reflectir e referenciar o que se passou com o Tráfego Aéreo Comercial, que obteve já resultados apreciáveis no ano 1998.

Em São Miguel houve um aumento percentual de 10,1%, na Terceira de 2,8% e no Faial de 5,3% o que se traduz em número de passageiros respectivamente de 554.129, de 387.330 e de 134.332.

Se em 1998 houve já um aumento significativo, contra as previsões dos mais cépticos, em 1999, com a entrada da SATA Internacional, esse acréscimo foi mais notório ainda. Tal facto, deveu-se principalmente à redução das tarifas quer para residentes, - 28,4% quer para não residentes entre 18.5% a 24% e também ao facto de ter havido um melhor serviço aéreo entre a Região e o Continente.

Os dados que possuímos referem-se até Agosto de 1999, mas os números reflectem um aumento, se compararmos os mesmos com os obtidos no ano transacto no mesmo mês. Assim, verificamos que em São Miguel houve um aumento de 12,4%, na Terceira + 5,9%, no Faial de + de 20.4% e nas Flores de + 12,9%, o que na realidade vem dar razão à aposta que este Governo tem feito na área do turismo e do transporte aéreo.

É de recordar que o tráfego inter-ilhas também sofreu redução nas tarifas tendo aumentado obviamente o número de passageiros que viajaram nos aviões da SATA AIR AÇORES.

A partir daqui haverá um investimento na beneficiação de aerogares e aeroportos, de relevar a pista do Pico, será feita uma aposta noutros mercados e serão colocadas a

concurso público as rotas inter-ilhas, entre outras, como apoio para melhoria nos aeroportos e definir as obrigações para o transporte aéreo regular na Região de forma a assegurar as ligações, como eficácia e qualidade.

São estes os vectores estratégicos para os transportes aéreos, que nos garantem uma permanente melhoria neste importante sector para a nossa Região.

Por tudo o que foi dito e por aquilo que fez e fará este Governo pelos transportes, quer sejam aéreos ou marítimos, não temos dúvidas em votar favoravelmente este Plano para 2000.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como pela primeira vez nesta Casa não se levantaram os Srs. Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge, para tecerem considerações relativamente aos transportes, gostaria de prestar a seguinte informação:

Ao nível dos transportes marítimos de passageiros, registou-se um volume de embarque no porto das Velas de São Jorge, superior a 13 mil passageiros e de viaturas ultrapassou as 900.

Isto quer dizer que, dos portos do triângulo, São Jorge foi a ilha que, de longe, teve maior tráfego de passageiros e de viaturas.

São Jorge está de parabéns!

Todos estamos de parabéns com isso.

O Governo está de parabéns pela inovadora forma como explorou o sistema de transportes na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Nota-se o agrado total!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pela última vez (quarta), nesta Legislatura é trazido para debate, a esta Casa, o Plano e Orçamento para o ano 2000.

Temos perante nós, documentos que "**deveriam**", merecer a máxima confiança, por parte desta Assembleia.

Documentos que "**deveriam**" orientar o Governo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores em todas as suas áreas, para assim poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar da população Açoreana.

Digo "**deveriam**", porque este Plano e Orçamento para o ano 2000, à semelhança dos anos anteriores (1997, 1998 e 1999), apresentados por este Governo do Partido Socialista, puseram e continuam a pôr em causa o desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região Autónoma dos Açores com particular destaque para a Ilha de São Jorge, aquela que representa o círculo eleitoral que me elegeu.

Mas o "**descrédito**" destes documentos advém pelo facto de, apesar de ser notória a discrepância existente entre o que foi prometido em 1996, pelo Partido Socialista e o que se tem vindo a contemplar nos sucessivos Planos e Orçamentos, o pouco contemplado "**simplesmente desaparece**" destes documentos. Vejamos apenas três exemplos:

1 - Um novo matadouro para a Ilha de São Jorge, no valor orçado em cerca de 300 mil contos. Contemplado no Plano e Orçamento de 1997.

Desapareceu !!!

2- Remodelação e beneficiação da Aerogare de São Jorge.

- 10 mil contos orçados em 1998

- 1000 contos orçados em 1999

Desapareceu !!! E não se fizeram as obras !!!

3- Protecção da Orla Marítima.

- 30 mil contos orçados em 1999

Que protecção foi feita?! Onde?!

Mais uma verba que desapareceu!!!

Deputado João Cunha (PSD): O dragão comeu!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista e o seu Governo, passaram assim 3 anos a gerir a sua imagem e com um discurso de permanente campanha eleitoral.

Tentam passar a mensagem aos Jorgenses de que o ano 2000 será o ano "AGORA SIM, CHEGOU À VOSSA VEZ".

Não é com este Plano e Orçamento que o futuro próximo da Ilha de São Jorge será risonho.

O Povo Jorgense sempre soube e sabe o que quer e tem sabido avaliar.

Com este Plano e Orçamento para o ano de 2000, o Partido Socialista passou assim os 4 anos da sua Governação, sem que deixe pelo menos uma obra que marque a "ERA SOCIALISTA" naquela ilha.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Vai ter o porto da Calheta!

O Orador: Não vou afirmar que este Governo não fez nada.

Mesmo nada!!!

Um Governo assim, sem fazer nada, mesmo nada, seria péssimo e este é apenas **mau!!!**

Mau Governo, porque prometeu muito em 1996 para os 4 anos seguintes e pouco ou nada fez.

É verdade que os transportes marítimos de passageiros, funcionaram razoavelmente bem este ano.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Razoavelmente?!

O Orador: É justo e correcto afirmá-lo. Oposição responsável, é assim, Sr. Deputado.

É verdade que o Governo do Partido Socialista tem dedicado alguma atenção ao sector social, embora uma vez para garantir a dignidade de vida ao cidadão e outras para garantir o "voto".

Mas não é menos verdade que este mesmo Governo, em relação à Ilha de São Jorge, não fez (e pelos documentos que nos apresentam), não irá fazer grandes obras do sector público, que há muito vêm sendo prometidas por este Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Senão vejamos:

TRANSPORTES TERRESTRES E MARITIMOS.

Na área dos transportes e em relação às Estradas Regionais, estes documentos contêm verbas muito "exíguas", apenas 75.000 contos para o muito que há ainda para fazer.

Exemplos:

- Acabar a obra da estrada do Norte da Ilha.
- Pavimentação e Correção do troço Aeroporto - Urzelina.
- Pavimentação do troço Outeiro da Ponta - Ponta dos Rosais.
- Pavimentação do troço Urzelina-Terreiros-Manadas

Em relação a Infraestruturas Portuárias, o Partido Socialista levou, de ano em ano, a anunciar que seria no ano seguinte.

Refiro-me ao Porto de Recreio das Velas.

Um empreendimento importantíssimo e ligado ao turismo, sendo mais uma forma de criar empregos que permitam fixar os jovens em São Jorge.

A verba inscrita no Plano e Orçamento para este empreendimento encontra-se em conjunto com mais três do género. Referente a mais 3 ilhas.

Apenas 38 mil contos.

Passaram-se 3 anos e estamos a caminho do quarto ano e o Porto de Recreio das Velas continua a ser uma "MIRAGEM".

Com certeza será mais uma oportunidade para o Governo do Partido, Socialista de acordo com o seu calendário eleitoral, fazer uma "operação mediática", sobre este assunto, numa ida à Ilha de São Jorge.

Coisa que já nos vão habituando !!!

Ainda no sector dos transportes, mais uma infraestrutura que necessita ser ampliada e remodelada, é a aerogare de São Jorge.

Penso que com o aumento de tráfego de passageiros que se tem vindo a notar naquele aeroporto é mais que urgente e necessário uma aerogare com tamanho e dignidade.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O projecto está a ser feito!

O Orador: Apenas estão contemplados mil contos para o ano 2000, e como já anteriormente referi em 1998, existiam 10 mil contos, que com certeza desapareceram à semelhança de outras verbas, que se perderam algures num "sacrossa".

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não estão lá!

O Orador: PESCAS.

Neste sector e à semelhança do ano anterior, estão contemplados 2.500 contos para os portos de pesca do Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes.

Insuficiente e insignificante esta verba !!!

Já neste ano de 1999, estão contemplados 2.500 contos para estes portos.

Pergunto:

Que obras fizeram no Porto do Topo?

Que obras ou que porto, fizeram na Fajã dos Vimes?

Para quando o arranjo da rampa de varagem do Porto das Velas ?

EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Este sector foi dotado, em 1999, com 262 mil contos, e agora no Plano e Orçamento para o ano 2000, apenas estão dotados 165 mil contos.

É deveras estranho que se verifique uma redução das verbas, porquanto ainda faltam fazer as grandes obras da Escola Básica Integrada do Topo, bem como a construção de uma nova escola nas Velas, ou seja, uma nova Escola Básica Integrada 2,3/S de Velas, para que a população estudantil e docente possa ter boas condições de trabalho e segurança no seu estabelecimento de ensino.

SAÚDE

O Programa 22 - Desenvolvimento do sistema de saúde, no seu projecto Aquisição de equipamento para Unidades de Saúde tem inscrito uma verba de 90 mil contos.

Faço votos e deixo aqui um apelo para que parte desta verba seja para a aquisição de um equipamento de Raio-X para o Centro de Saúde das Velas, porque os técnicos daquele Centro de Saúde o necessitam e os utentes bem o merecem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Social Democrata e eu, enquanto Deputado, não inventamos os problemas.

Os problemas continuam a existir não porque não sejam aqui trazidos, ou de outra forma debatidos e denunciados, mas sim devido à inércia, desleixo e incapacidade deste Governo os resolver.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Convém lembrar, principalmente àqueles que se esquecem por conveniência, que todos os assuntos aqui levantados foram promessas do Partido Socialista, para com a Ilha de São Jorge, para o mandato 1997-2000.

Não estamos (como V^{as}. Ex^{as}. costumam) a fazer demagogia.

Estamos sim a fazer o papel responsável, de uma oposição responsável e eu enquanto deputado irei lembrar e relembrar ao Governo do Partido Socialista, todos os dias, três vezes ao dia, das promessas ou cumprimentos eleitorais para com os Jorgenses.

PORQUE ASSIM FUI MANDATADO !!!

Disse.

Deputado Victor Cruz (PSD): E disse muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

V. Exa. no passado não lia as propostas dos planos e orçamentos do seu Governo e agora lê mal.

Há pouco, na tribuna, o Sr. Deputado dizia que, ao nível das estradas, este plano só contemplava 75 mil contos.

Sr. Deputado, as propostas de plano e orçamento para 2000, no âmbito das estradas, têm orçamentados 177 mil contos e não 75 mil contos. Leia por favor o plano em condições para saber o que é que deve dizer naquela tribuna.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

O Orador: Sr. Deputado, se a memória não me falha o senhor não fez nenhuma intervenção na discussão das propostas de plano e orçamento para 1996, mas quando eu reclamava naquela tribuna em relação ao porto do Norte Grande, um colega seu dizia o seguinte:

"Quanto à questão do porto do Norte Grande, como V. Exa. bem sabe, é um porto de recreio e não um porto de pesca, uma vez que não tem lota nem pescadores matriculados. Não sei se V. Exa. sabe deste caso.

Gostava que V. Exa. me esclarecesse este assunto para não fazer um retrato miserabilista de São Jorge conforme o fez".

Foi esta resposta que me deu um colega seu de bancada, eleito pelo mesmo círculo eleitoral, naquela tribuna em 1996.

O Sr. Deputado Mark Marques falou de ambiente.

O último plano de 1996 do PSD tinha a exígua verba para o ambiente de 2000 contos.

Este plano tem a importância de 61.210 contos. É um aumento de 3000%.

(Risos da Câmara)

O que é que isto significa para si, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado não deu nota que esta proposta de plano e orçamento para 2000...

Deputado Mark Marques (PSD): Tem mais que o ano passado. Não é? Diga lá!

O Orador: ... tem uma verba de 116 mil contos para a Casa de Matança. O Sr. Deputado não leu isso?

Um dia, preocupado com o estado de degradação em que se encontrava o parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico, onde inclusivamente existiam tectos escorados, levantei essa questão nesta tribuna, para ver se eles não caíam em cima das crianças.

O Sr. Deputado recorda-se do que me disse nessa altura?

"Eu tenho uma filha no concelho da Calheta e sei como é que se encontra o parque escolar. Ele não se encontra da forma como o Sr. Deputado apresentou."

Sr. Deputado, eu tinha visitado a escola da sua filha e para esse efeito fiz 60 Km. O Sr. Deputado morava ao lado e não conhecia o estado de degradação da escola que a sua filha frequentava.

Deputado Mark Marques (PSD): Pelo amor de Deus!

O Orador: O Sr. Deputado desconhece que este Governo fez um investimento bastante significativo ao nível da reabilitação do parque escolar de São Jorge.

O Sr. Deputado desconhece que o processo para a Escola Integrada do Topo está, neste momento, em bom andamento e será uma obra executada no próximo ano?

Deputado Mark Marques (PSD): Vai ser executada?!

O Sr. Deputado já há 3 anos que diz isso!

O Orador: Durante 20 anos os senhores negaram a construção de uma escola no Topo.

O Sr. Deputado preocupou-se muito com o estado das estradas regionais de São Jorge e com essa verba que dizia que existia para esse efeito.

Deputado Mark Marques (PSD): E o Sr. Deputado também dizia!

O Orador: O Sr. Deputado, por exemplo, nunca se preocupou com um troço de estrada que esteve a concurso em São Jorge, onde o empreiteiro nunca teve uma máquina e nos documentos contabilísticos, nomeadamente em relatórios de execução e em outras brochuras da responsabilidade do Governo Regional, está lá como se efectivamente a obra tivesse sido feita por esse empreiteiro. Inclusivamente, o empreiteiro recebeu indemnizações por uma obra onde nunca teve uma máquina.

O Sr. Deputado nunca se preocupou com essas questões. Nessa altura não estava aqui para defender os interesses do povo que o elegeu?!

Deputados Francisco Oliveira e Luís Resendes (PS): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado não encontrou verbas no plano para, no próximo, se levar por diante a reabilitação do troço da estrada regional entre o nó da Urzelina e o aeroporto de São Jorge. Estão lá e essa estrada vai ser adjudicada muito brevemente.

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Deputado já dizia isso o ano passado e há 2 anos!

O Orador: O Sr. Deputado desconhece que estão a ser executadas obras no troço entre o aeroporto e a Vila das Velas?

O Sr. Deputado desconhece que está em conclusão as obras daquele troço que muitas vezes levantou aqui nesta Assembleia, por uma questão que eu bem sei qual foi, dentro do aglomerado populacional de Santo António?

Sr. Deputado, eu vou ficar por aqui para não me alongar mais com este tipo de conversa, porque as pessoas sabem o que é que se está a fazer em São Jorge...

Deputado Mark Marques (PSD): Pois sabem!

O Orador: ... e sabem qual foi a postura que os senhores tiveram nos anos anteriores relativamente àquela ilha.

Muito obrigado.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em intervenções anteriores foi referido aqui, e muito bem, o desenvolvimento que tem havido no que se refere a transportes marítimos em quase todas as ilhas, e com o qual eu estou de acordo.

Porém, não concordo com o conceito de desenvolvimento harmónico em que a Ilha do Corvo vai ficando excluída neste novo melhoramento de transportes marítimos.

No meu entender, os corvinos estão pagando os mesmos impostos que qualquer outro açoriano, para que os barcos da Açorline cheguem a todas as ilhas, dando assim mais desenvolvimento turístico, como este sector tem proporcionado e em que todos apostam nesta Região.

Uma vez que o barco da Açorline está cerca de 3 dias encostado ao porto das Lajes das Flores, não haverá o direito de em vez de ele estar ali parado...

Deputado Herberto Rosa (PS): Não é verdade!

O Orador: Tenha calma que também vai chegar à sua vez! Quando o Sr. Deputado faz as suas intervenções eu não pronuncio apartes embora eles sejam regimentais.

Eu sei que os senhores ficam nervosos quando se levantam estas questões e por isso estão a utilizar os apartes. É esse o problema.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Pois, isso dá um susto!

O Orador: Não. Não é susto. Eu não estou aqui para assustar ninguém.

Eu estou aqui para defender aquilo que os corvinos acham que é justo e por isso deixo a reflexão a esta câmara.

Mas na linha do que eu estava a dizer, se os corvinos pagam os mesmos impostos que qualquer açoriano, por qual a razão que aquele navio, pelo menos um dia, não fica fundiado ao largo do Corvo, uma vez que é uma aspiração de muitos passageiros que navegam nesse barco e que já me demonstraram esse interesse, para que possam visitar a ilha do Corvo, dando assim um impacto ao turismo daquela ilha?

Eu sei que o senhor argumenta a falta de segurança. Eu sei que a resposta é essa, mas quantos e quantos anos, nesta Região, se operou desta forma?

Alguma vez esteve a segurança de alguém em causa? O senhor indique-me quando é que esteve em causa a segurança?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não é possível!

O Orador: Não é possível?

Então se não é possível, Sr. Secretário, o senhor tem a obrigação de encontrar uma solução para que isso se torne uma realidade.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Só se for uma caravela!

O Orador: É para isso que o senhor está no Governo.

Nós estamos a falar em desenvolvimento harmónico de todas as ilhas. A Ilha do Corvo faz parte desta Região e tem sido sempre votada e esquecida ao longo de muitos anos.

Nós estamos na viragem do milénio. Estamos na altura de colocar a Ilha do Corvo ao nível das outras ilhas da Região.

Nós sabemos que vivemos numa ilha pequena, mas o Sr. Secretário tem que encontrar soluções adequadas para aquela ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu apenas vou intervir para fazer duas precisões em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado António Gomes.

O Sr. Deputado refere que houve um deputado de São Jorge que falou no caso do Porto do Norte Grande, afirmando que ele era um porto de recreio. Eu é que coloquei

esse caso nesta Casa, porque realmente, nessa altura, não havia lá pescadores matriculados.

Mas em relação a esse caso, já pela terceira, quarta ou quinta vez eu acabei por dar razão ao Sr. Deputado. Portanto, esta não é a primeira vez, já o fiz antes, porque tenho a humildade suficiente para reconhecer os meus erros, aqui ou em qualquer parte do mundo, coisa que o Sr. Deputado não tem, porque se tivesse não "engolia essa cassete" e não estava constantemente a repetir.

Aliás, essa é a tática do seu Governo e do seu partido que só sabem falar duas ou três coisas e não têm inteligência para falar de outras coisas diferentes.

Deputado António Gomes (PS): Tenha cuidado para mais tarde não lhe faltar a inteligência!

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado, quando V. Exa. referiu os transportes, afirmando que este ano tivemos um serviço muito melhor em São Jorge, é verdade. Não há dúvida nenhuma.

No entanto, gostaria de saber daqui a um ano, dois ou três, quanto é que vai tocar "per capita" a cada jorgense, como está acontecer com a transportadora aérea regional que de 48.000 contos, toca 4 contos e tal per capita a cada jorgense, quer viaje, quer não. Isto é tudo muito bonito mas é preciso vermos no futuro.

Eu concordo que nós tenhamos que pagar. É evidente. Mas é preciso que se coloque, com transparência, as cartas na Mesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Eu não vou gastar muito tempo, porque o nosso Grupo parlamentar tem que o gerir bem, mas vou deixar apenas três palavras.

O Sr. Deputado preocupa-se muito com a minha forma de actuação. Eu julgo que não se deve preocupar com isso, mas sim preocupe-se — e este é um conselho de amigo — com o que é feito, com o que não é feito em São Jorge e preocupe-se sobretudo com o manifesto eleitoral que deve ter lá em casa — se não tiver, peça-me que eu tenho — que contém todas as promessas que foram feitas pelo vosso partido em 96.

Eu tenho esses documentos e com todo o gosto lhe entregarei uma fotocópia para ver que as minhas intervenções, desde 96 nesta Casa, se referem a assuntos prometidos pelo Partido Socialista para o mandato de 97/2000.

Como disse naquela tribuna, eu não invento os problemas. São situações que os senhores prometeram resolver e é isso que está aqui em causa.

Aqui, estão sendo criticados documentos apresentados pelo vosso Governo. Nós não estamos aqui a olhar para o passado.

Eu orgulho-me do meu passado pessoal, do meu passado político, mas fui eleito em 96 para defender o presente para o melhor futuro e é isso que nós estamos aqui a fazer.

O Sr. Deputado não respondeu nem deu, pelo menos, uma meia justificação de assuntos levantados naquela tribuna. Eu sei que não deu nem vai dar, porque o Sr. Deputado não tem resposta.

O Sr. Deputado diz que eu falei em ambiente, mas tudo o que disse ali em relação a esse assunto, foi para dizer que no ano de 99 havia 30 mil contos para a protecção da orla marítima que desapareceram.

Deputado António Gomes (PS): Já lá vamos!

O Orador: No que se refere à Baía de Santa Catarina, na Calheta, onde o Sr. Deputado vive, lá nada foi feito.

Na Avenida da Conceição, na Vila das Velas, também nada foi feito e no porto do Topo, que fica longe, mas o Sr. Deputado sabe porque de vez enquanto vai lá, não foi feita nenhuma obra.

Também em relação ao porto na Fajã dos Vimes, ou à construção de um porto, porque eu não conheço lá nenhum porto, o mesmo se verifica.

Há dias, o Sr. Secretário afirmou aqui que obra da Escola do Topo só estaria pronta para o ano 2001. O Sr. Secretário vai além de um Plano a Médio Prazo que não chegou a existir.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sempre esteve prevista.

O Orador: No tempo, os senhores não estão a cumprir.

São esses valores, são essas promessas que estão aqui a ser julgadas.

O Sr. Deputado não venha para aqui falar em coisas anteriores a 96.

Se o Sr. Deputado quiser viver no passado, o problema é seu. Eu quero viver o presente e defender o presente para ter um melhor futuro.

Em relação às estradas, o Sr. Deputado faz sempre aqui uma dança de palavras afirmando que haviam verbas. Acontece, que um pequeno troço de 1.350 metros esteve mais de um ano parado.

As obras estão a ser feitas a um ritmo lento, mas estão a ser feitas. Eu não disse o contrário.

Eu sei que há uma obra de taludes que está a ser feita entre o aeroporto e as Velas.

Deputado Francisco Sousa (PS): Olhe, sabe!

O Orador: Eu não disse que não estava.

O Sr. Deputado provavelmente acorda com uma fobia qualquer. Ou acorda muito tarde, ou acorda mal. Eu não disse nada disso.

O Sr. Deputado António Gomes não justificou nenhuma das situações que aqui levantei. Ficou registado nesta intervenção, mais uma vez, que o Sr. Deputado se refugia no passado, porque não tem respostas para o presente para garantir um melhor futuro.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, vou responder ao Sr. Deputado Manuel Brasil.

Começo por dizer que ao nível da inteligência, quando as pessoas não sabem o que dizem, da minha parte merecem o perdão.

Em segundo lugar, gostaria de lhe dizer que numa intervenção que o Sr. Deputado fez em 1995, quando se discutiam as propostas de Plano e Orçamento para 96, e que falava exclusivamente sobre o ambiente, V. Exa. dizia o seguinte:

"Por isso, embora as verbas destinadas à área do ambiente não sejam por certo as que todos desejávamos, são no entanto as possíveis. Isto, são aquelas que no momento actual e para o Plano de 96 são possíveis de disponibilizar".

Esse plano Sr. Deputado, tinha 2 mil contos e este tem 62.650 contos. É tanto como isto.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Retidos. Sem execução!

O Orador: Eu também gostaria que houvesse mais para São Jorge, mas relativamente àquilo que tivemos no passado, já é bom.

Sr. Deputado Mark Marques, relativamente ao porto de recreio das Velas, se o Sr. Deputado leu as propostas de plano e orçamento, verificou que estão lá 38.000 contos para pagar os projectos dos 3 portos de recreio que vão ser feitos a curto prazo.

Deputado Mark Marques (PSD): Vão ser feitos até 2000?

O Orador: Sabe que foi essa a promessa do Governo Regional na sua visita à Ilha de São Jorge, ou seja, avançar de imediato para a elaboração de um projecto para o porto de recreio das Velas.

Deputado Mark Marques (PSD): Imediato na altura, não agora!

O Orador: Isso já o fez. Já tem lá 38.000 contos para pagar o projecto.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é mais uma verba para o dragão comer!

O Orador: O Sr. Deputado falou nos 30 mil contos para o ambiente.

Provavelmente desconhece que este Governo, a esse nível, já fez um protocolo com a Associação dos Amigos da Caldeira de Santo Cristo.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é outra história, Sr. Deputado. Não confunda e não tente iludir!

O Orador: É para esse efeito.

Ainda ao nível do ambiente, e uma vez que falou na Fajã dos Vimes,...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não tenho tempo para lhe responder, mas fica para uma outra oportunidade.

O Orador: ... passo a ler o que vem no Diário das Sessões, referente à orla marítima,...

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não falei na orla marítima!

O Orador: Mas o Sr. Deputado levantou há pouco a questão e isto foi dito nesta Casa por um dos elementos da bancada do PSD:

"... espaços estes que algumas vezes, mesmo aqueles que lá têm interesses..." — e isto era para mim, porque tenho lá uma propriedade — "... nem sempre visitam nem se inteiram do seu estado, concretamente o caso da Fajã dos Vimes que o Sr. Deputado António Gomes talvez por afazeres pessoais..."

Deputado Mark Marques (PSD): Eu é que disse isso?!

O Orador: "... esqueceu-se um pouco de lá ir e daí, provavelmente, a razão de não ter dado por isso, ou seja, que a protecção dos estragos da orla costeira feita pelos últimos temporais já foi reparada, isto, como é evidente, graças ao bom entendimento entre o Governo Regional e a autarquia."

O Sr. Deputado acha que aquilo já foi reparado?

Eu acho que não, mas era isto que os senhores diziam naquela altura.

Deputado Mark Marques (PSD): Não fui eu que disse isso!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Caros Membros do Governo:

Há três anos atrás, esta Assembleia aprovou o Programa do VII Governo Regional que foi subsequentemente consubstanciado pela aprovação dos Planos e Orçamentos de 1997, de 1998 e de 1999. Com a apresentação do Plano e do Orçamento para o ano 2.000 ultima-se, assim, a etapa final do ciclo natural desta legislatura que tem o seu encontro marcado com os eleitores em Outubro do próximo ano. Até lá, iremos dar continuidade às directrizes programáticas deste Governo, aprovadas por esta Assembleia, que têm como um dos objectivos essenciais alcançar "uma nova energia na política económica e social".

Muito ocorreu durante estes últimos três anos. Convém, a menos de um ano do fim do mandato, fazer um breve balanço sobre o trajecto percorrido, verificar o grau de cumprimento do nosso principal objectivo que foi, no âmbito da Secretaria Regional da Economia, estimular as reformas estruturais que permitissem dar um novo fôlego às actividades empresariais e criar as bases para um desenvolvimento económico sustentado.

As intempéries e os cataclismos naturais que assolaram os Açores em 1996, 1997 e 1998 obrigaram-nos a desviar muitos dos nossos recursos financeiros para a recuperação de infraestruturas básicas, como sejam estradas, viadutos, pontes e portos, para além de habitações e estabelecimentos comerciais e industriais.

Os Planos de 1997, de 1998 e de 1999, acusados por certa oposição, de serem Planos de Betão, foram a resposta objectiva às tremendas necessidades criadas pelas cheias de 1996 e de 1997 e pelo sismo de 1998.

Porém, apesar deste enorme esforço financeiro, foi possível, através de reformas estruturantes, como foram os casos dos transportes, da energia ou da reforma fiscal, dar um novo impulso à iniciativa privada. Também, através de uma política orçamental estável e sustentável, aumentámos os incentivos à iniciativa privada, aumentámos o investimento público e restabelecemos a confiança dos empresários na Administração e no Estado.

Desde 1996 já foram pagos cerca de 2 milhões e 550 mil contos no âmbito do SIRALA e cerca de 1 milhão e 800 mil contos no âmbito do SIRAPA, correspondentes a cerca de 8 milhões de contos de investimento privado já inteiramente realizado nestes últimos três anos, nas áreas do Comércio, da Indústria e dos Serviços que terão originado mais de mil postos de trabalho.

Por outro lado, na área da oferta hoteleira, animação e promoção turística tem havido um crescente aumento de projectos aprovados nos sistemas de incentivos regionais e nacionais que indiciam uma autêntica revolução neste sector nos próximos anos.

Pela primeira vez, o quantitativo proposto no Plano 2000, para os incentivos na área do turismo, ultrapassa um milhão de contos o que, se for complementado pelos sistemas de incentivos nacionais, poderá originar um investimento privado inteiramente realizado no próximo ano superior a 4 milhões de contos.

Para além disto, as diversas empresas receberam dos sistemas de incentivos nacionais cerca de 1 milhão de contos no âmbito do RIME e do SAJE. Toda esta avalanche de investimento teve claros efeitos no produto, na criação de emprego e no aumento da produtividade.

A provar o que aqui se afirma estão os recentes dados tornados públicos pelo Serviço Regional de Estatística. Assim, no 3º trimestre de 96, a população empregada era de 89.184 pessoas, enquanto que, no mesmo trimestre de 1999, era de 97.498 pessoas, ou seja, mais 8.314 empregos, em apenas três anos. A taxa de desemprego caiu de 5,2% para 2,7%.

Segundo o mesmo Serviço de Estatística, havia no terceiro trimestre de 1999 apenas 2.719 desempregados na Região Autónoma dos Açores, para uma população de 100.217 activos. Como se pode ver, em três anos, a população activa aumentou em cerca de 6.096 pessoas, enquanto que a população empregada aumentou em cerca de 8.314 pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No próximo Quadro Comunitário de Apoio os empresários vão contar com um sistema de quotas ao nível dos sistemas de incentivos nacionais, o que permitirá uma gestão equilibrada das candidaturas e uma maior racionalização e complementaridade entre os sistemas de incentivos nacionais e regionais.

O Programa Operacional da Economia, já entregue em Bruxelas, que abrange todas as áreas ligadas ao Comércio e Serviços, Indústria e Turismo, aponta para os Açores um valor global de cerca de 26 milhões de contos de incentivos que, conjugados com os provenientes do PRODESA, darão um novo fôlego à iniciativa privada nos próximos 7 anos.

É a primeira vez que tal se consegue para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e estamos certos de que terá um impacto muito importante no desenvolvimento e modernização das nossas empresas. Contamos, ao longo do próximo mês, negociar com o Governo da República os regulamentos das diversas medidas que serão aplicáveis aos Açores para então procedermos a uma rápida

reestruturação dos sistemas de incentivos regionais que vigorarão no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O orçamento rectificativo aprovado nesta Assembleia Legislativa Regional, para o ano de 1999, apresentou um aumento significativo das receitas fiscais que nada tem a ver, ainda, com as modificações feitas em sede de IRC e de IRS, aquando da aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Com efeito, estas reduções realizadas em 1999 serão, sim, reflectidas no orçamento que estamos a analisar para o ano 2000.

O aumento das receitas fiscais verificadas este ano reflecte, por um lado, uma substancial melhoria na metodologia de contabilização da tributação e de acertos pontuais feitos pelo Governo da República e, por outro, uma melhor saúde da nossa economia.

Para além disto, o número tão elevado de candidaturas aos sistemas de incentivos regionais e nacionais, que têm como condição de acesso imprescindível a apresentação de um histórico económico e financeiro positivo, estimulou muitas empresas a apresentarem ao fisco os lucros reais obtidos. Basta dizer que, nestes últimos três anos, entraram nos sistemas de incentivos nacionais e regionais mais de 2000 candidaturas no âmbito do SIRALA, SIRAPA, SAJE, RIME e PROCOM.

Já lá vai o tempo em que só se falava no "Plano Mateus" para a recuperação de empresas em risco de falência ou nos sistemas de ajuda de base regional APER I e APER II para o pagamento de juros à banca. O endividamento das empresas hoje é menor e a relação destas com o sistema financeiro é naturalmente saudável. É por isso que hoje existem muito mais empresas a apresentarem lucros, é por isso que não se ouve falar de falências, de salários em atraso, de dívidas à Segurança Social e ao fisco, e é por isso que aparece um significativo aumento das receitas fiscais que reflecte o estado da nossa economia e não, como é óbvio, qualquer efeito psicológico imediato da redução do IRC.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): *Muito bem!*

O Orador: O que acontece simplesmente é que a população empregada aumentou e por isso paga mais IRS. O que acontece é que o número de empresas que apresentam lucro aumentou e daí o aumento do IRC.

Hoje, haverá bem poucos analistas que afirmarão, com consciência, que a recuperação económica dos Açores é apenas conjuntural e que está apenas dependente da reconstrução. Basta ver o que acontece em ilhas não abrangidas pelo sismo ou pelas calamidades como sejam os casos da Terceira, de Santa Maria ou da Graciosa ou ver o que acontece em ilhas como em São Miguel, em São Jorge e no Pico, onde as verbas adstritas à reconstrução nada têm a ver com o ritmo de obras da inteira responsabilidade da iniciativa privada, que surgem por todo o lado. Basta ver o número de empresas que receberam o Prémio PME Excelência que duplicou de 98 para 99.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em todos os sectores da actividade económica denotam-se expectativas positivas. Se o consumo de cimento em 1996 rondou as 185 mil toneladas, em 1997 subiu para 203 mil toneladas, em 1998 para 275 mil toneladas e até Setembro deste ano já ultrapassou as 217 mil toneladas, o que poderá configurar um consumo previsível para o ano de 1999 de cerca de 290 mil toneladas.

O consumo de electricidade, que teve em 1998 um acréscimo histórico em relação em 1997, da ordem dos 9%, apresenta em 1999 valores algo semelhantes, da ordem dos 8.4%. Em todas as instituições bancárias o crédito à habitação disparou. Por todo o lado, surgem novos empreendimentos imobiliários. As empresas da construção civil têm sido as principais candidatas ao SIRAPA, modernizando as suas instalações e adquirindo novos equipamentos.

No Comércio, os dados do Serviço Regional de Estatística demonstram também uma boa evolução do volume de vendas e do volume de encomendas aos fornecedores. O inquérito feito aos comerciantes mostra também expectativas optimistas em relação ao futuro.

No que diz respeito ao Turismo, os últimos valores do Serviço Regional de Estatística demonstram que, de Janeiro a Agosto deste ano, houve um aumento de cerca de 16%

em relação a igual período de 1998. Pelos dados da ANA todos os aeroportos dos Açores registaram um crescimento este ano, em termos de tráfego de passageiros, muito superior ao apresentado pelos aeroportos de Lisboa, Faro e Funchal.

O transporte marítimo de passageiros, estabelecido entre as 8 ilhas dos Açores, atingiu no período de Junho a Outubro cerca de 82 mil passageiros e transportou cerca de 8 mil carros entre as diversas ilhas. Não só houve um aumento significativo do número de passageiros, como houve também um aumento da estadia média destes passageiros nas diversas ilhas visitadas. O sucesso desta iniciativa, em termos de restauração, comércio local e unidades hoteleiras, principalmente nas ilhas situadas fora dos tradicionais centros de distribuição, está à vista de todos.

Os Açores começam a ser uma Região multi-destino. É tão aliciante visitar as Ilhas de São Miguel, Terceira e do Faial como visitar apenas as ilhas do triângulo, ou apenas o conjunto Santa Maria/São Miguel, Graciosa/Terceira, Faial/Flores e Corvo, ou qualquer outra combinação entre estas. Os Açores ganham outra dimensão e oferecem mais um motivo para serem revisitados pelo turista que pela primeira vez chega a esta terra. Em todos os arquipélagos que têm no turismo uma actividade importante têm naturalmente um transporte marítimo de passageiros acessível e eficiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O valor global inscrito no Plano adstrito à Secretaria Regional da Economia é de aproximadamente 11 milhões e meio de contos.

No Programa 7, sob o título Desenvolvimento do Turismo, está inscrita uma verba de 1 milhão e 462 mil contos. Neste Programa avultam, entre outras acções, as relativas às campanhas publicitárias a efectuar no continente e no estrangeiro.

No próximo ano, faremos um especial esforço promocional no Norte de Portugal auxiliado pelos voos regulares da "SATA Internacional", directos ao Porto. Escolheremos a Alemanha, a França, os Países Escandinavos, os Estados Unidos e o Canadá como mercados alvo, aproveitando a existência de voos directos e as naturais sinergias com as iniciativas privadas neste sector. A nossa presença na Expo-Am-Meer, na Alemanha, conjugada com os voos regulares directos a Frankfurt

por parte da "SATA Internacional" darão, certamente, novas oportunidades para melhorarmos a nossa posição neste mercado.

No programa 8, dedicado aos Sistemas de Incentivos de Apoio ao Turismo, encontra-se inscrita uma verba que ultrapassa 1 milhão e 68 mil contos. Os vários projectos já entrados no SIFIT III candidatáveis ao SIRAPE e todos os outros candidatáveis ao SITRAA irão preencher, estou certo, a totalidade desta verba.

As várias obras já iniciadas este ano, ou com data já marcada para o próximo ano, deixam antever um reforço da nossa oferta hoteleira que não só será significativamente ampliada, como também requalificada no ano 2000.

No programa 9, Desenvolvimento Industrial, encontram-se inscritas as verbas necessárias para satisfazer as acções ligadas à consolidação de infraestruturas tecnológicas, aos serviços de apoio às empresas e ao Artesanato.

No programa 10, intitulado Desenvolvimento do Comércio e Exportação, descrevem-se as acções ligadas ao apoio ao comércio tradicional, à promoção dos produtos regionais no exterior e à participação em feiras e exposições nacionais e internacionais. Merecem também destaque os apoios ao transporte, à embalagem e promoção dos produtos açorianos no estrangeiro com uma verba global superior a 100 mil contos que muito irá contribuir para auxiliar a penetração dos produtos regionais, nomeadamente os lacticínios, em países fora da União Europeia.

Os sistemas de incentivos relacionados com o apoio ao Comércio e Indústria, adstritos ao SIRALA, SIRAPA e SIRAPE, contam com a verba global de 1 milhão e trezentos mil contos (Programa 11). Estamos convencidos de que este montante permitirá um fluxo fácil e contínuo de pagamentos de projectos realizados no decorrer do ano 2000, tal como se verificou no decorrer deste ano, tanto mais que a execução financeira dos 344 projectos, correspondentes a um investimento da ordem de mais de 5 milhões de contos, apresentados no âmbito do PROCOM, exigirá um elevado esforço financeiro por parte do Comércio Tradicional dos principais centros urbanos dos Açores.

No programa 14, Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos, com uma verba global de 1 milhão e 802 mil contos, é de realçar a medida Infraestruturas Portuárias com um valor de 1 milhão e 89 mil contos.

Nesta medida, concluir-se-ão as obras relacionadas com a reparação e consolidação dos portos de Vila do Porto e da Horta. Para além disto, dar-se-á início às obras relativas à ampliação da Marina da Horta, do reordenamento do saco do porto de Ponta Delgada, à ampliação e melhoramento do Porto da Calheta, de São Jorge, e ao início à grande obra de reparação do Porto de São Roque do Pico. Concluir-se-ão os projectos para os núcleos de recreio náutico nos portos comerciais das Lajes das Flores, de Vila do Porto, das Velas e da Praia da Graciosa.

No Programa 15, Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, merece destaque a conclusão da Aerogare da Graciosa e a ampliação do futuro Aeroporto do Pico, cujo projecto está já na sua fase final de conclusão.

Finalmente, esta ilha terá uma infraestrutura base para o seu desenvolvimento, já há muito almejada pelas suas populações. O valor atribuído à "SATA AIR AÇORES" para compensar o transporte aéreo de passageiros entre as ilhas dos Açores é fundamental para manter as obrigações do serviço público e o equilíbrio financeiro desta operação.

No programa 16, Consolidação e Modernização do Sector Energético, avultam as verbas adstritas ao apoio à iluminação pública e à prossecução das acções de apoio à realização de infraestruturas eléctricas de usufruto público.

No Programa 33, Medida 33.4, Calamidades - Transportes Marítimos, com uma verba ainda apreciável de 1 milhão e 242 mil contos, merecem realce as obras de conclusão da reabilitação do Porto da Graciosa e do Porto das Pipas, na Terceira. Na Medida 33.8 descrevem-se os montantes financeiros para a reparação do Porto da Horta e para auxiliar os comerciantes afectados pelos efeitos do sismo.

O Programa 33.4 surge com uma verba de 2 milhões de contos, que tem como objectivo apoiar a reestruturação do sector público empresarial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm de manter com prudência um natural equilíbrio nas suas contas públicas. O Plano agora apresentado é disso um exemplo. Não se pode estar constantemente a exigir maiores reduções de impostos em sede de IRS, maiores descidas nos tarifários dos transportes aéreos e marítimos e, por outro lado, também

exigir mais escolas, mais estradas, melhores portos e aeroportos, mais verbas para os sistemas de incentivos regionais e menor dívida pública.

É importante falar a verdade quando se está no Governo, mas também é importante ser-se responsável quando se está na oposição.

Os empresários e a sociedade em geral sabem, como ninguém, que nada se consegue sem trabalho. O nosso desenvolvimento tem de estar baseado no aproveitamento de todas as virtualidades das políticas de Coesão Nacional e Europeia, mas também e sobretudo no esforço para o aproveitamento das nossas potencialidades e das nossas vantagens competitivas.

A Coesão Nacional e Europeia tem também os seus limites. Não podemos julgar que é um saco sem fundo onde se pode sempre de lá tirar mais recursos e exigir maiores compensações. O Partido Social Democrata que esteve à frente dos destinos desta Região durante 20 anos sabe bem disto. Com ele, não houve solidariedade nacional nem Europeia para pagar custos de insularidade, reduções no IRS, no IRC, ou no tarifário aéreo ou eléctrico. Com ele, não houve solidariedade nacional para perdoar dívidas da Região, das Autarquias ou sequer da Caixa Geral de Depósitos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Com ele, os sinistrados do sismo de 1980 tiveram que pagar as suas casas e as suas instalações comerciais à banca e também os juros destes mesmos empréstimos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Com ele, o que é verdade ontem, hoje já é mentira.

Deputado Luís Resendes (PS): Esta é a verdade, nua e crua!

O Orador: A verdade por vezes dói, senhores deputados, mas não deixa de ser verdade.

Deputados Jorge Valadão e Berta Cabral (PSD): Dói muito!

O Orador: Connosco, tudo isso é subitamente possível, justo e desejável e tem de ser feito já! Sabemos que o entendimento do Governo da República da responsabilidade

do Partido Socialista, é diferente do entendimento do Partido Social Democrata, a respeito das Autonomias Regionais.

Sabemos que agora existe um outro clima de cooperação entre o Governo Regional e o Governo da República, mas também sabemos que quando prescindimos de receitas próprias agravando injustiças remuneratórias, claramente desproporcionadas no todo regional e nacional, face aos custos da insularidade, estamos a malbaratar os nossos escassos recursos, a perder poder negocial e a comprometer o nosso futuro.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Esta Assembleia é soberana e pode decidir o que quiser dentro do limite das suas competências, contudo as suas decisões só têm estabilidade e continuidade no tempo se houver um suporte financeiro para as concretizar. Este Plano não é aquilo que desejaríamos que fosse pois muito gostaríamos de ter mais recursos dedicados aos sectores produtivos, mas é, sem dúvida, um compromisso entre o possível e o desejável.

Estou certo de que o ano 2000 dará razão às propostas deste Governo que visam dar passos seguros na construção de uns Açores mais prósperos e mais solidários.

Tenho Dito

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional, no que respeita ao turismo, é verdade que ele tem vindo a crescer. É a tendência natural.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não cresceu desta maneira. Em 16% nunca cresceu!

O Orador: Desculpe, mas é aquilo que tem vindo a acontecer há vários anos.

Foi aquilo que não aconteceu em 97, e eu percebo a euforia do Sr. Secretário Regional da Economia de, neste ano, estar com as percentagens elevadas. Congratulo-me por isso, é positivo, mas percebo...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foi uma vitória deste partido!

O Orador: ... porque o Sr. Secretário teve logo no primeiro ano, quando se vinha de há 6 ou 7 anos a crescer a nível do turismo, uma quebra.

Em 98 cresceu, mas relativamente pouco. Este ano aumentou e ainda bem. Nós congratulamo-nos com isso e digo-lhe que é o resultado do grande esforço que tem vindo a ser feito há muitos anos para o desenvolvimento do turismo, inclusivamente, quer na área da promoção, quer na área da oferta.

O Sr. Secretário Regional fala na revolução que está a acontecer no sector hoteleiro a nível do aumento da oferta.

Sr. Secretário, esperemos para ver, porque até agora, este Governo vai terminar a sua legislatura sem ter iniciado um projecto ou sem ter terminado um projecto que tenha iniciado.

O Governo teve essa oportunidade num projecto fundamental, entre outros, para o desenvolvimento do turismo nos Açores, nomeadamente na Ilha de São Miguel, mas até isso nem soube aproveitar por razões político-partidárias.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não fale nisso!

O Orador: Sr. Secretário, o turismo tem vindo a aumentar.

O ano 2000 deverá ser melhor que 99. O ano 2001 melhor que o ano 2000, porque é essa a tendência. A oferta tem que aumentar e tem vindo a aumentar.

Relativamente à questão dos investimentos onde fala na revolução do sector hoteleiro, lembro-lhe, para que tenha conhecimento do que foi feito no passado, que no que se refere ao SIFIT I nós ocupámos, na Região, a quarta posição a nível nacional. Entre os 18 distritos e as 2 Regiões Autónomas, nós ocupámos, ao nível de investimentos, a quarta posição.

É preciso ver, ao longo dos últimos anos, a oferta, quer na área da hotelaria, quer na área da restauração ou ainda na área da animação.

Sr. Secretário, feita esta introdução, eu apenas vou falar naquilo que os senhores chamaram de investimentos estratégicos no turismo.

Campo de Golfe da Ilha do Faial:

1997 - aquisição de terrenos.

1999 - início da construção.

2000 - elaboração de projectos e aquisição de terrenos.

Pavilhão de exposições:

1997/1998 - estudos e projectos.

1999 - instalação do pavilhão de exposições.

2000 - estudos para o pavilhão.

Centro de congressos

1997 - remodelação do Teatro Micaelense e adaptação a centro de congressos.

2000 - projecto de adaptação.

Terrenos de Pêro de Teive:

1998 - projectos de estruturas de animação.

1999 - construção de estruturas de animação.

2000 - nada...!

Deve ter sido uma construção virtual!

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O Sr. Deputado é que deve saber disso!

O Orador: Sr. Secretário Regional, apenas para lhe dizer que naquilo a que os senhores chamaram de "projecto de investimentos estratégicos" — a designação é do Governo — é caso para dizer que falhou a estratégia dos investimentos estratégicos.

Em 4 anos, não têm um único investimento estratégico, nem concluído, nem a meio.

Há, de facto, um investimento estratégico que os senhores vão concluir ou levar a efeito, porque tudo indica, ou seja, a aquisição da participação da Verdegolfe.

Em 1997, o Sr. Presidente do Governo enviava a esta Casa, e foi lido aqui no dia 26 de Novembro, um relatório que dizia o seguinte: "pretende-se que a privatização da EDA possa concretizar-se ainda no decurso do presente mandato do Governo. Soubemos ontem pela boca do Sr. Secretário Regional das Finanças que já não é para este Governo e será quando o Governo quiser.

Já agora, Sr. Presidente do Governo, era bom que este relatório fosse actualizado.

Quanto à EDA, o início da privatização desta empresa deverá ocorrer após o concurso público para a exploração do transporte aéreo entre os Açores e o continente português. Já ocorreu e, pelo que diz o plano de investimentos, só daqui a dois anos é que se vai encontrar o parceiro estratégico.

Mas como eu estava a dizer, este Governo que tudo queria privatizar, vai concluir um investimento estratégico, isto é, a aquisição das acções da Verdegolfe e, presumo, para cumprimento da Resolução 205/98.

Não posso deixar de denunciar — já o fiz na Comissão Eventual e volto a fazê-lo aqui — que o Governo Regional prepara-se para comprar acções da Verdegolfe por 14 milhões 877 mil e 500 escudos, quando nessa mesma altura que decidiu, as acções valiam 9 milhões 295 mil escudos, o que significa que o Governo Regional prepara-se para pagar 5 milhões e meio a mais daquilo que o valor das acções valiam na altura em que o Governo Regional decidiu adquirir as 27 mil e 500 acções da Verdegolfe à TUROTEL. Foram 5 mil e 500 contos a mais.

É caso para perguntar se o Sr. Secretário Regional está na disposição de comprar todas as acções que particulares e empresas dispõem pelo valor que vai pagar estas?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Todas!

O Orador: Colocada esta situação, gostaria de formular mais uma pergunta.

O Sr. Secretário falou na ampliação da Marina da Horta.

A Marina da Horta foi adjudicada, relativamente há pouco tempo, pelo Conselho de Governo, por 560 mil contos acrescido de IVA. Tem 200 mil contos este ano no plano, enquanto que o ano passado tinha 100 mil ou 180 mil.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Tinha 150 mil!

O Orador: Tem como prazo de execução 6 ou 7 meses.

Onde é que o Sr. Secretário vai buscar o resto da verba para a feitura da obra?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Governo não cria casos tipo SITURFLOR.

Este Governo não gasta 400 mil contos a fazer hotéis. Este Governo privatiza os hotéis e que isto fique esclarecido.

Deputado Luís Resendes (PS): *Muito bem!*

O Orador: O caso da Verdegolfe é diferente. É uma infraestrutura básica que, com certeza, durante os próximos anos vai dar sempre prejuízo e, na Terceira, no Faial, em São Miguel e futuramente se abrir outro no Pico, é preciso que seja o Governo Regional a suportar os custos de manutenção.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Eu não falei nisso, mas estou de acordo!

O Orador: Sabemos que todos os anos é necessário injectar mais dinheiro naquela infraestrutura para a sua manutenção.

Como posso fazer?

Aumentando o capital social daquela empresa que não vale a pena?

Os próprios privados que estão lá, estão a perder valor e pretendem vender as suas acções. Nós temos toda a vantagem em comprá-las, porque facilita-nos, uma vez que não temos que fazer novamente escrituras, e também porque é uma situação coerente. Nós vamos fazer o mesmo na Terceira, no Faial e durante muitos anos isto vai acontecer.

O estado de desenvolvimento em que os senhores durante 20 anos deixaram os campos de golfe nos Açores, infelizmente, é o seguinte:

Os Açores, em termos turísticos, ao fim de 20 anos, tinham 3.500 camas. Foi tudo o quanto os senhores fizeram.

Se agora existem projectos e investimentos nesta área, é porque os empresários acreditam neste Governo e, sobretudo, porque as tarifas aéreas baixaram substancialmente e os lucros apareceram.

Os senhores nunca tiveram aumentos de 16%.

Os senhores nunca apresentaram aumentos de 16%.

Este ano provavelmente terminará perto dos 20%.

Se o ano passado esteve com 8,5%, foi derivado ao sismo.

Em 97, quem fez a promoção foram os senhores, porque é que estavam no Governo em 96. Percebeu?

Em 96, os senhores é que foram responsáveis pela promoção e em 97 nós tivemos a consequência disso.

O ano de 97, foi um ano de calamidades.

Nós tivemos calamidades no final de 96 e no final de 97, o que contribuiu para degradar a imagem dos Açores.

Felizmente que em 99 isso passou e já tivemos fluxos extraordinários no turismo e temos, por todo o sítio, novos investimentos, não só nos terrenos de Pêro de Teive, Sr. Deputado, mas em todas as ilhas.

Todos os meses aparecem novos projectos, uns mais à frente outros mais atrás. A revolução que está a acontecer no turismo, com este Governo, é real e em 3 ou 4 anos vamos duplicar o número de camas.

Nós não vamos esperar 20 anos. Nós vamos multiplicar o número de camas em 4 anos.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Nestes 4 anos não fizeram isso!

O Orador: Não foi possível.

Os senhores deixaram um concurso que o Sr. Deputado tem a obrigação de conhecer, todo ele ilegal, em que os senhores expropriam casas sem falar com os donos das mesmas.

Deputada Berta Cabral (PSD): Se fosse hoje não era bem isso!

Se fosse hoje não se tinha metido nisso!

O Orador: Eu sei muito bem disso, melhor que a Sra. Deputada que não percebe nada disto...

Deputada Berta Cabral (PSD): Sabe, porque já tinha aprendido alguma coisa!

O Orador: ... e que tem toda a obrigação e responsabilidade neste concurso. Percebeu?!

Foi por causa da Sra. Deputada e do seu Governo, o governo anterior que nos antecedeu e está presente nesta Sala o seu Presidente, que se fez um concurso ilegal.

A situação é como ela é e, de facto, hoje o concurso já decorreu, todas as situações já foram resolvidas, houve um contacto com os donos das casas, chegámos a um acordo com as pessoas, o vencedor que ganhou o concurso já pagou as casas e no primeiro trimestre do próximo ano iniciará as obras.

Deputada Berta Cabral (PSD): O problema é esse!

O Orador: Quanto aos terrenos de Pêro de Teive e à resolução da zona onde será feito um arranjo urbanístico, o Sr. Deputado tinha a obrigação de saber disso, uma vez que se dedica à área do turismo.

O Sr. Deputado não sabe que foi aprovada a lei do jogo aqui, há pouco tempo?

Quando o projecto estiver pronto e vai ser concluído ainda este ano, vai ser feito o concurso e quem ganhar o casino é que fará a construção, por isso é que desapareceu o dinheiro, não é necessário mais, foi apenas para pagar o projecto.

A iniciativa privada é que vai ter lugar naquele local. Ela é que irá fazer a urbanização dos terrenos de Pêro de Teive, é que irá fazer o parque de estacionamento, a zona comercial e de lazer e é que terá, durante 30 anos, a gestão daquele espaço.

Eu penso que respondi de uma forma genérica, mas se houver mais alguma pergunta a seguir usarei novamente da palavra.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação à parte concreta que diz respeito à apreciação económica que o Sr. Deputado Eugénio Leal pretendeu fazer da intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia, o Sr. Secretário já respondeu e muito bem.

No entanto, há aqui um aspecto que não pode passar em claro, isto é, o Sr. Deputado trouxe para esta discussão uma matéria que, quanto a nós, não devia ter trazido.

O Sr. Deputado trouxe para esta discussão uma matéria que está a ser analisada, discutida e debatida no âmbito de uma Comissão Eventual de Inquérito.

Deputada Ana Carolina (PSD): Mas está no plano!

O Orador: O Sr. Deputado desrespeitou o trabalho dessa Comissão de Inquérito, foi uma irresponsabilidade política da sua parte e assim se demonstra quem é que tem mais respeito pelo trabalho desta Assembleia e das suas comissões.

O Sr. Deputado não cuidou de aguardar pelos resultados dessa Comissão de Inquérito para então se pronunciar. Foi precipitado e, sendo precipitado, desmascarou a vossa postura nesta Casa, ou seja, de atacar, não importa como nem com que meios, o Governo Regional!

Não é assim que se faz. Não é assim que se respeita o trabalho de uma comissão de inquérito que ainda está a analisar este assunto da Verdegolfe, concretamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas uma pergunta, para meu esclarecimento e da Câmara também, qual é a situação actual da SITURFLOR?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Estamos aqui a discutir o plano.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pois estamos e o Sr. Deputado trouxe a questão da Verdegolfe!

O Orador: Eu trouxe esse assunto, porque no Plano para 2000, no Programa 7, Projecto 7.3, diz: "aquisição de participações da Verdegolfe - 15 mil contos!"

Isso está no plano, Sr. Secretário Regional, não foi meu desrespeito por esta Assembleia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Onde é que está isso?

O Orador: Pelo contrário, foi por respeito a esta Assembleia que eu trouxe um assunto que está no plano.

Além disso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quero-lhe dizer que esta Comissão é uma Comissão aberta à Comunicação Social e a qualquer cidadão açoriano. Tudo o que se passa lá dentro é público.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Um deputado já não pode trazer a esta Casa um problema que é uma questão de avaliação de umas acções, onde o Governo prepara-se para dar 14 mil 800 contos, quando na altura valiam 9 mil e 200 contos, uma diferença de 5 mil e 600 contos?! Isto é um desrespeito por esta Casa?!

Sr. Deputado, desculpe-me, mas não posso aceitar isso!.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional, gostaria de dizer que no que se refere aos investimentos estratégicos, eu apenas limitei-me a ler aquilo que os senhores têm vindo a pôr nos planos.

O Sr. Secretário vem agora com a questão dos terrenos de Pêro de Teive, questionando-me se eu não conhecia a lei do jogo.

Sr. Secretário, em 1999, está no Plano: "construção de estruturas de animação nos terrenos de Pêro de Teive".

Eu não sei se o Governo ia aprovar a lei do jogo, se tinha intenção ou não, mas os senhores é que escreveram isso.

O Sr. Secretário Regional vem agora falar-me dessas situações?!

Os senhores é que planificaram, é que tiveram uma estratégia para os investimentos estratégicos, que falhou completamente. Os vossos investimentos estratégicos falharam completamente.

Relativamente à questão das taxas de aumento, por acaso, enquanto fui secretário, não tive 15%. Cheguei a ter 17,8%. O Sr. Secretário está a perceber?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Em que ano?

O Orador: É natural que as taxas tenham aumentado, porque têm variações, umas vezes mais, outras vezes vezes menos.

O Sr. Secretário diz que vai duplicar o número de camas, mas uma coisa é certa: nestes 4 anos, Sr. Secretário Regional, foram muito poucas as camas e as que se criaram — temos um exemplo aqui em frente, o Hotel Horta — nada têm a ver com o seu Governo.

A ampliação do Hotel de Ponta Delgada, nada tem a ver com o seu Governo.

As que entraram em funcionamento eram projectos que já estavam em curso.

Para concluir, relativamente à promoção de 97, onde nós fomos responsáveis, porque fizemos a promoção de 96, gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional que o senhor

sabe muito bem que, no que se refere a promoções, há promoções intensivas e que têm objectivos de médio e longo prazo e há outras que são feitas para curto prazo.

Eu, nesta Casa, em 1997, critiquei justamente os senhores por terem diminuído a promoção que fizeram.

Havia uma série de campanhas que estavam previstas levar a efeito em 1997 — eu até estou à vontade, porque eu já não era secretário em 1996 — que os senhores, pura e simplesmente, não fizeram.

Sabe por que é que não fizeram, quer na área do turismo, quer noutras?

Foi porque o que os senhores quiseram fazer foi abrandar uma série de projectos e de acções que estavam em curso, para depois retomá-las, como retomaram, e dizer que era obra sua. O Sr. Secretário está a perceber?

O turismo foi prejudicado, juntamente com a economia da nossa Região, devido à vossa estratégia.

Relativamente aos campos de golfe, eu estou de acordo consigo, Sr. Secretário. Eu não critiquei o facto dos campos de golfe darem prejuízo.

Eu sei que são infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento do turismo. Nós é que ampliámos o campo das Furnas, é que iniciámos a construção do da Batalha, iniciámos o processo do campo do Faial.

Isso são projectos estruturantes e fundamentais, mas é preciso que avancem mais rápido do que aquilo que têm avançado.

Vão dar prejuízo? Certamente e eu não critiquei isso, Sr. Secretário Regional.

O que eu critiquei foi o facto de adquirirem acções por um valor que na altura valiam menos 5,6 mil contos. Era isto que eu queria aqui esclarecer.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou usar da palavra para prestar um esclarecimento.

Eu não vou configurar isto com uma figura, que podia fazê-lo, de defesa da honra, porque só me ofende quem tem estatura moral para me ofender.

Eu gostaria de repetir mais uma vez, nesta Casa, que a situação a que aludiu o Sr. Secretário da Economia e já o fez, por várias vezes da mesma forma deselegante, tem a ver com a situação que é posta de forma diferente do Sr. Secretário.

O anterior Governo Regional não procedeu a nenhuma expropriação de nenhuma parcela, de nenhuma propriedade na zona onde se vai implantar o Hotel na Calheta.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ah, não?!

Não se meta numa coisa que não sabe!

O Orador: Procedeu-se, e pode ter sido feito de maneira menos correcta do ponto de vista legal, a uma declaração de utilidade pública, o que é completamente diferente

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não, senhor!

O Orador: Não há uma única expropriação feita pelo Governo anterior e pode ver se no Jornal Oficial há alguma expropriação feita nesse sentido.

Poderá ter havido alguma negociação entre um membro do Governo, que neste momento não está aqui nesta Sala, porque não é deputado, e alguns proprietários, no sentido de avançar com negociações.

É tempo deste assunto ficar claro e sobre ele a história há-de falar. Não vale a pena estar-se a perder tempo e é escusado o Sr. Secretário manter-se com o dedo apontado para mim, dizendo que está aqui o Presidente do Governo anterior.

Está e assumo, porque sempre assumi, as boas, as más e as menos boas decisões, as minhas e as de todos aqueles que colaboraram comigo no Governo do qual eu era responsável.

É tempo de verificarmos isto. Não há nenhuma expropriação feita.

Houve, eventualmente, e pode ser discutido do ponto de vista legal, uma declaração de utilidade pública, o que é completamente diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal:

Eu não pretendo, nem nunca foi minha intenção, limitar a liberdade de cada um dos Deputados desta Assembleia, de intervirem sobre aquilo que entenderem, mas há aqui uma questão de princípio.

Da nossa parte, existe o princípio de que as matérias que estão em discussão em comissões eventuais de inquérito, é, no mínimo, de bom senso, aguardar os trabalhos e os resultados dos relatórios dessas comissões, para então nos podermos pronunciar. Este é o nosso princípio.

O vosso é utilizar tudo e qualquer coisa para atacar o Governo, nem que seja os trabalhos que ainda estão a decorrer da dita Comissão.

As considerações que o Sr. Deputado fez sobre a Verdegolfe, têm tudo a ver com a Comissão de Inquérito e não deveriam, em nosso entender, ter sido trazidas para esta discussão.

O Sr. Deputado levanta dúvidas sobre os critérios pelos quais o Governo Regional toma a decisão de adquirir as acções. É o mesmo tipo de questão que está em discussão na Comissão de Inquérito.

É uma questão de cuidado, de ponderação e de bom senso, mais uma vez.

A Comissão é aberta. É sim senhor, os seus trabalhos foram abertos.

Neste momento, está em preparação o seu relatório final.

Enquanto não houver uma decisão clara e inequívoca sobre esta e outras matérias, nós entendemos que as mesmas não devem ser discutidas aqui. Este é o nosso entendimento.

O Sr. Deputado pretende utilizar alguns dados parciais dos trabalhos da Comissão para atacar o Governo.

Isso não é uma questão de mais liberdade ou cercear essa liberdade. É uma questão de seriedade na forma pela qual se entende esta discussão do plano e os trabalhos da Comissão.

Esta seriedade, parece-me que não a tem. É apenas isto.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Eu já lhe dou a resposta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, vou ser breve nos meus esclarecimentos.

Em relação à Verdegolfe, o Sr. Deputado veja o que aconteceu com a compra das acções do BCA e da companhia de seguros. Foi exactamente o mesmo e ao mesmo tempo.

Nessa altura, foi uma opção do Governo e agora também vai ser uma opção do executivo.

Quanto à declaração de utilidade pública com urgência, essa declaração foi publicada, visava a expropriação dos terrenos e não foi prestada caução. Sobre isso pronunciaram-se proeminentes juristas e eu não vou falar sobre isso.

Os tribunais já nos deram razão sobre este assunto e não existe mais nenhum processo pendente. Ninguém se queixou, daí que tudo o que resolvemos, está resolvido. Este assunto está encerrado juridicamente.

Em relação aos investimentos estratégicos, eu também vou ser rápido e simples.

Nós temos, em Ponta Delgada, dois imóveis extraordinários e de valor, ou seja, o Teatro Micaelense e o Coliseu Micaelense.

Estes dois imóveis estiveram, durante muitos anos à disposição do Governo Regional, de então, para fazer deles alguma coisa. Não é um processo simples, porque há inúmeros accionistas naquela empresa.

O processo já está a ser resolvido em termos jurídicos para separar os dois imóveis e para que se possa fazer já o projecto do Teatro Micaelense. Não foi um processo simples, como também não é um processo simples resolver o Pavilhão de Exposições de Ponta Delgada, uma vez que se pretende fazer esse pavilhão no centro da cidade, com uma determinada área e dimensão, que não é compatível com qualquer imóvel existente.

Na próxima semana vai ser apresentado à Santa Casa da Misericórdia um projecto para a sua remodelação, mas que terá ainda que evoluir, segundo as negociações que aí deverão ocorrer.

Como sabe, só agora o Hospital de Ponta Delgada passou para as suas novas instalações e só agora se torna premente, em relação a este hospital, uma resolução para aquele espaço.

Este Governo teve a coragem de encarar esse processo de frente.

Prefiro esperar algum tempo e obter um bom resultado, do que fazer uma coisa apressada, fora do centro da cidade, como alguns advogaram.

Julgo que hoje é unânime que o Pavilhão de Exposições deve ficar situado na parte histórica de Ponta Delgada, aproveitando um imóvel importante lá existente.

É isso que vamos fazer.

Não há qualquer dúvida em que este Governo conseguiu dar um impulso diferente ao turismo.

Por todas as ilhas dos Açores, isso é indesmentível. Existem novos investimentos.

Também não existe qualquer dúvida em que a situação económica dos Açores, hoje, é bem melhor do que estava em 95 ou 96. É claramente melhor, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado não me venha dizer que é em Novembro de 96, ou Dezembro desse mesmo ano, que se faz a promoção de 97. Ela faz-se com mais antecedência.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que as agências de viagem têm os seus destinos já definidos em Julho do ano anterior, portanto, com um ano de antecedência.

Eu não quero culpar ninguém. Se foram os senhores, ou se foram as cheias, o ano de 97 foi mau. Foi um ano em que tivemos um valor semelhante a 96, não foi muito superior, nem muito inferior. Andou à volta do de 96.

O que aconteceu em 98, foi significativo, ou seja, foi 8,5% de aumento e acima disso temos agora 16% de aumento. Isto é espectacular e não é didáctico.

Para o ano, dificilmente teremos um aumento tão grande, porque a nossa capacidade hoteleira não evoluiu.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não evoluiu. Em 3 anos não evoluiu!

O Orador: Para criar confiança aos empresários é preciso que hajam fluxos turísticos. Se não houver, as pessoas não investem.

Não é porque se decide criar uma rede de hotéis, que as pessoas vão investir nos mesmos. Elas esperam que as conversações amadureçam para que hajam condições para o fazer.

Este Governo teve a virtude de criar as condições para que isso acontecesse.

Felizmente, o turismo, como já foi apontado anteriormente, é um vector importante e estratégico para o desenvolvimento dos Açores. Durante o vosso Governo nunca conseguiram fazer nada. Nós herdámos 3.500 camas.

Deputado Eugénio Leal (PSD): 4000 camas!

O Orador: O que nós estamos a fazer vai duplicar estas camas nos próximos três ou quatro anos!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uma breve nota para que fique registado, em relação à resposta do Sr. Secretário Regional da Economia sobre o assunto da minha anterior intervenção.

Em primeiro lugar, regista-se e já se sabia que este processo está completamente encerrado por parte do Governo e também registo que nesta segunda intervenção o Sr. Secretário Regional em vez de utilizar a palavra expropriações, utilizou a declaração de utilidade pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para voltar a repetir a pergunta que fiz há pouco ao Sr. Secretário: qual o ponto de situação da SITURFLOR?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional.

Relativamente à promoção, ela estava programada em 1996. Os senhores é que não a executaram em 1997.

Relativamente aos investimentos, o Sr. Secretário veja o ritmo de investimentos que houve até 1996 e 1997 e veja os que houve durante estes anos de iniciativa deste

Governo e vai ver, claramente, que há decréscimo agora. É possível que recupere certamente.

Nesta Casa, cheguei a ser criticado pela bancada do partido que hoje suporta o Governo, por ter aprovado certos projectos, porque já achavam que era demasiado.

Relativamente, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, gostaria de dizer que tenho a liberdade de colocar aqui os problemas que quiser e o Sr. Deputado reconheceu isso.

Eu não quero mais polémica sobre esta matéria, mas gostaria de dizer que quem tem introduzido e introduziu hoje esta situação, não fui eu. O próprio Sr. Secretário, por várias vezes e em todas as oportunidades que teve de falar, ao longo destes meses, da situação dos terrenos da Calheta, tem-no feito.

O Governo é que tem introduzido e não o PSD. O Governo é que introduz essa questão.

Se o argumento que o Sr. Deputado utilizou para me atacar era esse, fica desde já esclarecido que tem sido o seu Governo que, sucessivamente, tem trazido este assunto que está no âmbito da Comissão, a este Parlamento.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal:

O Sr. Deputado está, legitimamente, a tentar divergir o assunto. Eu reconheço que é um direito que lhe assiste.

Eu não falei nos terrenos da Calheta, mas vou falar sobre eles.

Quem trouxe aqui o assunto das acções da Verdegolfe, foi o Sr. Deputado.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas o Sr. Secretário é que lançou o assunto!

O Orador: Foi isto que eu critiquei.

"Quem não se sente, não é filho de boa gente!"

O Sr. Deputado está a censurar quem se defende. É óbvio que o Governo, uma vez atacado, tem que se defender.

O que o Sr. Deputado pretendia era atacar o Governo, dizer que o Governo não fez, que é assim e que é assado, em assuntos que estão a ser analisados pela Comissão de Inquérito, e esperava que o Governo ficasse calado e aceitasse tudo isso.

Pelo amor de Deus! O "Cordeiro" sou eu, não é o Governo!

Quanto a esta questão julgo que estamos esclarecidos.

Na questão dos terrenos da Calheta, é perfeitamente legítimo que o Governo atacado como foi por V. Exa, tenha se defendido.

O que se está aqui a censurar não é quem se defende, é quem ataca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou apenas responder no que se refere à SITURFLOR, porque foi um assunto que me esqueci e desde já peço desculpa.

De facto, na avaliação feita pela SITURFLOR e pela assembleia de sócios que reuniu, ficou decido alienar esta empresa.

Foi feito um concurso público. Apenas apareceu uma proposta, mas demasiado baixa e nós não aceitámos.

Nós ainda não encontramos uma solução real para aquele problema.

Gastou-se demasiado dinheiro para construir a SITURFLOR, cerca de 400 mil contos e a única oferta que nós tivemos foi de cerca de 15 mil contos. Como foi demasiado baixa, o Governo Regional não aceitou.

O Governo está a tentar encontrar outra maneira de alienar aquele património, de acordo com as posições tomadas na assembleia de sócios, mas ainda não foi encontrada.

Quanto ao resto, já está tudo esclarecido e eu não tenho nada a acrescentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de falarmos em investimentos e em variadíssimas acções do Governo nesta área, nomeadamente no consumo, e depois de analisarmos o plano do Governo, a afirmação que o Sr. Secretário fez acerca do aumento do consumo, e suponho que foi em relação à electricidade — eu não percebi se era a electricidade, se era a energia, mas tanto faz, porque os transportes também aumentaram — faz-nos pensar e remete-nos para outro campo de preocupações que tem a ver com as alterações climáticas.

A sua Secretaria domina e exerce competência sobre determinados vectores da economia que têm uma responsabilidade acrescida sobre as alterações climáticas.

Depois de analisar o plano e de ouvir a sua intervenção, fiquei praticamente com a certeza de que o Governo não tem um plano estratégico para o combate, e para o nosso contributo também enquanto Região Autónoma, às alterações climáticas.

Se realmente, não há, quais são as justificações deste Governo para que, numa matéria tão importante como esta e tão presente, não se crie soluções?

Só para informação do Parlamento, neste mês de Novembro, 160 países estiveram reunidos em Bona só para tratar destes assuntos e no seguimento de outra Cimeira que houve em Quioto em 1997.

A questão é esta:

- Quais são as explicações que temos para a Região, para o País, e para a Europa, pelo facto de não termos um plano de combate a esta questão?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A explicação é simples.

O aumento do consumo da electricidade, nada tem a ver com as alterações climáticas.

Tem sim a ver com o desenvolvimento industrial e consumo doméstico.

Essas alterações climáticas não têm afectado tanto a Região, no sentido que haja muito mais frio e que as pessoas se aqueçam muito mais.

De qualquer maneira todo o processo de alterações climáticas não passa pela Secretaria Regional da Economia, mas sim pelo ambiente ou pela assessoria na área da presidência, da investigação e tecnologia.

Não é da responsabilidade da minha Secretaria. Com certeza que o Secretário Regional da Agricultura poderá responder com mais precisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Evidentemente que o consumo de energia tem muito a ver com as alterações climáticas. O consumo de energia tem a ver com o consumo de combustível; o consumo de combustível tem a ver com a produção de gases para a atmosfera e a presença existente de gases na atmosfera provoca o conhecido efeito estufa que, por sua vez, tem influências nas alterações climáticas. É nessa perspectiva que eu falava. Poderíamos continuar a falar para lhe justificar como é que o consumo de energia tem a ver com as alterações climáticas. Aliás, é através do consumo de energia...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O Sr. Deputado está a dar-me uma aula?

O Orador: Não estou a dar. O Sr. Secretário é que disse que não havia relação entre a energia, consumo de energia e alterações climáticas.

Eu tenho que lhe dizer, senão eu é que ficava mal Sr. Secretário, como é que o consumo de energia tem a ver com as alterações climáticas.

Tem a ver, por essa razão.

É dessa forma que se vê se um país está a poluir mais ou menos. Portugal, presentemente já está praticamente a ultrapassar as metas para 2010 e dou-lhe um exemplo:

Em relação à taxa de dióxido de carbono, Portugal deveria atingir a meta de 40% de aumento, até 2010. Presentemente, já está em 34%, depois da Ministra do Ambiente ter garantido que Portugal não atingia os 40% em 2010. Estamos em 1999 e já vamos nos 34%.

Só para informação, porque nós vamos entrar num sistema de quotas de poluição, Portugal para respeitá-las, terá que dispendir 200 milhões de contos por ano.

A Região também tem um contributo, tem responsabilidade. Aliás, um Governo que vai fazer a viragem do século, não pode, de maneira nenhuma, pôr de lado assuntos como este.

Onde é que está a tal política inter-sectorial, Sr. Presidente do Governo, para agora se dizer que não é nada com a economia, mas sim com o ambiente?

Para se fazer a política inter-sectorial do ambiente, o Secretário da Economia que tem a responsabilidade do consumo, deve ter preocupações com a redução da poluição. É assim que se faz.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para informar o Sr. Deputado, face à questão levantada sobre a nossa participação ou existência, ou não, de um plano, no que respeita as alterações climáticas.

De facto, existe um grupo de trabalho a nível nacional onde os Açores estão representados por técnicos, inclusive da própria Universidade dos Açores, que têm vindo a fornecer os elementos e a colaborar nos estudos de impacto que irão conduzir na elaboração desse plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabe, Sr. Deputado, os investimentos da EDA demonstram uma clara opção por energias alternativas, como o caso da geotermia. Nós vamos avançar para a geotermia no caso da Terceira e temos avançado na fase **P** da geotermia.

Nós temos contribuído. Para isso, temos aproveitado os ensinamentos do passado, de uma forma ponderada e cuidada, e temos avançado de uma forma segura para investimentos que vão provocar muito menos poluição do que os investimentos na área térmica.

Isso também está reflectido no plano.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Superados três anos de actividade governamental com os respectivos planos e orçamentos anuais cumpridos, rigorosamente dentro das linhas traçadas no Programa do VII Governo Regional, sufragado pela população açoriana e reconfirmado nos sucessivos actos eleitorais, dão a este Governo Socialista sobejas provas da boa execução da sua actividade governativa neste período.

O Plano e o Orçamento para o ano 2000, apresentados pelo Governo Regional a esta Assembleia, à semelhança dos anteriores direccionados para o desenvolvimento coeso do arquipélago, contêm projectos e acções concertados, rigorosamente estudados e equacionados que permitem concluir que a política deste executivo continua certa e ruma para o desenvolvimento da Região.

Os pareceres solicitados aos parceiros sociais, sempre de grande utilidade para a elaboração harmoniosa dos documentos em causa, foram também considerados na feitura dos mesmos. As suas sugestões fundamentaram alterações a vários níveis. Originaram as mais das vezes dotações orçamentais superiores às inicialmente previstas. Mas, porque bem sustentadas, mereceram por parte do executivo as correcções respectivas.

Estes, Plano e Orçamento, à semelhança dos do ano anterior, elaborados ao abrigo do novo quadro financeiro regional que advém da entrada em vigor da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, ficam marcados de forma muito positiva em relação a documentos similares elaborados anteriormente fora da moldura que foi esta grande conquista conseguida para a Região pelo actual executivo.

A convergência progressiva do tarifário eléctrico regional com o todo nacional, a redução das tarifas aéreas entre o Continente e os Açores e as modificações operadas nos transportes marítimos entre as ilhas do arquipélago e deste para o continente, continuam a marcar positivamente a elaboração destes documentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção, queremos focar a evolução das políticas dirigidas à indústria e ao comércio regionais conseguidas no triénio que se passou e a perspectiva animadora que nos é trazida com este Plano para o ano 2000.

O Programa 9 do Plano contempla a política dirigida ao desenvolvimento industrial que está enquadrada em três projectos: um relacionado com a consolidação de infraestruturas, outro com os serviços de apoio às empresas e um terceiro dirigido para o sector do artesanato.

Na área da consolidação das infraestruturas estão previstos apoios à racionalização do espaço produtivo e à implementação de infraestruturas.

Para o conjunto de infraestruturas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento industrial mantém-se o apoio a diversos projectos desenvolvidos pelo INOVA ao abrigo de protocolos celebrados entre aquele instituto e a DRCIE.

Destes, destacam-se: os cursos de formação de quadros técnicos de grau médio para futuro apetrechamento humano das indústrias regionais e o estudo de tecnologias inovadoras nos sectores mais carenciados da indústria regional.

Para racionalizar o espaço produtivo numa região com as características da nossa, onde o bem estar da população residente tem de ser mantido e mesmo melhorado e onde o turismo aflora como uma componente forte da nossa economia, torna-se absolutamente necessário ordenar as actividades industriais de modo a prevenir choques ambientais.

Para cumprimento destes projectos mantém-se a dinamização de parques e zonas industriais bem como a transferência de unidades industriais já implantadas para zonas demarcadas.

O propósito referido acima conduz à dinamização do parque industrial da Ribeira Grande, à infraestruturização do parque da Ilha Terceira, à mudança de instalações industriais para a zona industrial de Vila Franca do Campo e mantém os apoios à criação das zonas industriais de Santa Maria, Lajes e S. Roque do Pico e Nordeste.

No que concerne aos Serviços de Apoio às Empresas Industriais, prevê o Plano várias acções direccionadas ao desenvolvimento do sector e das quais destacaremos: a defesa dos sectores tradicionais da indústria regional, o apoio a actividades com potencial de crescimento, a promoção da cooperação entre empresas que laboram no mesmo sector e estímulo da certificação e do controlo da qualidade.

Tal como prevíamos, na apresentação do Plano para o ano 1999, aquando da abordagem das actividades relacionadas com o artesanato regional, este deixou de

ser, como muitos achavam na altura, uma actividade económica menor no contexto do desenvolvimento regional.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS) *Muito bem!*

O Orador: A evolução conseguida durante o último ano perspectiva um grande desenvolvimento para este sector, tanto mais que, a nível interno terá como sustentáculo e actividade económica paralela, o turismo. Turismo que todos queremos de qualidade e que inquestionavelmente surge como uma grande promessa do nosso desenvolvimento económico.

Na área do artesanato, coordenada pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato não se têm poupado esforços para a valorização da actividade, que é tida como promotora do desenvolvimento regional, divulgadora do património cultural, potencial complemento do emprego e muito estimulante para os artesãos.

O Centro Regional de Apoio ao Artesanato tem promovido diversas acções quer a nível interno como externo das quais se destacam a certificação da qualidade e garantia do artesanato regional, o apoio à comercialização nos mercados do continente, Europa e Estados Unidos da América, a realização e participação em feiras, a formação de aprendizes e mestres artesãos e o apoio na aquisição de oficinas e equipamentos aos artesãos. Estas acções estão na base do sucesso conseguido neste sector da economia.

O crescente interesse por esta actividade industrial está bem patente no número de artesãos que se têm inscrito no Centro. Note-se que dos 1903 artesãos inscritos, 413 fizeram a sua inscrição entre Janeiro de 1997 e Outubro de 1999. Este elevado número de adesões, feita neste período, inferior a dois anos, leva a crer que os artesãos acreditam na revitalização da actividade e esta deixará de ser considerada como uma actividade menor e a "parente pobre" da economia açoriana.

Para a concretização do apoio ao do Programa 9 do Plano para o ano 2000 está prevista uma dotação financeira de 255.000 contos que se distribui do seguinte modo:

Consolidação das infra-estruturas - 80.000 contos

Serviços de Apoio às Empresas -100.000 contos

Artesanato 75.000 - contos

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma região não é rica nem mesmo desenvolvida economicamente só porque tem capacidade de produzir e transformar. Necessita também de comercializar o que produz e o que transforma.

Daí, o papel importantíssimo que está acometido ao comércio.

A actividade comercial regional confrontando-se com problemas de dispersão territorial, grandes distâncias para transpor, transportes ainda deficientes e de custo elevado, e se se acrescer a estas dificuldades ancestrais outras relacionadas com as novas formas de comercializar, ainda não totalmente dominadas pelos intervenientes regionais do sector, teremos de admitir que neste campo é necessário concentrar algum esforço e muita atenção.

E assim, que para ultrapassar as dificuldades descritas, que neste Plano surgem projectos e acções tendentes à revitalização e dinamização desta componente tão importante da nossa economia.

O Plano contempla acções que visam e incentivam formas de ligação e coordenação das actividades comerciais directamente à produção, outras que dinamizam o comércio tradicional e outras ainda que apoiam a cooperação entre empresas.

O incentivo ao consumo de produtos regionais e a formação profissional ministrada através de seminários e encontros entre intervenientes do mesmo sector comercial também têm sido formas usadas para apoio ao comércio.

Para a promoção externa dos produtos regionais prevêem-se acções de divulgação das potencialidades económicas da Região e de apoios específicos à exportação.

Os apoios destinados às empresas exportadoras de produtos regionais encontram-se regulamentados pela Portaria n.º 3/98, de 15 de Janeiro.

A promoção e participação em exposições nacionais e internacionais para divulgação das potencialidades económicas regionais, são mais uma forma contemplada neste Plano para apoio ao comércio regional

Como referimos atrás acerca da importância que este sector tem na nossa economia, foi prevista, no Plano para o ano 2000, no seu Programa 10, uma dotação global de 247.000 contos que se distribui da seguinte forma:

Acções de dinamização do comércio - 43.000 contos.

Promoção externa dos produtos regionais 204.000 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À guisa de prova real, que não em termos aritméticos mas práticos, não posso deixar de referir aqui, ao terminar esta intervenção, o orgulho e satisfação que sinto quando contacto empresários ligados aos sectores abordados na intervenção e estes manifestam o seu contentamento pela forma como o actual Governo Regional vem desempenhando a sua função.

Mesmo que outras razões não houvessem, e há muitas, o contentamento e a esperança depositados pelos empresários na acção deste Governo seriam mais do que suficientes para apelar a esta Câmara uma aprovação unânime dos Plano e Orçamento apresentados.

Disse.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Antes de interrompermos os nossos trabalhos para almoço, informo a Câmara que o Governo dispõe de 3 horas e 34 minutos; o Partido Comunista Português 46 minutos; o Partido Popular 1 hora e 27 minutos; o Partido Socialista 3 horas e 41 minutos e o PSD 3 horas e 25 minutos.

Boa tarde e até às 15.00 horas.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sempre que uma crítica é feita a este Governo e à sua actuação somos confrontados com a mesma ladainha, a saber a “pesada herança” dos anteriores governos PSD num perpétuo lamento ensaiado com o objectivo de dissimular a sua inaptidão para alcançar o que se propuseram.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila (PSD): *Olhe que novidade!*

O Orador: Na verdade, de há três anos a esta parte, pouco ou nada foi feito, e aquilo que nas promessas eleitorais se rotulava de medidas urgentes não passam ainda disso mesmo, de promessas, como é o caso do Matadouro Industrial da Ilha Terceira, da construção da nova Escola Básica de Angra, da reestruturação das instalações da Escola Geral e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade e da reparação e ampliação da Escola Básica 2,3 Francisco Ornelas da Câmara. Dir-me-ão: estão contempladas neste Plano e Orçamento; é verdade, mas agora com a vossa própria argumentação se condenam: têm agora mais passado do que futuro, e as obras que eram para ser executadas neste mandato não poderão jamais ficar concluídas num só ano.

Além do mais coloca-se claramente um problema de credibilidade uma vez que, na sua maioria as acções agora previstas também o foram em Planos anteriores sem vislumbre de qualquer execução, pelo que o facto de agora estarem novamente inscritas não implica qualquer garantia de virem a ser efectuadas. Para além destes brevíssimos considerandos trazem-me a esta tribuna preocupações específicas que se prendem, não tenho dúvidas, com a “noção das proporcionalidades” que já tive oportunidade de ver manifestada pelo Presidente do Governo, em detrimento do crescimento e desenvolvimento harmónico do arquipélago e que, em alguns casos deixa lugar a legítimas dúvidas quanto aos motivos e faz pensar que nesta Região existem filhos e enteados, assim repartidos ou por razões eleitoralistas ou por manifesta prova de que este Governo não é daltónico sendo por isso muito sensível à cor. Mal estaríamos se a União Europeia, à qual sempre reivindicámos solidariedade, adoptá-se, à semelhança do Governo Regional, uma aguda

“noção das proporcionalidades”. É que, meus senhores, a solidariedade deve começar em casa.

É assim que vejo, com preocupação a Praia da Vitória cada vez mais como um enteado esquecido desta Governação; exemplos há-os abundantes desde as pequenas às grandes questões, desde a manutenção das bermas das estradas Regionais à falta de consideração das autoridades nacionais e regionais em cerimónias oficiais, tais como a apresentação do PROCOM – Projectos Especiais de Urbanismo Comerciais, em flagrante contraste com outras localidades.

Mas vamos ao que está na Ordem do dia, o Plano e Orçamento em discussão que se pauta pelos mesmos critérios, senão vejamos:

Em sede do Programa "Construção de Novos Troços – Estradas" a Praia da Vitória está apenas contemplada com cinco mil contos respeitantes ao acesso ao Porto da Praia da Vitória, não se contemplando reivindicações importantes neste âmbito como por exemplo a construção da Avenida Marginal da Praia essencial ao desenvolvimento do Concelho;

No tocante à reabilitação de Estradas Regionais a única contemplada é a Estrada Regional Lajes-Praia da Vitória com cinquenta mil contos, considerados aliás manifestamente insuficientes pelos responsáveis do Concelho. De fora ficam a pavimentação de importantes estradas tais como a Canada da Mesquita (Igreja de Santa Luzia – Posto Um), o troço Posto Um – Juncal, a Estrada da Circunvalação, os Caminhos Velhos das Quatro Ribeiras, Biscoitos e Cabo da Praia entre tantas outras;

Ficam ainda de fora investimentos fundamentais não só para o Concelho, mas para toda a Ilha, tais como o Projecto Geotérmico da Ilha Terceira, a remodelação ou destruição do actual Porto de Pescas da Praia, e mesmo para aqueles projectos que apesar de o Governo não ter tido qualquer despesa, como é o caso do Parque Desportivo da Praia, nem sequer estão previstas as necessárias despesas de manutenção;

E que dizer da situação do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória?

Na discussão do Plano e Orçamento para 1999 o Secretário Regional da Economia garantia que no decorrer do presente ano, o Fundo Regional de Abastecimento em parceria com os privados iria definir o Projecto do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, o que até à data não foi feito.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já está!

Deputado Jorge Valadão (*PSD*): Está em estudo!

A Oradora: Eu não tenho conhecimento nisso. Até estranho, porque tenho tanta vontade em publicitar tudo.

Voltando ao Plano, programas há em que não está, pura e simplesmente, prevista qualquer dotação para aquele Concelho, como por exemplo, quanto às acções “Equipamento de Apoio à Infância e Juventude” (zero escudos) e “Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural” (zero escudos).

Em relação a Angra do Heroísmo, pelo contrário, as principais acções estão realmente inscritas no Plano, mas aqui coloca-se o problema do arrastamento das decisões e três anos volvidos lá continuam por executar.

Em Angra, se perguntarmos a qualquer cidadão quais os principais problemas não hesitarão em responder: educação, saúde, turismo e estradas regionais.

Em relação às escolas já tive oportunidade de referir quais as obras principais sendo que em relação à nova Escola Básica de Angra do Heroísmo, já só nos resta esperar pelo lançamento da primeira pedra, o que sem dúvida às portas do novo acto eleitoral, não se deixará de fazer.

Pena é, que não a tenham concluído dentro do mandato que lhes foi conferido.

Inauguração por inauguração sempre inauguravam uma obra realmente vossa.

É que essa seria a única forma de não andarem a "chocar, eternamente, ovos alheios". Ficamos à espera.

Em relação ao sector da saúde, o Hospital de Angra do Heroísmo encontra-se num lamentável estado de degradação o que põe em causa a prestação dos cuidados essenciais de saúde.

É necessária uma solução urgente que inverta esta situação, a qual o Governo tem arrastado e tarda em adoptar.

Como se isso não fosse suficiente, há falta de médicos de família, falta de médicos especialistas e o Governo insiste em adiar um conjunto de incentivos necessários que ajude à sua fixação.

Mais: pela primeira vez o Director Clínico não foi ouvido aquando da sua indicação para a abertura de concurso para as especialidades tidas como necessárias. Entretanto os pacientes esperam e desesperam em listas de espera que se prolongam por meses. Ficamos à espera.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem!*

A Oradora: **Quanto ao turismo, infelizmente, é conhecida e sabida a situação de falta de camas na Terceira, sem as quais não é possível apostar no sector, quanto mais em turismo de qualidade. Ficamos à espera.**

Estradas regionais reparadas precisam-se; no papel já cá estão contempladas no entanto, estamos todos fartos de política virtual, para não variar, nada ou muito pouco foi feito. Ficamos à espera.

Trago ainda a esta Tribuna questões que abrangem toda a Ilha Terceira e que constituem legítimas preocupações de toda a população. Uma das mais prementes prende-se com o urgente plano de desratização que se impõe fazer e que coloca problemas sérios abeirando já contornos de calamidade, que se prendem com a saúde pública.

Deputado Élio Valadão (PS): **Plano de desratização? Isso é com a Assembleia Municipal!**

A Oradora: **As queixas são conhecidas e provêm de todos os sectores da sociedade desde a agricultura até ao comum cidadão, passando pelos próprios edifícios públicos do qual é flagrante exemplo as instalações dos Serviços Regionais de Estatística de Angra do Heroísmo. Esta tem de ser, portanto, uma acção concertada entre o Governo Regional e as Autarquias e que não está, pelo menos especificada e desagregada neste Plano, como se impunha.**

Uma outra preocupação que aqui trago tem a ver com a desadequação flagrante entre o discurso feito pelo governo e as dotações financeiras que disponibiliza, nomeadamente no tocante às componentes produtivas da nossa economia,

registando-se de uma forma geral quebras significativas nos Programas de Apoio correspondentes.

Deixo apenas aqui um, entre vários exemplos, escolhido devido à sua importância no contexto não só da Ilha Terceira, mas a nível regional, e que tem a ver com o Sistema de Incentivos da Região Autónoma dos Açores que regista uma dotação manifesta e preocupantemente insuficiente face às necessidades, já que o milhão e trezentos mil contos inscritos nem chegam para honrar os compromissos já assumidos, projectos aprovados e publicados em Jornal Oficial, em sede do subsistema SIRALA, cuja importância para o nosso tecido comercial e industrial é sobejamente conhecido.

Quanto ao sector agrícola, parece-me igualmente inaceitável, que se registre uma redução no apoio ao investimento, quando estão já em carteira inúmeros projectos de investimento à espera de aprovação.

Por último, uma referência ao desporto: é inaceitável que o apoio para o desenvolvimento desportivo da Região tenha sofrido um corte orçamental de duzentos mil contos pondo em causa as acções de formação e a participação das várias Associações Desportivas nas diversas provas e competições.

Deputado Eugénio Leal (*PSD*): *Muito bem!*

A Oradora: Bem sei que uma das teorias tão do agrado deste Governo e sobejamente utilizada é o já gasto *slogan* “Oposição Responsável”; para mim ficou claro que para o Governo “Oposição Responsável” é a falta de críticas, mesmo quando construtivas, à sua governação. Silêncio é conivência: para mim oposição responsável é trazer a esta tribuna as legítimas aspirações dos açorianos em geral e dos terceirenses em particular.

Disse.

Muito Obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um pequeno esclarecimento.

O concurso público para o parque de combustíveis da Praia da Vitória já decorreu, já há um vencedor e no próximo Conselho de Governo, no dia 2 de Dezembro, o projecto vai ser adjudicado.

Tem o prazo de execução de 11 meses e um custo de 55 mil contos.

Deputado Jorge Valadão (*PSD*): Então o próximo o PSD é que vai lançar!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Daqui a 50 anos de vida útil, os senhores farão a renovação dele!

O Orador: Nós vamos fazer o parque de combustíveis da Praia da Vitória, pretensão há muito desejada, da Ilha Terceira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde a primeira hora de discussão deste Plano e Orçamento, temos vindo a assistir, à manifestação da ala fundamentalista do PSD.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Por isso não nos admira que a senda do mau dizer continue!

Tenta-se apresentar o melhor plano destes 4 anos e o melhor plano dos muitos últimos anos, plano esse que conta com uma verba de 7 milhões de contos para a Ilha Terceira, com uma percentagem de 16,4 que há mais de uma dúzia de anos não era aplicada aquela ilha, que tem vindo numa recuperação em termos de investimento bastante acentuada desde 1991, portanto já há uma data de anos, e neste momento, onde algumas obras retardam por um ano a sua iniciação, mercê de vários problemas que surgem do caminho, esquece-se, em termos de comparação, que antigamente não se colocava essa diferença num ano ou dois da sua iniciação. Colocava-se, isso sim, em 8 e muitas vezes 10 anos.

O salto hoje para iniciar uma obra, poderá ser eventualmente de 1 ano para o outro.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

O Orador: Anteriormente, e num passado bastante recente, a diferença situava-se em Plano de Médio Prazo para Plano de Médio Prazo, daí, que uma senda de obras da Ilha Terceira tenha retardado até aos nossos dias e esteja a ser executada e levada a efeito pelo actual Governo Regional.

Refiro-me à obra Lajes/Santa Bárbara, já aqui falada por diversas vezes, que está sendo feita numas condições excepcionais, que está praticamente terminada, toda a área que compete ao Concelho da Praia, e será objecto de novo projecto para concluir da Cova da Serreta a Santa Bárbara.

Deputado António Meneses (PSD): Quando?

O Orador: Neste momento já se executaram 25,6 Km dessa estrada, há 2,6 ainda em Quatro Ribeiras/Biscoitos para concluir, mas penso que qualquer habitante da Ilha Terceira, passando naquela área, tem alguma coisa a dizer sobre o atraso dessa estrada, dado o volume de investimento de trabalho que tem sido necessário nessa zona.

Por outro lado, o Porto de Pescas da Praia da Vitória é outro que de salto em salto, de Plano a Médio Prazo em Plano de Médio Prazo, está finalmente concluído.

As casas de aprestos estão concluídas, aquela obra está concluída e não tardará muito que os pescadores estarão cá com as suas embarcações e aquele porto estará funcionando em pleno.

Em seguida, esquece-se o Centro de Saúde da Praia da Vitória que desde 89 é incluído nos Planos de Médio Prazo do PSD e, neste momento, está em velocidade de cruzeiro tendo a sua finalização no Verão de 2000.

Quanto à Escola do Ensino Básico e Artístico de Angra do Heroísmo, ela não principiou, teve alguns problemas pela frente, um dos quais relacionado com o facto do projecto onde ela iria ser instalada no tempo do PSD, não ter o terreno adequado à sua instalação. Contou-se com a dimensão do projecto, mas não se contou com a dimensão do terreno e isso trouxe graves e difíceis consequências de difícil ultrapassagem posteriormente.

Falou-se também aqui de turismo.

Poderíamos fazer uma comparação entre o que o turismo era para a Ilha Terceira no tempo dos governos do PSD e o que está sendo hoje em dia, com um grande salto qualitativo e até quantitativo em termos de hotéis que estão sendo construídos, alguns deles, neste momento e os outros em breve terão início, como é o caso do Hotel Angra, a Residencial Cruzeiro e muitos outros que em breve terão início, conforme já foi aqui referido neste plenário.

É preciso dizer que, e num dado que tenho à minha frente, no Plano de Médio Prazo de 89 a 92, a execução das verbas para o turismo, na Ilha Terceira, situava-se na casa dos 25,2. Isto significa, claramente, o interesse pela via do turismo naquela ilha que, de facto, se não tivesse a sorte de acontecer o que aconteceu no final de 96, ou seja, a mudança de governo, seria claramente ultrapassada por outras ilhas da Região e ficaria condenada ao ostracismo como estava sendo.

A via rápida já tem o 4º troço concluído e terá a conclusão do acesso ao porto no próximo ano, o ano 2000.

Falou-se aqui de agricultura e muito superficialmente só em caminhos agrícolas, rurais e no abastecimento, a Ilha Terceira pode gabar-se de ser aquela que tem melhores condições neste momento a esse nível e a nível dos Açores, porque tem um investimento que abrange toda a ilha e não apenas um sector privilegiado ou um "cantinho à beira-mar plantada".

Muitas outras situações a nível de ilha poderiam ser referidas, como sejam questões que se prendem com a solidariedade social, com a colaboração da Secretaria de Educação em grandes reparações escolares, a remodelação do Hospital de Angra que nunca se tem descurado e todos os anos tem tido importantes verbas ali aplicadas, o avanço da marina de Angra. Enfim, a Ilha Terceira tem, de facto, razões sobejas para estar satisfeita com este plano.

Uma prova disso é a votação unânime da Câmara de Angra em relação ao mesmo.

Deputado Mark Marques (PSD): Pudera!

O Orador: Um plano quando se elabora, é para toda a ilha, não de concelho a concelho, como óbvio. Há coisas que são aplicadas num concelho.

O Concelho da Praia não está tão esquecido como isso neste plano. Existe lá o Centro de Saúde em construção, tem o Porto de Pescas já realizado que foi mercê de um

grande investimento, tem a estrada Lajes/Santa Bárbara na parte do concelho já concluída, onde também tem havido um grande investimento.

O Concelho da Praia não tem razões de queixa em relação a este plano e o tempo não pára neste ano, outros anos se seguirão e este Governo saberá corresponder aos anseios daquele concelho, como também ao resto do Concelho de Angra que não está contemplado neste Plano.

Há também uma questão que queria aqui focar, ou seja, o tão necessário equipamento para o Porto da Praia, quer a grua quer o rebocador, irão, este ano, ser adquiridos através da Junta Autónoma dos Portos para aquele porto. Isso já está decidido e vai ser objecto de concretização no ano 2000.

Penso que de uma forma geral toquei, ao de leve, praticamente em todos os aspectos. Foi pena não ter estado aqui no início da intervenção da Sra. Deputada, mas penso que o essencial ficou dito e se for necessário voltaremos a repetir algo que tenha esquecido.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Secretário eu agradeço, desde já, o seu esclarecimento. Fica registado e ficamos à espera.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco Oliveira, eu devo dizer que fiquei muito espantada por me ter catalogado entre os fundamentalistas. Eu não me considero fundamentalista, apenas limitei-me a enumerar as obras que os senhores prometeram e que estavam nas vossas promessas eleitorais e que não foram cumpridas.

Acho incrível que se passem 3 anos, desde um mandato, e só no último ano é que vão fazer tudo. Eu não disse nenhuma novidade, apenas limitei-me a ver o que os senhores prometeram e aquilo que não cumpriram.

Em relação à aprovação que o Sr. Deputado falou deste plano e orçamento pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, eu remato em relação à Câmara Municipal da Praia da Vitória que se sente muito posta de parte ao contrário do que o Sr. Deputado disse. É um sintoma contrário ao que afirmou.

No que se refere ao passado, eu devo dizer-lhe que isto comigo, pelo menos, não pega, porque infelizmente bem queria eu ter participado na obra que o PSD fez durante estes 20 anos e que transfigurou esta Região, muito me orgulharia, mas infelizmente não posso, e felizmente, porque aqui, em sede de argumentação, pelos menos comigo não serve.

Obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou chamar ao Sr. Deputado Francisco Oliveira fundamentalista, mas vou chamar-lhe um homem de grandes convicções e de profunda fé. Por consequência, com estas características, defende profundamente o Partido Socialista.

Quando estava na oposição, na Ilha Terceira, e tenho que lhe reconhecer mérito nesse campo,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Também defendia o Partido Socialista!

O Orador: ... o Governo não fazia nada na Ilha Terceira: a estrada Lajes, não andava, os centros de saúde não andavam, as escolas não andavam, nada andava. Nada se tinha feito em 20 anos.

O Partido Socialista passa para o Governo, é uma maravilha. Estamos no paraíso. Tudo é feito, o porto é feito, a escola é feita, as estradas são feitas, o desenvolvimento económico é feito, enfim...

(Aplausos da bancada do PSD)

Eu aprecio muito, nesta mudança de século, os homens com grandes convicções e fé. Não o chamo de fundamentalista, porque eles existem numas zonas mais escondidas na Ásia.

Em relação ao plano, pelas minhas contas Sr. Deputado, a percentagem de investimento na Ilha Terceira, não são os tais 16%. Serão à volta dos 14,2%, o que é uma média razoável, reconheço, é uma média superior ao investimento que foi feito o ano passado que, segundo as minhas contas, foram 12,5%.

Acontece, Sr. Deputado, que o papel feliz, ou infelizmente, aceita tudo o que se escreve nele.

Se este plano fosse o plano do primeiro ano deste Governo, haveriam fortes expectativas, todos nós poderíamos ter alguma expectativa que o que estava no papel ia ser desenvolvido e aplicado.

Acontece que este Governo do Partido Socialista já tem um historial de planos.

O problema do plano de investimentos da Ilha Terceira para o ano 2000, não é os 7 milhões 250 mil contos que estão lá previstos a que correspondem 14,2% do total. É a credibilidade do que está aqui escrito, tendo em atenção a baixa execução do que foi feito no investimento nos últimos três anos.

É comparar os relatórios de execução, é comparar aquilo que estava no plano a Médio Prazo e é andando pela Ilha Terceira para ver.

Por consequência, aprecio muito as pessoas com convicção e com fé, mas a fé e a convicção não devem obnubilar a nossa vista e nós não devemos perder a capacidade de ver a realidade.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A noção de fundamentalismo adveio de uma nota que curiosamente tomei aquando da intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral.

A ladainha foi de tal forma que — de facto, há ladainhas para todos os gostos, inclusivamente na Igreja Católica — a repetição da ladainha invocada, é uma ladainha fundamentalista.

Há ali qualquer coisa de verve que faz despoletar para terrenos desse género.

A Sra. Deputada Sandra Bessa veio aqui apontar as coisas que não tiveram ainda o seu início, que não foram ainda executadas e, inclusivamente, alegar que o Concelho da Praia era martirizado, onde não havia aplicação de verbas, onde não havia investimento, onde não havia nada.

O que eu tentei fazer ver, e que é a realidade, foi que o investimento no concelho da Praia não tem sido tão pouco como isso. O investimento na Praia atinge uma verba com alguns milhões, há obras que se acabaram de concluir lá e há obras que estão em curso, como aqui foram invocadas, que são de fundamental importância para aquele concelho e que custam muito dinheiro, quer em estradas, quer em centros de saúde.

Portanto, não é por uma estrada secundária estar em mau estado, que o Concelho da Praia pode dizer que tem menos que o Concelho de Angra.

O Concelho da Praia é um concelho geograficamente muito mais restrito do que o de Angra. Em número de freguesias tem 10, contra as 19 de Angra.

De facto, em todos os aspectos tem que ter menos investimento do que o de Angra, pelo menos a dimensão dos membros do concelho para isso indica.

Foi nessa óptica que eu não ouvi dizer algo de bem daquilo que estava a acontecer. Apenas ouvi referir o que estava mal ou aquilo que lhe parecia estar mal.

Na minha óptica, este plano que está em execução é o melhor plano que existe para a Ilha Terceira, desde há muitíssimos anos, desde 90 ou de 91 até hoje. Portanto, não é um plano que possa ser condenado.

O Governo Regional, na Ilha Terceira, faz uma grande aposta em todos os sectores e isso tem que ser relevado, apontado em primeira linha, e este plano não pode, de forma alguma, passar como algo de negativo para aquela ilha, em todos os sectores de intervenção em que ele se baseia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Tanto não sou fundamentalista que tive todo o cuidado em, antes de fazer esta intervenção, basear-me nas forças vivas, quer da ilha, quer do concelho.

Como deve calcular, quando aqui trago estas coisas, não trago porque sou uma iluminada, não tenho essa presunção. Eu fui falar com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, com as forças vivas do concelho até, porque eu própria, vivo no concelho. Quando trago estas legítimas aspirações, trago-as não porque são necessárias, mas porque os senhores criaram expectativas.

Aquilo que digo e repito foi que eu apenas trouxe aqui legítimas expectativas que os senhores criaram, promessas que não cumpriram. Apenas isso.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este plano insere-se em outros planos cujo fim é no final de 2000.

Não se pode dizer que nenhuma obra incluída neste plano, não é para ser feita. Todas as obras, inclusivamente as estradas, elevaram a sua verba e tudo indica que estas obras apontadas no plano são para executar no ano 2000.

Deputado Mark Marques (PSD): Nós admiramos a sua fé!

O Orador: O plano tem a ver com o futuro, com o ano que se inicia a partir da aprovação deste plano e orçamento e é nesse sentido que está a ser discutido.

Este plano é muito positivo. Favorece a Ilha Terceira e é um plano que não pode de forma alguma ser condenado, muito menos pelas forças da Praia da Vitória, incluindo a própria câmara que já deu exemplos que não há nada que a satisfaça.

Se o plano estivesse ao contrário, estaria a ser condenado e seria condenado na mesma pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Esse exemplo já existe, é público e já conhecemos isso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Eu não digo que o plano não é bom, ele até é razoável. O Plano é virtual.

(Aplausos da bancada do PSD)

A questão é, como o senhor disse e bem, que este plano veio na sequência de outros. Como o meu colega Dr. António Meneses disse, se a palavra escrita, aquilo que lá vem, tiver alguma credibilidade, então eu concordo.

O problema é que os senhores prometeram determinadas obras para este mandato de 4 anos, já lá vão 3, em todos os planos inscrevem as obras e continuam a adiá-las e a arrastá-las.

Plano por plano, pode haver qualquer um.

Aquilo que me interessava e que interessava às populações, nomeadamente no Concelho da Praia e não só, de Angra e da Região em termos gerais, é que se diz mas não se faz. Isso não me serve.

Muito obrigada.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Um exemplo muito rápido de razões de queixa da Câmara da Praia da Vitória.

O Sr. Deputado sabe muito bem há quanto tempo se arrasta o problema da marina da Praia, por causa das casas dos aprestos.

A Câmara da Praia tem razão em protestar.

Comprometeu-se, disponibilizou-se para em 15 dias fazer o projecto e executar as casas de aprestos em 3 meses.

Veja o tempo que foi preciso para executar as casas e tarda ainda a mudança dos pescadores.

Este é um pequeno problema de como se discriminam câmaras e como se empata o bom trabalho que vêm fazendo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que a Sra. Deputada Sandra Bessa há pouco disse, eu queria referir que quem se habituou ou quem se habitua a ver as obras passarem de Plano a Médio Prazo, para Plano a Médio Prazo, sem terem o seu início, não pode aceitar uma crítica tão sagaz em relação a uma obra que passa de um ano para o outro no plano.

Admito que esteja aqui de novo, que não tenha essa experiência vivida do passado, mas alguns de nós têm-na e o que é profundamente lamentável é que quando antes se permitia que em obras como aquela que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca acabou de invocar, que têm a ver com o Porto de Pescas da Praia da Vitória, que está no Plano de Médio Prazo desde 89, que eu vi chegar a 96 sem execução, sem estar completo e que agora diga-se que é o Governo do PS que boicota o trabalho por causa disso, é algo que não se pode admitir.

Metam a mão na consciência, vejam todo o tempo que passou e o que isso custou e vejam o que tem sido feito e está sendo feito agora. Há questões que se prendem que têm que ser ultrapassadas. A obra já está feita e os pescadores não tardam no seu sítio.

Não é uma razão de crítica, é uma obra que tem que ser feita, que teve que ser executada, foi como devia e se alguém tem razão de queixa de algum atraso dela não será com certeza alguém afecto ao PSD, porque não é de bom tom ter esse tipo de crítica por causa da obra ter atrasado um ano eventualmente.

Deputada Sandra Bessa (PSD): É um direito, um dever e uma responsabilidade!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria felicitar a senhora e jovem Deputada Sandra Bessa pelas temáticas que aqui trouxe sobre a Ilha Terceira, porque somente compreendo, até pela sua juventude, que não pode nem deve ser responsabilizada por aquilo de mal que o PSD, no passado, fez em relação à Ilha Terceira.

Julgo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os ilustres colegas deputados, foram demasiado intolerantes para com uma jovem deputada que é o primeiro plano e orçamento que discute nesta Assembleia

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem*

O Orador: Trouxe, com toda a legitimidade os principais problemas da sua ilha, que também é a minha.

Portanto, permitam-me que eu, pessoalmente, como colega e um, não dos mais velhos em idade, pelo contrário, mas dos mais velhos deputados, diga que devíamos ter tido outro comportamento que não aquele que os Srs. Deputados do Partido Socialista tiveram.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Foi a sua prática.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria também de fazer uma observação — pessoalmente não acho correcta, não me agrada — a uma perspectiva demasiado concelhia que nunca me habituei a ver nas análises das matérias, em relação à Ilha Terceira, e que hoje foi aqui abordada por demasiados Srs. Deputados.

Repito: não é natural, não é vulgar, felizmente, naquela ilha. Ademais os principais projectos da Ilha Terceira, não têm uma perspectiva do concelho onde por acaso se localizam, porque são, como todos nós sabemos, projectos de ilha.

Passo agora a fazer uma abordagem a este plano e confesso que tinha também alguma saudade de vir a esta tribuna como deputado pela minha ilha.

No que se refere à Ilha Terceira, na perspectiva do Partido Popular, este é um mau documento, como tem acontecido em relação aos documentos dos anos anteriores.

Este Plano para 2000 limita-se, quanto aos projectos mais significativos, a dar andamento a acções que estão em curso e sobretudo a retomar promessas que sistematicamente vêm sendo inscritas nos orçamentos anteriores sem a execução desejada.

Neste capítulo, para os terceirenses, este Governo Socialista, na sua política do não cumprimento do programado, em nada se distingue dos governos que o antecederam.

Todos os anos se inscrevem no plano investimentos que os terceirenses gostariam de ver contemplados. Porém, todos o anos, na prática, o Governo não tem executado

atempadamente aspectos fundamentais da sua programação. Vejamos exemplos concretos:

Estamos quase no fim do mandato do Governo Socialista e o matadouro industrial da Ilha Terceira, uma das prioridades apresentadas pelo PS, não arrancou, com todos os prejuízos daí advenientes para a economia local e para a própria população, já que o actual matadouro corre, como todos nós sabemos, o risco de vir a ser encerrado e se isso já não aconteceu, é porque não se cumprem com as normas higio-sanitárias.

Por outro lado, o Governo promete, iniciar as obras no ano 2000, mas neste ano de 1999, o Governo já tinha afecto a esse projecto uma dotação de 193 mil contos e a obra nem teve início.

É esse o drama dos governos que, para iludirem as populações, são generosos na inscrição anual de verbas para a todos contentar, só que não têm presente a sua limitada capacidade de execução, ou então é má vontade política, como veremos nalguns casos, e, na prática, a função do deputado acaba por ser muito ingrata para o Governo, porque vem lembrar, na apreciação das propostas do plano aquilo que o Governo prometeu nos anos anteriores e não cumpriu. Estamos perante um caso evidente.

Neste mesmo sector, os terceirenses sofrem aquilo que todos os açorianos têm vindo a sentir.

A certificação da carne não aparece; o matadouro privado da Ilha Terceira, sem o mínimo de condições, não foi minimamente apoiado numa altura decisiva para a economia do subsector da agro-pecuária na Ilha, com protestos a todos os níveis, com misturas de desespero por parte de alguns empresários que ainda acreditam na exportação de carne por aquela ilha; o novo mercado do gado não tem o mínimo de condições de funcionamento e parece que está concluído há dois ou três anos; os projectos de investimento dos empresários agrícolas, tal como no resto das ilhas da Região, emboloram nas gavetas governamentais e agora sobre todos pende o drama da quota leiteira que vai estrangular os produtores e para a qual este Governo Regional se manifesta absolutamente incapaz de dar uma perspectiva positiva a quem labuta na agro-pecuária dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Façamos uma passagem pelas infraestruturas da educação na Ilha Terceira.

A situação que se vive é desastrosa e revela a incapacidade de execução deste Governo, decorridos mais de 3 anos do seu mandato e com a particularidade das expectativas que foram colocadas.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): O Sr. Deputado não sabe o que é que diz.

Foram 900 mil contos para as escolas da Ilha Terceira a nível do 1.º ciclo do básico.

O Orador: Sr. Secretário, eu ia louvar o Governo — V. Exa. antecipou-se — pelo facto de, ao nível do sector primário do básico, ter disponibilizado verbas para se ter feito algo que era indispensável fazer.

Sr. Presidente, Sr. Deputados:

Isto abrange um sector muito importante, mas que até agora nunca constituiu as grandes apostas do Governo Regional e do próprio Sr. Secretário da Educação.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Constitui a melhor aposta deste Governo a nível do 1.º ciclo!

O Orador: Agora, constitui a melhor.

Eu sempre ouvi, nesta Casa, e sempre li nos planos do Governo, que a grande aposta era a grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Também é!

O Orador: Essa escola, em 1998, tinha uma dotação de 125 mil contos.

Um sector que é muito caro para todos nós, e realmente não temos ouvido os representantes do sector da educação virem a público, com aquele fervor que nos habituámos ao longo destes anos, fazer a defesa.

O que é que é feito dos 125 mil contos com que estava dotada a Escola Preparatória Francisco Ornelas da Câmara?

Aconteceu o mesmo que acontece à "dança" do Sr. Deputado Augusto Elavai.

(Risos da bancada do PSD)

O que é que aconteceu em relação aos 150 mil contos que estavam inscritos em 1999 para a Escola Preparatória Francisco Ornelas da Câmara?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não se sumiram nada, Sr. Deputado. Foram para o 1º ciclo!

O Orador: É óbvio que para o ano 2000, a dotação baixa para 100 mil contos, o que quer dizer que à medida que a escola se degrada, o custo da obra diminui, o que é realmente outra medida típica do vosso departamento, Sr. Secretário Álamo de Meneses.

Adivinha-se que as obras vão começar. Eu aqui estou como o Sr. Deputado Francisco Oliveira, para ver chegar o dia.

Nessa perspectiva, vai chegar o dia de começar as obras na Escola Francisco Ornelas da Câmara, só que este Governo, ao fim de três anos, foi totalmente incapaz de dar um bom procedimento ao projecto dessa mesma escola.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Quem é que lhe disse isso?!

O Orador: Sou eu que lhe estou dizendo e demonstrando!

Segundo projecto:

Há dezenas de papéis nesta Assembleia sobre a Escola EB 2/3 + Ensino Artístico, de Angra do Heroísmo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Há, sim senhor. Desde 84!

O Orador: Sim, desde 84!

Prometida por este Governo, prometida pelo Governo anterior, temos em 1998, uma dotação de 150 mil contos. Aliás, é engraçado que essas verbas todas têm algo de comum: 150 mil contos em 98, mais 150 mil contos em 99 e a escola não aparece!

Para o próximo ano estão inscritos mais 150 mil contos. Já percebemos que a primeira pedra é para...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Setembro!

O Orador: ... o início da pré-campanha eleitoral. Na minha opinião, está um bocadinho atrasada.

Eu julgo que os serviços de informação do Governo Regional deveriam antecipar um pouco a data para a colocação desta pedra, mas para a primeira pedra ser lá posta, o Sr. Secretário Álamo de Meneses, inscreveu nos planos 550 mil contos. Inscrever 350 mil contos durante 3 anos para pôr uma primeira pedra durante a pré-campanha eleitoral, é muita coisa!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Essa pedra é caríssima. Fica para o património!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Depois, há pequenos projectozinhos, os tais que em princípio vão tendo aquelas coisinhas de zelo.

O Governo Regional imaginou que era necessário uma escola básica para o Porto Martins. Criou expectativa e aquelas pessoas acreditaram nisso — a minha gente, porque aquela é minha futura freguesia — porque foi remetido no início do mandato. Eu não sei como é que vou explicar aos meus concidadãos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Não precisa. Eles explicam a si!

O Orador: Eu vou-lhe contar essa.

Como foi prometido no início do mandato, aparece agora no último ano de mandato do Governo com 5 mil contos, que se devem destinar certamente ao projectista.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Não, senhor. É para a pedra!

O Orador: O mesmo se diga quanto à Escola da Serra de Santiago, que o Sr. Secretário já nem se lembra que ela está no plano, porque houve um ano em que se esqueceram dela.

O mesmo se diga quanto à escola do Pico da Urze que aparece e desaparece. É como a guerra de Solnado, anos ímpares entra a escola do Porto Martins e do Pico da Urze, anos pares, entra a Serra de São Tiago e a do Porto Martins.

Sr. Secretário, é este o triste panorama das infraestruturas da educação na Ilha Terceira.

Digo-lhe mais, Sr. Secretário: ter Secretários desses, da Terceira, à frente de um departamento e com esse resultado, se isso é conduzido, eu quero pão seco!

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos analisar um outro sector que é da vossa directa responsabilidade, isto é, o sector da saúde.

Quero congratular-me, como deputado da Ilha Terceira, pelo facto de estar em curso a construção do Centro de Saúde da Praia da Vitória, um projecto que vem de longos anos. É dos últimos centros de saúde a serem contemplados na nossa Região Autónoma.

Portanto, louvo o Governo por tal facto. Algum tinha que ser, foi este, ainda bem para a saúde na Ilha Terceira.

A obra está em curso e está em bom andamento. Eu quero ir à inauguração e com muito gosto, até porque muita saliva já gastei nesta Assembleia por aquele projecto.

Em relação ao Hospital de Angra do Heroísmo, é fundamental que V. Exa. dê alguma atenção, junto com o vosso Subsecretário, para que de uma vez por todas se ultrapasse o caos, algum descrédito, as indefinições que existem à volta do sector da saúde na Ilha Terceira.

Vamos às estradas: um tema que penso que alguns Srs. Deputados do Partido Socialista estavam muito inquietos e o Sr. Secretário José Contente julgo que também estava à espera de ouvir qualquer coisa sobre essa matéria.

O Sr. Secretário tem alguma desculpa, porque a sua situação é diferente da situação do Sr. Secretário Álamo de Meneses. O Sr. Secretário Álamo de Meneses é um terceirense, portanto sente na carne as suas incapacidades para resolver os problemas da ilha, mas o Sr. Secretário José Contente é um híbrido.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Híbrido não!

E então os meus dois filhos

?!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Como híbrido, nessa matéria, tem alguma dificuldade em assumir ou não as "dores de parto" da ilha.

Como eu sou terceirense, tenho que as assumir todas, mas o Sr. Secretário só assume aquela "pequena costela" que lhe diz respeito à terra. De resto, eu passo nelas todos os dias e o Sr. Secretário passa pouco e geralmente é na via rápida, ou seja, a parte que já está pronta.

O caso das estradas da Ilha Terceira é um castigo dos diferentes governos relativamente àquela ilha.

O baixo grau de execução tem sido alarmante.

O actual Governo, como os anteriores, tem entretido os terceirenses...

Deputado Francisco Sousa (PS): E pelos vistos bem!

O Orador: ... com o avanço, a ritmo de caracol, da estrada Lajes/Santa Bárbara e Angra/Praia.

Ao longo destes anos são as únicas obras que na verdade têm consumido as verbas que se destinam àquela ilha e pelos vistos o próximo Governo Regional ainda vai ter que fazer afectações de verbas para aquelas estradas.

Entretanto, o Governo Regional, ilude as populações daquela ilha com afectações desequilibradas de meios. Vejamos:

No que toca a novos troços, o Sr. Secretário José Contente, dedica 229 mil contos à Ilha Terceira dum conjunto regional de 2,2 milhões de contos. Vamos aos casos:

O valor anteriormente referido prende-se com a execução para 98. Na execução para 98 o desfasamento foi dessa natureza. A execução foi na ordem de 10% do global.

Relativamente à proposta para 2000, o Governo destina, para novos troços, 120 mil contos num conjunto de 1,5 milhões de contos.

Deputado António Meneses (PSD): 7,8!

O Orador: Isso foi um erro cartográfico na Secretaria quando estavam a fazer a distribuição das verbas. Calcularam mal a superfície da ilha, certamente trocaram

com a Graciosa, ou coisa do género, e deu 8%, o que era uma excelente capitação para a Graciosa, mas que para a Terceira é efectivamente humilhante.

É esta a consideração que o PS e o Sr. Secretário José Contente têm para com a minha ilha.

A ligação da via rápida ao Porto da Praia, é a vergonha das sucessivas administrações regionais, só que eu agora já não tenho a sorte de ter, como tive no passado, ilustres parlamentares desta Casa, na defesa da ilha.

Agora já tenho outros — felizmente, que aparecem — mas a verdade é que há vozes que se calaram.

Como é que pudemos aceitar que tendo esta Assembleia votado a inclusão do 5º troço da via rápida, ligação ao Porto da Praia, em 1997, este Governo tenha passado 97 e nada tenha feito no 5º troço?

Passou-se 98 e nada se fez no 5º troço.

Passa-se 99 e nada está sendo feito no 5º troço.

É esta a credibilidade de um Governo perante as populações?

Alguém de boa fé acredita que isto é um comportamento correcto relativamente a quem tem que prestar contas por aquilo que inscreve nos planos?

Ao fim de três anos ainda vem levantar a dúvida se são duas faixas, se são três, se são duas e meia. É o descrédito absoluto do departamento de estradas do Governo Regional dos Açores.

Vamos às outras inscritas:

Relativamente à estrada 6-2ª — são números técnicos que todos nós já decorámos — quem é que não a conhece?

(Risos dos Deputados do PSD António Meneses e Berta Cabral)

Para quem não a conhece — talvez a Deputada Sandra Bessa que está aqui à pouco não a conheça — a estrada 6-2ª é a tal de São Pedro que tem vindo a ter 60 mil contos todas as vezes que há Governo Socialista. Agora os terceirenses têm grandes motivos de satisfação, porque este ano não são 60 mil são 70 mil.

(Risos da bancada do PSD)

A estrada Silveira/Cruz das Cinco, e a outra que é a Cruz das Cinco/Silveira — eu não sei se é a mesma na parte que vem para trás se é a que vai para a frente — ...

(Risos da bancada do PSD)

... tinha 60 mil contos em 99, mas nada se fez. Obviamente que vai começar em 2000 e já tem data marcada, a primeira pedra será em Setembro.

Quanto à Serretinha, que tinha 60 mil em 99, também nada foi feito. Para 2000 tem 100 mil e eu acredito que tenha execução, porque o PS está muito empenhado no Porto Judeu e para quem tem tal empenhamento vale a pena fazê-la.

Em relação à estrada Santa Bárbara/Serreta, que tem 45 mil contos, é mais uma para a pré-campanha.

Finalmente, a estrada Lajes/Praia, tem uma dotação de 50 mil contos, e eu queria congratular-me, mas não me parece que dê.

Quanto ao Pico Gordo/Altares, que finalmente tem uma dotação de 68 mil contos, talvez avance.

Nada se fala do Cabrito, que está numa situação péssima no interior da Ilha e a de São Sebastião/Barraca, continua abandonada.

Há pequenos projectos que revelam também o zelo, o empenho do Partido Socialista e, sobretudo, a filosofia que está subjacente a este documento.

Há uma dotação para o Lar D. Pedro V, para o antigo Tribunal da Praia, de 4 mil contos. Ainda há bem pouco tempo, o Estado queria vender o edifício por duas dezenas de milhares de contos e com 4 mil contos não sei o que é que se pretende.

É aquela velha política, mas mesmo muito velha, de querer agradar a tudo e a todos, pondo verbas meramente simbólicas para enganar aquela pobre gente, dizendo que vai chegar o dia, entretanto vem as eleições e o Governo que vier a seguir acarretará com esse problema.

Finalmente, uma verba que é de registar e que está destinada às instalações da DREPA e do Serviço de Estatística. É uma verba muito significativa, ou seja, 3,4 mil contos.

Eu posso garantir — o Sr. Presidente já devia ter verba para a desratização — que os 3,4 mil contos, não dão para desratizar o SREA.

(Risos da bancada do PSD)

É essa a perspectiva que esta Administração nos deixa.

Há outros domínios que serão aqui abordados, como a falta de valorização e dinamização do Porto Comercial da Praia da Vitória, que já foi aqui falado, a falta dos equipamentos, o famigerado rebocador que agora também vem, quando estiveram dois ou três anos a serem embalados pelos americanos, mas já sabiam que eles não o iam dar, mas convém quando se quer fazer uma política de esvaziamento de uma ilha. Convém andar embalados e embalar as pessoas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eles já ofereceram 5!

O Orador: De facto, isto é uma prova de que o Governo do Partido Socialista, em relação ao porto chamado oceânico — ele é um porto comercial — não tem tão pouco o mínimo de dotações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem querermos esgotar, julgo que, independentemente da obrigação que cada deputado tem, obviamente, no âmbito da sua disciplina partidária de suportar os Governos que lhes caem na sorte, uma coisa é certa, a inconsciência, os terceirenses, mesmo aqueles que apoiam o Governo, não têm nenhuma razão para estarem eufóricos com a acção do Governo relativamente à Terceira. Pelo contrário, este Governo não tem sido feliz e não tem feito aquilo que tem prometido ao longo dos anos.

Eu sei que não fiz aqui referência a algumas obras que estão andando normal e positivamente, mas deixo isso para alguns deputados do Partido Socialista fazerem, pois é que têm essa obrigação.

A minha obrigação é congratular-me com o que está a ser feito e sobretudo chamar a atenção para o que é necessário fazer e denunciar a incapacidade e a forma como o Governo tem tratado mal a minha ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que o Sr. Deputado não tenha nenhum problema alimentar grave, gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Em relação às escolas que ele aqui focou e em relação ao investimento no sector educativo na Ilha Terceira, gostaria de dizer que aquela ilha já recebeu este ano mais de 900 mil contos de investimento no sector educativo.

Se o Sr. Deputado der a volta pelas escolas do 1.º ciclo da ilha, verá que elas estão em muito bom andamento. Essas escolas são tão importantes como as outras.

No que se refere às obras que focou, a EB 2-3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, não se perdeu um dia neste projecto. Nós temos estado em colaboração com o projectista a tentar fazê-lo avançar tão depressa quanto possível.

No que diz respeito à maioria das suas fases, o projecto está concluído. Há um problema de acústica, mas ficará pronto, segundo o que está contratualizado, no dia 22 de Dezembro.

Já estão preparados todos os concursos e está tudo pronto para que no dia que o projecto seja recebido, de imediato se lance o concurso.

Nós já estamos nessa situação desde Agosto, data que estava prevista a entrega do projecto. De Agosto até hoje, temos estado a fazer um compasso de espera, à espera que o projectista acabe as questões que ainda não conseguiu resolver.

Da parte do Governo, não se perdeu um dia, volto a afirmar. Nós temos feito os maiores esforços para que o projecto avance.

Entretanto, conforme o senhor pode constatar pela execução do Plano, adquiriram-se os terrenos, preparou-se tudo o que se tinha preparar para que a obra arranque de imediato.

Em relação à Francisco Ornelas da Câmara, esta é uma obra que nós gostaríamos que estivesse feita, mas não está, porque se partiu do pressuposto que era possível fazer uma adaptação do edifício.

Fez-se um concurso, teve-se um projectista e concluiu-se que afinal o que era preciso era bem mais do que isto.

Nesta altura, o projecto de execução está na sua fase final. Contratualmente, estará pronto em princípios de Março do ano 2000.

A Praia, com isto, não perdeu, ganhou, porque vai ficar com uma escola nova em vez da Francisco Ornelas da Câmara e vamos ficar com outra segurança e com outras condições. Mais vale esperar do que correr às vezes de forma insensata.

Neste caso, optou-se por uma solução de qualidade e é essa que nós teremos.

Da minha parte e da parte do Governo, não se perdeu um dia neste processo. Trabalhou-se sempre, cumpriu-se com os prazos que se tinha que cumprir, fez-se o que se tinha a fazer, só que as soluções às vezes que parecem óbvias, não são aquelas que podem ser feitas.

Não se perdeu um dia Sr. Deputado. Nós estamos empenhados em cumprir aquilo a que nos comprometemos e vamos cumprir.

Em relação a outros investimentos dos sectores da educação e da saúde na Ilha Terceira, posso dizer que nós temos feito aquilo a que nos comprometemos.

No caso da saúde, estamos a investir, de forma directa, no Centro de Saúde da Praia e o Sr. Deputado reconheceu, e de forma indirecta, estamos a fazer um investimento extremamente importante em Angra, ou seja, no centro de cuidados geriátricos, que está neste momento em fase muito avançada de construção e está sendo iniciada a preparação de um outro investimento semelhante na Praia da Vitória, na adaptação do edifício que actualmente existe. Aqui, Sr. Deputado, estamos a fazer o que temos que fazer.

Em relação ao Hospital de Angra, fez-se o investimento que era preciso fazer nesta fase do Hospital.

Está a ser feito um estudo bem mais profundo e mais complexo que tem a ver com o futuro do hospital.

Eu creio que aquele edifício e aquele complexo hospitalar já teve remendos demais para que nós possamos continuar a fazer remendos no edifício.

Agora, é preciso repensá-lo do princípio ao fim, ver se é viável ou não, dar-lhe a qualidade que é preciso ou se é preciso partir para outras soluções.

Isso está a ser equacionado, está a ser feito e ficará feito a devido tempo.

Sr. Deputado, na Ilha Terceira, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais tem investido aquilo que tinha que investir, com qualidade e tem feito uma obra — creio — que se pode comparar pela positiva com qualquer outra que tenha sido feita em qualquer outro período de investimento.

O Sr. Deputado pode comer "conduto" à vontade que não lhe fará mal à digestão!

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que não sou híbrido, porque já tenho descendência e como sabe os híbridos não têm descendência.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Gostaria de lhe dizer que já entendo por que é que hoje vi, não sei se dicidente, se infractor, se refractário, líder local do PSD, falar em lógica da quermesse.

Penso que a sua intervenção especificou bem a lógica da quermesse.

De facto, confundem muitas coisas.

Só por uma questão de nomenclatura, vem aí no Plano a questão da estrada regional nº 1-1ª Cruz das Cinco/Silveira, que é uma e a 6-2ª Silveira-São Carlos-Cruz da Cinco é outra. É uma por cima e outra pelo lado de baixo. Não há nenhuma confusão aí, é uma questão de ler um pouco melhor isto.

Em relação às estradas da Terceira, eu devo dizer que o Governo Regional, em 1999, teve grandemente o seu investimento concentrado no troço de Lajes/Biscoitos.

Como sabem, aquela obra foi lançada em 1981, começou a ser executada em 1995 e todos sabem quantos quilómetros é que nós fizemos e quantos é que foram feitos naquele ano, mas isso não interessa.

O que interessa é relevar aqui uma estrada lançada com a extensão de 54 quilómetros e com dificuldades que foram ocorrendo por falta de projecto quando se chegava às freguesias. Os custos subiram tanto que chegaram a 50% de trabalhos a mais e nós tivemos que retirar daquela empreitada Pico Gordo/Altares, que é uma estrada que tem 9 quilómetros e que vai ser lançada com a verba necessária que aí está e também da estrada entre Santa Bárbara e Serreta.

Naturalmente que a minha preocupação e a preocupação do Governo Regional foi garantir o financiamento necessário e adequado para uma obra que, financeiramente, estava complicada pelo facto de ter tido trabalhos a mais e custos adicionais que foram encarecendo a obra, ao ponto de nós termos que retirar daquela empreitada troços que já não tinham enquadramento legal para isso ser feito.

É por isso também que algumas das acções que, segundo a sua exposição, não tiveram execução naquele ano, representaram um acerto financeiro dessas estradas para Lajes/Santa Bárbara. Nós não podíamos comprometer o andamento dessa obra por essas circunstâncias e porque o que foi posto a concurso, e estou em condições de lhe dizer, foi com um prazo muito curto. Os projectos estão a acabar, nomeadamente da 6-2ª entre a Silveira e Santa Cruz, e também está a terminar o projecto da estrada regional da Serretinha para serem lançadas no ano 2000.

A intenção do Governo Regional nesta matéria, e a isso deve dar pelo menos o benefício da dúvida, é começar o mais rapidamente possível.

Ninguém, de boa fé, perceberia que o Governo Regional teria interesse de lançar obras às última da hora e muito menos na Terceira. Nós sabemos perfeitamente o que é que aconteceu com o lançamento do 4º troço.

O nosso cronograma financeiro e o nosso cronograma de obra, tem a ver com os prazos apertados que demos aos projectistas para que a execução fosse melhor. É assim que trabalhamos.

Não escamoteamos que o problema de Lajes/Santa Bárbara foi complicado, teve dificuldades acrescidas, porque para além do que estava previsto, quando se chegava às freguesias, — eu já tive oportunidade de dizer isso nesta Câmara — tínhamos que parar, tratar de situações que têm a ver com drenagens, com quotas que não estavam estabelecidas e naturalmente as pessoas não poderiam ter a água a entrar pela porta dentro.

Noutros casos mais complicados, tivemos que parar, como foi o caso dos Biscoitos, porque havia um terreno geologicamente com problemas graves de enfurnamentos, que se fosse só para pintar a estrada de preto, arrancar-se-ia do pavimento e passaríamos o asfalto, mas quisemos sanear o terreno e fazer uma estrada que tem a qualidade que hoje, até onde ela está pronta, toda a gente reconhece e os terceirenses que lá passam são os primeiros a reconhecer.

É com este objectivo de trabalhar para os cidadãos e não para os eleitores, que nós estamos a tratar das obras públicas regionais.

Gostaria de dizer, porque isso também foi levantado aqui, que nós estamos em condições de dizer que o projecto da via A do porto da Praia da Vitória, foi feito. Houve algumas observações, nomeadamente de algumas vozes que eu rotularia de um certo grupo de "faixistas" — com x — que falam em muitas **faixas** e isso significa, concretamente, que aquela estrada estava prevista para duas faixas, falou-se em 4, mas há uma espécie de decisão do provérbio judeu: "não são 2, nem são 4, são três!".

São três, porque nós estudámos o volume de tráfego que afluía ao porto da Praia e verificámos que, por haver trânsito rápido e lento, as estradas de três faixas resolviam o problema de fluidez do tráfego, não interferíamos numa zona que é considerada ecologicamente importante, que é o polo da Praia e, naturalmente, em custos de projectos não houve alteração a nenhum projecto, apenas houve um alargamento para as bermas da faixa de rodagem.

Foi esta a nossa solução, séria e equilibrada, para pôr a execução no próximo ano.

Em relação às estradas da Terceira, a nossa intenção é verificar que, no caso daquela ilha, há obras que vão ser feitas no próximo ano. Nós queremos dar início às mesmas

o mais rápido possível, por isso demos prazos apertados aos projectistas e estamos com a intenção de executar o dinheiro que aqui está.

Em termos de estradas regionais, nós temos outros problemas mais graves que na Terceira. Há situações de interior que ainda não teremos capacidade para executar no ano 2000, nomeadamente algumas estradas no interior, como a do Cabrito e a do Golfo, mas temos uma atenção, em termos da conservação corrente, como já fizemos o ano passado, de melhorar, dentro das nossas possibilidades aquele piso, naturalmente pensando não só nos naturais como nos turistas que afluem à Terceira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

"É a produtividade que determina a prosperidade de qualquer Estado ou nação e não as exportações ou os recursos naturais. Ao reconhecer isto, os governos devem esforçar-se por criar um ambiente que apoie a crescente produtividade. Uma política macroeconómica saudável é necessária mas não suficiente.

Os alicerces microeconómicos para a concorrência determina, em última instância, a produtividade e a competitividade.

.....

O governo, ao trabalhar com o sector privado, deve estimular os clusters ou as fileiras existente e emergentes, em vez de tentar criar uns inteiramente novos."

Acabei de citar Michael Porter, clusters numa economia de concorrência, ou, aplicando o termo mais conhecido em português, fileiras na economia de concorrência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A política para os sectores agro-florestal e agro-industrial tem como pressuposto básico que a prosperidade regional, como é dito nesta citação, se constrói num ambiente macroeconómico saudável e estável, promovendo a produtividade global e reforçando as fileiras dos sectores existentes, leite e carne, e emergentes, ou seja, com potencial de crescimento.

O investimento público bem como os incentivos ao investimento privado dirigem-se assim, prioritariamente, a projectos e acções que fomentam as economias externas às explorações agrícolas, a melhoria da sanidade animal e vegetal, a modernização das explorações agrícolas e unidades agro-industriais do sector privado e cooperativo.

O Governo assegura, neste contexto, para além de infraestruturas físicas — caminhos, água, electricidade — a valorização profissional e a renovação do tecido empresarial agrícola. As acções de formação profissional, de divulgação, de demonstração, são acompanhadas por um dos mais activos programas de reforma antecipada e de ordenamento agrário a nível nacional.

São estas opções de **política sectorial** também progressivamente articuladas com a promoção do desenvolvimento sustentado da floresta nas suas múltiplas funções de produção, de protecção e de lazer que nos permitiram preparar paulatinamente, mas com segurança, a transição para o novo milénio entrosando os novos vectores do desenvolvimento sustentado compatível, com a visão territorial abrangente das nove ilhas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com o fim do século, iniciámos um novo ciclo para o sector agro-florestal e agro-industrial açoriano. Um ciclo com novo enquadramento, com novas limitações e dificuldades, mas também com novas oportunidades para os agricultores e o Governo:

- a) um novo enquadramento ao nível europeu com o fim das negociações da Agenda 2000 e aprovação dum enquadramento financeiro plurianual materializado na região pelo PRODESA e pelo Plano de Desenvolvimento Rural;
- b) novas limitações e dificuldades emergentes no contexto duma economia global nos mercados agrícolas e alimentares;
- c) novas oportunidades derivadas da crescente valorização da qualidade, da segurança alimentar e de novas valorizações do espaço rural favoráveis ao desenvolvimento de novas valências nas economias agro-rurais.

Este novo ciclo pressupõe um esforço financeiro continuado no seguimento, aliás, dos objectivos traçados para esta legislatura com o compromisso de investir 40 milhões no sector.

Compromisso a que demos corpo com uma despesa pública já realizada de 13.1 milhões em 1997, 11.7 milhões em 1998, 12.2 milhões em 1999 e 16.2 milhões nesta proposta de plano para 2000, ou seja, um total estimado de 53.2 milhões de contos. Digo estimado, porque, como é evidente vai depender da taxa de realização para o ano 2000.

Este plano para o ano 2000, continua a acentuar os aspectos qualitativos do desenvolvimento, orientando os produtores para produzirem melhor e com mais baixos custos económicos e ambientais. Friso: não só produzirem melhor, mas produzirem com mais custos, não só económicos, mas também ambientais. Esta é uma novidade em termos de enquadramento na política agrícola e na política agro-florestal, neste fim de milénio e início de um novo.

A aposta na melhoria da sanidade animal, tomada no início desta legislatura, foi recentemente elogiada por uma missão comunitária que salientou a acentuada descida da incidência da brucelose e o facto de não existirem animais sero-positivos à espera de serem abatidos anos após o diagnóstico como se verificava no início do programa.

Vamos entrar no ano 2000 com uma nova marca já anunciada publicamente, a Carne dos Açores, denominação de origem geográfica conforme especificações já aprovadas em sede de Comissão Técnica e da Federação Agrícola dos Açores. Uma marca que valoriza o carácter sustentável dos processos produtivos tradicionais compatibilizando-os com a valorização dos nossos recursos naturais e do ambiente.

Para além de produzirmos melhor, como o atestam os exemplos anteriormente referidos, produz-se a mais baixos custos económicos, seja pela redução dos custos financeiros, seja pela redução dos custos operacionais directos ou externos.

Finalmente, no domínio da agricultura, queria referir algo que, por vezes, é menosprezado ou é dado pouca atenção, isto é, a contribuição deste sector para a criação de novos empregos.

Ao fazê-lo, queria referir as estatísticas já publicadas para 1999 e compará-las com as estatísticas, também publicadas, para 1996, referentes ao primeiro trimestre de cada ano, ou seja, números comparáveis.

Dizem essas estatísticas que no sector agrícola-silvícola-pecuário, foram criados, neste período, mais 1.140 empregos.

No conjunto do complexo agro-industrial, no qual incluímos a agricultura, as indústrias alimentares, e as indústrias da madeira, neste mesmo período, foram criados 3.180 empregos.

Penso que este é um indicador indiscutível do trabalho feito, da vitalidade do sector se outros não houvessem, mas penso que existem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falaria agora da política de **pescas** nesta Região.

A política de pescas numa região insular atlântica como a nossa, tem de articular os seus objectivos na plena consciência dum enquadramento internacional e europeu muito marcado pela grande pressão sobre os recursos marinhos e simultaneamente por um posicionamento dos nossos parceiros que visa ganhar posições e direitos face a um futuro previsível de maior regulamentação e maiores limitações no acesso aos recursos.

Este enquadramento externo é acompanhado, ao nível interno, por um sector limitado na qualificação dos recursos humanos e dos meios disponíveis.

Neste ambiente o Governo dirige os seus recursos e a sua capacidade de iniciativa e organização para a interessante tarefa de valorização profissional e para a alteração de hábitos e comportamentos contrários à obtenção de ganhos de produtividade.

O plano de formação plurianual dirigiu-se, em primeiro lugar, para o preenchimento de necessidades primárias de formação e, em segundo lugar, para o fortalecimento da capacidade própria de formação, seja ao nível da formação e recrutamento de formadores, seja na aquisição de novos meios técnicos adequados à realidade duma região marcada pela descontinuidade geográfica e pela dispersão da reduzida dimensão da maioria das comunidades piscatórias. Exemplos práticos desta adequação de um plano de formação foi, durante estes primeiros três anos, a criação de novos cursos a realizar na Região, como é o curso de arrais, ou o investimento num módulo contentorizado para formação profissional ou ainda o previsível investimento num segundo módulo, já no próximo ano, dirigido para a formação de maquinistas.

Este plano de formação é também coordenado com acções de divulgação e difusão alargada como é a publicação do Mar Azul, publicação gratuita que chega a todos os profissionais do sector.

Esta política de formação permite potenciar o esforço de reestruturação e renovação de frota fortemente apoiado por um sistema de incentivos que coordena as linhas de apoio no âmbito do IFOP, com a Iniciativa Comunitária Pescas e os incentivos de base regional. A diversidade de instrumentos disponíveis permitiu e permite abranger tanto a construção de novas embarcações, sejam elas atuneiros ou palangreiros, como o equipamento com meios operacionais, com meios de comunicação e segurança das embarcações da frota tradicionalmente rotulada de artesanal.

O sistema de incentivos a fundo perdido é potenciado por um mais fácil acesso ao crédito bancário e por um enquadramento protocolar que visa reduzir o risco e simplificar o acesso a quem não tem hábitos de utilização dos instrumentos de financiamento disponíveis para outros sectores de actividade.

Já no âmbito da conservação e gestão de recursos, iniciou-se um processo que permite dotar a Região dum sistema de monitorização e de observação num sistema de parceria entre o Departamento de Oceanografia e Pescas, os armadores e o Governo. Este processo articula-se a um nível mais elevado com a criação da Inspeção Regional de Pescas, cujo diploma regulamentar será aprovado brevemente e com a progressiva sensibilização da opinião pública, dos parceiros sociais, das autoridades marítimas, dos órgãos de soberania para o valor e a necessidade de nos meios para a fiscalização da Zona Económica Exclusiva.

Ilustrativo desta mudança de mentalidades, é a alteração de posições nesta Casa no primeiro plano desta legislatura, onde discutimos o tão famigerado plano das lanchas rápidas e as declarações, de comissão, do contra-almirante que foi substituído recentemente.

Deputados Vasco Cordeiro e Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Também são significativas as declarações dos parceiros do sector que, numa primeira etapa, no primeiro plano, também prejudicaram esta proposta e que hoje em dia, de certa forma, têm vindo a tentar influenciar a Secretaria para que ele seja retomado.

Finalmente, é de realçar o contínuo esforço financeiro numa multiplicidade de pequenos e grandes investimentos em estruturas portuárias e de apoio a actividades de pesca que vão desde as pequenas casas de aprestos ao investimento em novas lotas e na remodelação das estruturas de frio existentes.

Penso que qualquer um dos senhores deputados, conhecendo a ilha pela qual foi eleito, não terá dificuldade em encontrar, em todas as ilhas dos Açores, de Santa Maria ao Corvo, um investimento nesta área, seja na construção de uma casa de aprestos, seja na reparação de uma rampa, num guincho novo ou em investimentos de maior monta, como aqueles nos grandes portos de Rabo de Peixe, da Ribeira Quente, de São Mateus, da Praia da Vitória, da Horta e, em breve, de Ponta Delgada.

Para o futuro queremos realçar a atenção especial dada a projectos de investigação geral e aplicada e para a introdução de novas tecnologias de teledetecção por satélite num futuro próximo.

Pensamos que não é possível, nos primeiros anos do século XXI, continuarmos a defender tecnologias tradicionais, por muito fiáveis que elas sejam e por muito habituados que estejam os nossos pescadores, como seja a detecção visual de cardumes e a detecção pelo voo das aves.

É evidente que têm a sua utilidade e têm produzido resultados, mas são claramente insuficientes como demonstra a sazonalidade, a grande variação de capturas de ano para ano, o que não impede, porém, que ao longo deste tempo, como aliás é visível nos valores de venda de pescado, que simultaneamente tenhamos vindo a assegurar a geração de maior valor pela garantia de uma maior concentração de pescado nas lotas, por melhor funcionamento dos mercados de peixe e também por uma maior qualidade do produto final que é concebido, como é evidente, não só pela melhoria das condições das embarcações, mas também pela melhoria das condições de descarga e de manuseamento do pescado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Finalmente, abordaria o sector do **ambiente**.

O primeiro facto a realçar neste plano para 2000, que é o último desta legislatura, é o montante global de 1.948.550 o que representa uma opção clara deste Governo se

comparado com os 301.059 contos executados em 1996. Seis vezes mais! Aliás, se quiser ser preciso, o factor é ligeiramente superior a seis.

Dir-me-ão que são números nominais e que há aqui um efeito de inflação. Se quiséssemos comprovar isso, bastava analisar a evolução do peso estrutural do investimento público em ambiente que aumentou de 1%, na legislatura anterior, para 3% neste período actual.

Simultaneamente, é de realçar o carácter transversal da política de ambiente que ultrapassa um programa de investimentos para o ambiente e se reflecte na atenção redobrada às condições ambientais e à gestão dos recursos naturais escassos nas áreas da agricultura, das florestas, das pecas e do turismo, entre outros.

As opções de política sectorial reforçam a intervenção na área dos recursos hídricos, incluindo a execução do Plano de acções para controlo da eutrofização das Lagoas, o que aliás tive ocasião de explicar em sede de comissão.

A aplicação das directivas comunitárias neste domínio, nomeadamente a Directiva das Águas e dos Nitratos, terá expressão nas acções de motorização da qualidade das águas, bem como na classificação das águas superficiais e subterrâneas da região.

No domínio do planeamento hídrico os Planos de Bacia como instrumentos fundamentais para a gestão integrada, num espaço territorial onde interagem uma multiplicidade de entidades privadas e públicas, senão iniciados progressivamente com este plano anual.

Ainda no domínio hídrico inicia-se, com este plano, um conjunto de intervenções para correcção do regime torrencial e requalificação das margens das ribeiras. Este tipo de intervenções ultrapassa a gestão de situações de risco, verificada no período pós calamidades, para bens e vidas e permitirá não só a prevenção, mas também a redução do potencial de risco. Como é evidente este tipo de intervenções não se esgota no espaço temporal dum plano inicial, mas inicia um conjunto de acções com carácter plurianual que exigirá no futuro próximo uma dotação financeira adequada.

A história do desenvolvimento dos nossos núcleos populacionais bem como as expectativas da desenvolvimento das actividades turísticas e de lazer, enquadram as opções noutra domínio fundamental de política ambiental, e refiro a gestão de orla

costeira. Quando se fala em gestão da orla costeira tem-se de destringir as acções de planeamento das intervenções de requalificação de zonas sensíveis e a sua protecção. Dos instrumentos de planeamento previstos no actual enquadramento jurídico, Plano de Ordenamento da Orla Costeira, estão em curso os referentes à costa sul e norte de São Miguel e os referentes à Ilha Terceira, bem como os estudos prévios respeitantes à Graciosa e serão abertos concursos públicos em outras ilhas, nomeadamente São Jorge e Santa Maria.

Do trabalho já efectuado no domínio do plano é possível seleccionar zonas de intervenção prioritária na Praia dos santos, Relvinha/Atalhada, Mosteiros e Calheta, em São Miguel, a merecerem projectos de requalificação, e na fonte da Areia/Fenais na Ilha Graciosa e na frente urbana de Santo Amaro e Lajes do Pico.

Uma área de intervenção vital para a preservação do nosso património natural, é a conservação da natureza em que os estudos já realizados em cooperação com a Universidade dos Açores, nos permitirão criar Planos de Ordenamento e gestão visando intervenções de recuperação, revalorização e protecção duma vasta área das nossas ilhas. Os trabalhos no âmbito da proposta de rede regional de áreas protegidas, permitirão criar um quadro legal e institucional que ultrapasse a mera classificação típica da política de ambiente dos anos 80 e entrar, definitivamente, na gestão das áreas protegidas.

Finalmente, e não pretendendo ser exaustivo, queria realçar que as acções de educação ambiental continuarão a ser centradas na população escolar para o que a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente disponibiliza meios para intervenções directas e em parceria com os outros agentes e organizações não governamentais que operam neste campo de actividade.

Um bom exemplo de construção de parcerias são os protocolos com Juntas de Freguesia que têm vindo a ser alargados a todas as ilhas e concelhos da Região. Neste domínio, embora alguns desejassem mais, apenas dizemos que "Roma e Pavia não se fizeram num só dia!".

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depreendi claramente da sua intervenção que o crescimento do sector agro-industrial só se faz num ambiente macroeconómico saudável e estável.

Gostaria de me situar, em relação aos sectores essenciais da agricultura açoriana, para saber se iremos ter no final deste ano e durante o próximo ano, um contexto estável para o progresso e modernização da agricultura.

Começo pelo sector do leite e lacticínios.

Estamos num momento de redução dos preços de leite à produção. É o que está a acontecer neste momento em São Miguel, já aconteceu em Julho e Agosto e está a acontecer neste momento.

Acha que este é um enquadramento estável para a produção do leite?

No problema das quotas leiteiras temos uma limitação clara ao potencial de crescimento do sector de lacticínios nos próximos anos. Temos investimentos em carteira no sector industrial de lacticínios, sector este que está a ser posto em causa.

Lembro que o Sr. Secretário esqueceu-se, se calhar de propósito, de dar resposta à questão que coloquei. Eu não ouvi da sua boca qual a sua posição sobre a aprovação do projecto da Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Faial.

Vejamos o que se passa no sector da carne de bovino.

Temos em mão uma redução dos preços da carne à produção; temos um atraso na adopção de uma clara estratégia promocional da carne açoriana; não sabemos das contas do tão falado protocolo com o Grupo SONAE e há requerimentos nesta Casa a solicitar informação. Há perguntas feitas nesta Assembleia que nunca mereceram, da sua parte, qualquer resposta.

Há um atraso no processo de certificação da carne. Nós já ouvimos o Sr. Secretário Regional, nesta Casa, falar da certificação a efectuar em 97, em 98 e agora, em 99, remete para Janeiro do próximo ano.

Em relação a isso, gostaria de dizer que ou o Sr. Secretário pretende enganar toda a gente ou desconhece os regulamentos comunitários.

O regulamento comunitário que enquadra as denominações de origem e indicações geográficas, esclarece claramente os prazos e procedimentos em relação a essa matéria.

O Sr. Secretário não pode dizer aos agricultores dos Açores que em Janeiro terão carne certificada, nem aos consumidores pode fazê-lo, quando o regulamento indica claramente o contrário.

V. Exa. acabou de aprovar um caderno de especificações da carne açoriana e tem um agrupamento de produtores preparado para dar continuidade a esse processo.

A legislação comunitária diz que o pedido de registo é enviado ao Estado Membro onde se situa a área geográfica. O Estado Membro verificará a correcta fundamentação do pedido e transmiti-lo-á à Comissão Europeia.

No prazo de 6 meses a Comissão Europeia verificará, mediante o exame formal, se o pedido de registo inclui todos os elementos.

Depois de publicado no Jornal Oficial, qualquer Estado Membro pode opor-se a esse mesmo registo e só após todo esse procedimento é que há uma publicação definitiva em Jornal Oficial, há uma inscrição no registo das denominações de origem e das indicações geográficas protegidas.

Explique-me, Sr. Secretário Regional, como é que no próximo mês de Janeiro, vai haver carne certificada nos Açores.

Voltemos ao enquadramento, ao sector das estruturas industriais.

Como é que pode haver estabilidade no sector agro-industrial, na área das culturas industriais, quando nós temos o desaparecimento de uma das fábricas de produção de chicória, problema que já foi tratado e reivindicado por nós, nesta Assembleia, quando a indústria açucareira dos Açores não consegue manter a quota a que tem direito, ou seja, 10 mil toneladas de açúcar e quando os senhores, no vosso plano, apresentam dotações ridículas para sustentar os financiamentos, precisamente nas áreas das estruturas industriais?

Em que é que ficamos?

Será que temos estabilidade para esses vários sectores durante o próximo ano?

Creio que não. Eu tenho sérias dúvidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Eu vou voltar a focar dois aspectos que já coloquei na minha intervenção proferida esta manhã.

O primeiro, é uma pergunta directa ao Sr. Secretário Regional: o que é que se passa em relação à quota de leite para a Região Autónoma dos Açores?

Esta é uma matéria que tem sido agitada nos últimos dias e nas últimas semanas em toda a comunicação social e tem preocupado os industriais de lacticínios da Região Autónoma dos Açores.

Todos nós temos consciência que a quota leiteira atribuída à Região, no contexto nacional, está esgotada.

Sr. Secretário, concretamente, o que é que se vai passar? Como é que vai ser a evolução deste sector, até porque é fundamental, em nosso entender, que para além de se permitir a manutenção da quota existente, tudo leva a crer das possibilidades e das necessidades para a viabilização das explorações, da necessidade de aumento dessa quota em praticamente todas as ilhas?

A segunda questão que lhe gostaria de colocar, tem a ver com uma diminuição proposta pela Comissão Europeia, no dia 9 de Novembro, de 2 milhões de euros para o POSEIMA, enquanto que, por exemplo, para o POSEIDOM e o POSEICAN a proposta é de aumento em relação ao orçamento previsto para o ano de 2000.

Gostaria também que o Sr. Secretário Regional informasse se esses dois milhões de euros são desnecessários na aplicação do POSEIMA aos produtos agrícolas da Região Autónoma dos Açores e se se prevê que essa situação não possa afectar concretamente os nossos produtos em relação aos apoios que todos nós temos consciência que têm sido importantes e positivos, quer no sector da agricultura, quer no sector das pescas, no que diz respeito à aplicação do POSEIMA e à boa utilização — diga-se em abono da verdade — das verbas contempladas desse programa?

Estes são dois aspectos que nós consideramos muito importantes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado António Almeida levantou-me algumas questões relativas à forma como ele encara a função do Governo Regional nesta questão de preços de leite e quanto à situação, que é complexa e delicada, de uma eventual redução do preço do leite, no caso da Ilha de São Miguel.

De qualquer das formas, a sua intervenção é sintomática de uma certa confusão que reina na bancada do PSD.

Os senhores não podem criticar o Governo num dia por intervir ou por pressupostamente intervir na economia, e no dia a seguir exigir a intervenção desse mesmo Governo na economia.

Pela sua intervenção, no que diz respeito à redução do preço do leite, parece que quer que seja o Governo Regional a compensar logo, depressa e já, esta redução do preço do leite, quando a questão pode e deve ser resolvida por outra forma e tem sido resolvida com todo o cuidado e toda a ponderação por parte do Governo.

Deputado António Almeida (PSD): O senhor não percebeu!

O Orador: Percebi, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado acha que um tipo de intervenção como aquela que reclama, de tentar compensar por via do Governo a eventual redução do preço do leite, é a solução correcta? É a política da esmola que o senhor quer retomar, aquela política que criou tantas ilusões no passado?

Qual a função que deve ser reservada ao Governo?

Uma função de fiscalização, uma função de ter o cuidado de todo esse procedimento de compra e venda e de relacionamento entre produtores e lacticínios se desenvolva com o cuidado que se deve desenvolver e com respeito pela dignidade de uns e dos outros.

Toda a gente está contra este tipo de política que o Sr. Deputado teima em exigir.

Deputado António Almeida (PSD): Eu não exijo nada!

O Orador: Exige, Sr. Deputado e o senhor sabe que é assim.

A forma correcta de se resolver essas coisas é a forma como o Governo Regional até aqui se tem comportado, ou seja, reserva-se a um papel fiscalizador, actuando quando

necessário, quando existem desregulamentos em termos do comportamento de um ou outro interveniente nesse processo.

No caso, se calhar, poderá ser da parte da indústria de lacticínios

O Sr. Secretário já teve oportunidade, e em diversas circunstâncias, de alertar que o problema da produção leiteira, o reforço do nosso sistema produtivo, em termos de capacidade e de produção leiteira, não se resolve apenas pela via dos agricultores. É necessário que exista, da parte da indústria, o compromisso e a compreensão de que necessita dos agricultores.

O Sr. Deputado António Almeida não quer saber disso. O que o Sr. Deputado António Almeida quer é exigir, é criticar o Governo, é teimar com o Governo para que assuma depressa e já qualquer tipo de ajuda que permita olvidar isso.

Não é assim que se resolvem as coisas. O reforço do nosso sistema produtivo não se faz assim, mas da forma como este Governo tem feito, ou seja, com todo o cuidado e ponderação, não excluindo, como é óbvio, uma eventual intervenção quando é necessário.

A primeira posição e a primeira medida não pode ser esta que o Sr. Deputado reclama. Isto não é governar, é a política da esmola que no passado foi utilizada e que teve o resultado que todos nós conhecemos.

Deputado António Almeida (PSD): Isso é só palha!

O Orador: É palha para si, Sr. Deputado.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Almeida:

Eu acredito que existem condições para haver estabilidade, designadamente, no sector do leite.

Todos nós sabemos que existem algumas pressões nacionais e internacionais, sobre o preço do leite, mas sabemos que não estamos na União Europeia apenas para receber os subsídios, estamos também para cumprir as regras.

Apesar disso, apesar dessas pressões, penso que temos condições para termos estabilidade no sector da produção do leite, porque tem existido, ao longo dos

últimos anos — vou-me concentrar no caso concreto de S. Miguel e da Terceira — uma melhoria substancial da qualidade do leite que tem compensado, de certa forma, o preço desse mesmo leite, o que tem conduzido a que os agricultores não percam mais valia da produção que têm vindo a obter.

Por outro lado, o Governo tem diligenciado bastante para fazer baixar os custos dos factores de produção. Posso centrar-me aqui nos custos das rações, do gasóleo agrícola e da energia. A esse nível estamos convictos que há condições para acreditar numa estabilidade do sector durante os próximos três, quatro ou cinco anos, ou seja, durante a próxima legislatura.

Mesmo que assim não fosse, eu julgo que os senhores não têm qualquer legitimidade para falar em instabilidade do sector, porque instabilidade era o que existia, por exemplo, aqui no Faial, de que ainda ontem se falou tanto.

Há quantos meses os produtores do Faial não recebiam o leite que entregavam na fábrica, quando este Governo tomou posse ou conhecimento da situação?

Quantos meses estiveram os produtores do Faial sem receber as mensalidades do leite entregue na fábrica?

Mais de um ano!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Vamos com calma!

Quantos meses estiveram os produtores do Pico sem receber o justo preço pelo leite que entregavam nas fábricas?

O Governo criou condições para que as pessoas pudessem receber o preço justo, nestas ilhas de que ainda ontem se falou aqui tanto.

No ex-distrito da Horta, o que é que foi feito?

Os deputados do Faial comentaram algumas situações.

O que é que o PSD fez nessas situações?

Alguns foram secretários regionais, outros foram presidentes do Governo e por aí fora.

Podemos avançar para outras situações.

Em S. Miguel, a construção da nova fábrica terá um impacto decisivo no preço do leite e no preço à produção. Vamos aguardar!

Isso é que era instabilidade e revoluções que existiam no sector ao ponto das pessoas virem manifestar-se para a rua.

O Sr. Deputado vem falar-me da estabilidade daqui a três anos?

Há algumas dúvidas sobre as pressões do mercado do sector?

Vamos aguardar para ver.

Porém, temos que reconhecer que, neste momento, o Governo está a criar condições para fazer face a eventuais pressões.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Não me venha falar de instabilidade, porque instabilidade e numa instabilidade permanente do sector, estiveram os senhores.

Excluindo um pouco S. Miguel, vamos à Terceira.

Como é que se passou na Terceira?

Os terceirenses estiveram meses a fio sem receber a mensalidade do seu leite, o que teve um efeito imediato no comércio da ilha.

Nas Flores, por exemplo, estiveram 16 meses sem receber o leite que entregavam na fábrica, apesar da mesma estar construída. Aí a preocupação era outra, lamentavelmente.

Os senhores não me venham falar na instabilidade do sector, em suposições por questões de mercado, que ainda não estão confirmadas.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou começar por um anúncio recente que tive ocasião de fazer sobre o processo de certificação da carne.

Eu tive ocasião de o fazer publicamente, tendo ao meu lado duas pessoas que são co-responsáveis neste processo: o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, que é responsável pelo organismo dos produtores, e a Técnica do Ministério da Agricultura que é a responsável, quase na totalidade, pelos processos de certificação.

Eu disse na altura que estava a anunciar a abertura de um período de audição pública que vai decorrer durante o prazo de um mês e que permitirá que quem tiver alguma coisa a dizer contra o processo de certificação e denominação "carne dos Açores", o possa dizer nesta altura.

Ao fazer isto, e a conselho dos técnicos, permite-nos ganhar tempo para o tal processo de audição ao nível da Comissão.

Por outro lado, permite-nos também, imediatamente e por despacho do próprio Secretário da Agricultura e Pescas, que até ao fim deste ano, se possa registar esta marca.

Do ponto de vista formal, se não houver oposição pública a este processo, a partir do próximo mês de Janeiro nós teremos uma marca, ou seja, a "carne dos Açores".

É evidente que a partir desta altura, essa marca corresponde ao seguimento de todos os processos e de todos os condicionalismos que estão estabelecidos no cadernos de especificações, independentemente de todo o processo burocrático que o Sr. Deputado quer fazer crer. Aliás, já tentou no dia em que isso foi anunciado, ao dizer que "protestava contra mais esta atitude do Secretário", ou seja, protestava contra o facto do Secretário vir anunciar que os produtores irão poder dispor de uma marca.

Não pode continuar a protestar, porque o trabalho está feito e vai produzir resultados.

No que respeita à pergunta feita aqui do projecto da CALF, eu queria responder com precisão. Aliás, eu já tive ocasião de o fazer particularmente a alguns dos Srs. Deputados, mas quero que fique registado.

É evidente que, do ponto de vista do método orçamental, não existem inscrições em qualquer plano de projectos específicos no domínio de apoio aos privados, sejam eles privados ou cooperativas, porque o que é inscrito em cada plano é a comparticipação regional nos sistemas de incentivos a privados que é transferida para a entidade pagadora.

A entidade pagadora, a entidade com a qual contratualizam-se estes processos de incentivos, como os Srs. Deputados sabem, é o IFADAP.

Basta agora, como bastou em todos os outros processos de investimento, de todas as outras fábricas que se fizeram, que a Região assegure a sua contrapartida. Isso está assegurado.

No que respeita ao financiamento comunitário, ou seja, à parcela do co-financiamento...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Onde é que isso está?

O Orador: Sr. Deputado, eu posso dizer-lhe onde é que isso está. Está no Programa 2, "transformação e comercialização", mais precisamente, no 2.1, ou seja, "apoio à indústria agro-alimentar".

Deputado Eugénio Leal (PSD): Faial, zero!

O Orador: Não, desculpe. Tem lá 492 mil contos!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Faial, zero!

O Orador: Sr. Deputado, agora tenho que lhe explicar o sistema de pagamentos.

Os pagamentos não são feitos pelo orçamento da Região à entidade. São feitos pelo IFADAP, depois de apresentados comprovativos.

Não é possível ao Governo Regional, estar a inscrever projecto a projecto, o pagamento dessas facturas. O que o Governo Regional tem que assegurar, é que quando uma factura é apresentada no IFADAP, este tenha capacidade financeira.

A Região transferiu a sua contrapartida que lhe permite que o IFADAP pague isso e o que acontece — aliás, pode perguntar aos seus colegas que já tiveram no Governo com outras responsabilidades — é que existe uma conta aberta com o IFADAP que vai procedendo a esse pagamento.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Em 1999 está ilha a ilha!

O Orador: Em 1999 está ilha a ilha. Sr. Deputado, estamos no fim do ano.

Sr. Deputado, eu não vou perder mais tempo a explicar a técnica orçamental.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Não precisa. Está visto.

O Orador: Esta Assembleia não é o lugar próprio.

Eu penso que há que responder às questões globais que são as questões da estabilidade.

Quando eu falei em estabilidade foi num contexto macroeconómico, de previsão de fundos, de disponibilidades de fundos num quadro de planeamento plurianual, num conjunto da política macroeconómica desta Região e do País, na previsão de um financiamento estável e de regras estáveis no âmbito do PRODESA e no âmbito do PDR I.

Falei de estabilidade também num contexto de estabilidade económico-social.

Penso que os exemplos que os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista já aqui referiram, são bem elucidativos do que é que significa estabilidade.

Os Srs. Deputados fazem perguntas concretas sobre preços de leite. A resposta já foi dada.

O Governo não tem que ter uma política de preços de leite, mas sim uma política de rendimentos, ou seja, como objectivo da política agrícola, garantir os rendimentos dos senhores agricultores e garante, não por uma intervenção directa, não substituindo-se aos privados no sistema de pagamento, mas sim garantindo, por um lado, que as regras de negociação funcionem, que a lei seja respeitada — e isso o Governo tem feito — e, por outro lado, que ao nível dos investimentos, dos projectos públicos, ao nível do sistema de classificação, a todos esses níveis, sejam garantidas condições para que haja aumento de rendimentos.

O que é um facto, é que neste ambiente verificaram-se os seguintes factores:

- descida de taxas de juro;
- um processo de saneamento financeiro pela linha de desendividamento, que provavelmente já se esqueceram no início desta legislatura, que abrangeu não só as explorações agrícolas, como unidades agro-industriais e cooperativas;
- um processo de redução dos preços das matérias-primas;
- um melhor aproveitamento das capacidades da própria indústria regional que permitiu melhorar o arrazoamento.

Veja-se o célebre caso, muitas vezes repetido e este Governo chegou a fazer no início, de importação de matérias primas, que hoje em dia está perfeitamente ultrapassado com a própria capacidade da indústria regional.

Todo este processo permite, hoje em dia, assegurar uma estabilidade e até um crescimento de rendimentos, que também se faz e tem vindo a fazer-se por aumentos de produtividade do trabalho e da terra.

Também gostaria de responder directamente à outra questão relacionada com a estabilidade e que se prende com as quotas leiteiras.

Em primeiro lugar, é preciso dizer a verdade.

As quotas leiteiras não foram criadas ontem. É um regime que existe e que é do conhecimento de todos os interventores neste sector, seja dos produtores, seja dos compradores, desde o início dos anos 90. Todos sabem perfeitamente qual a sua quota e quais as regras.

Neste momento, existe uma ultrapassagem da quota regional. Por isso, o Governo Regional negociou com o Governo da República a possibilidade de, num processo de redistribuição e de reequilíbrio entre produtores activos e produtores não activos, na atribuição aos Açores, segundo critérios de majoração clara das transferências para os Açores, assegurou que serão transferidas quantidades de leite provenientes, em primeiro lugar, das quantidades de leite disponíveis de reserva nacional, em segundo lugar, das quantidades de leite disponíveis ao nível das transferências já pedidas das vendas para as entregas, e ainda das quantidades a disponibilizar no âmbito de um processo de resgate que se vai verificar ao nível nacional, aliás, apresentado no fim da semana passado no Conselho Consultivo do Leite e Lacticínios.

Ao todo, e esta é a proposta do Sr. Ministro da Agricultura, serão disponíveis a nível nacional para redistribuir nesta primeira fase, 110 milhões de litros de leite. É dessa disponibilidade que será retirada a quantidade necessária para reequilibrar a produção ao nível regional.

Há outra coisa que tem que ser dita e esta é que é a preocupação da estabilidade no discurso. Uma coisa é dizer aos produtores "não se preocupem, o Governo há-de pagar, o Governo tem que pagar as produções suplementares", outra coisa é dizer "senhores produtores há um regime, ou seja, o regime europeu, e os senhores têm que ter em atenção que chegados ao limite, vamos resolver a situação que existe porque é uma situação não só do regime regional é também nacional, mas após a resolução deste problema, existe claramente um tecto, onde podemos vir a renegociar noutras

circunstâncias aumentos para este tecto, podemos vir a renegociá-lo no âmbito da União Europeia ou com os nossos parceiros".

Nós não podemos ignorar que estas regras existem e continuar a induzir os produtores em erro, dizendo-lhes que eles produzam o que quiserem porque as quotas só não existem para os Açores. No resto da Europa existem para todos os produtores, mas os Açores são o sítio onde podem perfeitamente continuar a pedir solidariedade na Europa, mas não respeitar as regras que lhe são impostas ao nível europeu. Os produtores açorianos, segundo essa versão, deveriam dizer, que aceitam o dinheiro dos incentivos europeus, mas não aceitam as regras.

Sr. Deputado, isto é que é criar instabilidade, é vender ilusões aos produtores. Isso nós não queremos fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu diria que essa sua última conversa, Sr. Secretário, é de bradar aos céus.

Como é que é possível que um Secretário Regional que participou no Conselho Agrícola Europeu, cometa o erro de não negociar para os Açores o aumento da quota leiteira; um Ministro da Agricultura que foi descuidado em relação à situação do leite e dos lacticínios de Portugal e que não negociou um aumento da quota leiteira; um Secretário Regional que em Abril passado dizia, num colóquio com agricultores, "produzam mais, o problema não está na quota", produzam com qualidade, preocupem-se com os custos, mas produzam mais que o problema da quota não existe"?

Ter agora esse mesmo responsável, nesta Assembleia, a dar um conselho contrário, dizendo aos agricultores que agora há um regime de quotas e que é preciso que pensem nessas limitações, é de bradar aos céus. Eu não consigo acreditar naquilo que acabei de ouvir.

Em relação ao enquadramento, eu não falei na opção do Governo pagar ou não preços de leite à produção. Eu fiz um claro enquadramento da situação em cada um dos sectores, leite e lacticínios, carne e culturas industriais.

Eu constatei uma realidade e não pedi que o Governo viesse intervir ou não. Esta realidade é contrária aos objectivos que este Governo definiu no seu programa.

O Sr. Secretário esqueceu-se de falar no abate de bovinos na Região que tem diminuído, ao contrário daquilo que era o pressuposto do programa do Governo e dos planos anuais do mesmo. A estabilidade dos preços é necessária.

Eu não discuti se este Governo deve ou não intervir no preço de leite à produção. O que eu constatei foi que o leite acaba de baixar 1 escudos em S. Miguel, que em Julho e Agosto passado baixou 50 centavos e que isto é uma situação de instabilidade.

Eu falei na redução dos preços da carne e no atraso dos matadouros. Os Matadouros Industriais de S. Miguel e da Ilha Terceira já não vão ficar prontos no mandato deste Governo. Já estão protelados para uma situação posterior e não sei até que ponto é que vamos ficar com o Matadouro Industrial de S. Miguel.

Eu gostava de ouvir do Sr. Secretário se confirma ou não que a Comissão Europeia instaurou um processo de pré-contencioso, em relação ao Matadouro Industrial de S. Miguel.

Eu estranho muito que um Secretário que aguentou a análise, a apreciação e a provação do projecto, que disse inclusivamente que o projecto não estava bem na altura em que o PSD governava, quando sabíamos que em 96 o projecto estava pronto para ser apreciado e aprovado, venha dizer que ia fazê-lo em 97, depois em 98, mas fê-lo apenas em 99.

Depois de tanta análise dos projectos e de ter adjudicado a construção do Matadouro, pergunto em que é que ficamos?

Que procedimentos teve o Governo Regional?

Que capacidade de análise teve o Governo Regional em relação à situação do Matadouro Industrial de S. Miguel?

Não sei se o Matadouro está num processo de pré-contencioso e se estarão postos em causa os financiamentos comunitários para aquele investimento.

Sr. Secretário Regional, V. Exa. tem estado a atrasar investimentos estruturais e importantes e está a anunciar um quadro para o ano 2000 que, em relação à realidade,

não tem nada a ver com o que disse aqui hoje. É inacreditável o que temos estado a ouvir!

Por último, em relação ao projecto de lacticínios da Cooperativa da Ilha do Faial, eu fiz uma pergunta ao Sr. Secretário que julgo que merece uma resposta.

O projecto que deu entrada em 97 vai ser aprovado ao abrigo dos regulamentos da legislação do II Quadro Comunitário de Apoio ou ao abrigo dos regulamentos que virão do III Quadro Comunitário de Apoio?

É apenas para esta pergunta que quero obter resposta.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão do POSEIMA, continuo sem qualquer resposta.

Em relação à problemática da Cooperativa de Lacticínios do Faial e à verba que o Sr. Secretário há pouco questionava, V. Exa. sabe perfeitamente, ou pelo menos devia ter consciência disso, que tanto eu, como o Sr. Deputado Eugénio Leal e muitos deputados da bancada do Partido Socialista, no passado sempre tivemos a necessidade de estudar e aprofundar os planos e orçamentos desta Região.

O Sr. Secretário tem consciência que muitos de nós, ainda antes de sermos deputados, tínhamos por obrigação contribuir para a execução dos planos de investimento e às vezes colaborávamos por soluções próprias na sua feitura. Portanto, temos a obrigação de os conhecer e de lidar com eles tal qual como o senhor hoje lida com eles.

Quando o Sr. Secretário fala nesse assunto e diz que o problema é uma transferência do IFADAP, é evidente que é, mas tem que ter consciência que quando preparou o seu plano e orçamento, na rubrica própria, colocou toda a verba nos não desagregados. Se colocou toda a verba nos não desagregados, é porque nessa altura ainda não tinha consciência que ia fazer a fábrica do Faial, isto ou aquilo em S.

Miguel, na Terceira, em São Jorge, nas Flores ou na Graciosa. Esta é a realidade, Sr. Secretário.

Se o senhor, neste momento, tivesse a certeza do que é que ia fazer, estaria nos não desagregados na ilha correspondente. Este é um aspecto que gostaria que ficasse esclarecido.

Há um ponto que o Sr. Secretário não quer trazer à colacção e nós sabemos por que é, mas eu não quero entrar em pormenores, porque o senhor tem consciência que vai querer a aprovação desse projecto através do PRODESA na medida 2.3, no apoio a projectos de investimento de modernização empresarial das estruturas ligadas ao fabrico na agro-indústria. É evidente, mas este é outro aspecto.

Era importante que esta Câmara ficasse perfeitamente esclarecida.

Quanto à quota leiteira, um dos meios de avançar na política de rendimentos e na produtividade, é com o aumento da produção.

Se conseguíssemos e tivéssemos tido possibilidade desse aumento de produção, eu penso que era um caminho importante no aumento da produtividade, que o Sr. Secretário coloca aí com ênfase e com razão, no que diz respeito ao sector do leite e lacticínios da Região Autónoma dos Açores.

Todos nós temos que ter consciência desta realidade, da importância que ela tem no contexto da Região Autónoma dos Açores e na importância que ela também não tem no contexto europeu.

Sr. Secretário, é preciso termos consciência da nossa pequenez, percentualmente e no que diz respeito à Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): É preciso ter consciência das regras existentes!

O Orador: Sr. Secretário, é preciso ter consciência das regras existentes, mas também é preciso ter consciência que a nossa produção, neste momento, é três centésimas por cento da produção europeia.

Por isso, o bom seria que o Sr. Secretário chegasse aqui e anunciasse que a nossa capacidade de produção poderia aumentar alguns milhões de litros de leite. Seria importante, mas infelizmente isso não acontece.

Quando o senhor diz que é através do resgate e das medidas de resgate que estão implementadas no Continente, ou através de outras medidas para que possamos capitalizar a nosso favor, isso são sempre medidas alienatórias.

Nós não podemos saber nem podemos calcular, sem sabermos se o resgate que vai ser efectuado será este, aquele ou aquele outro.

É evidente que quanto maior forem as compensações há possibilidade de algum resgate. No entanto, a realidade é que, nesse capítulo, não podemos fazer previsões, segundo creio.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somente para dar duas respostas muito curtas, face ao tempo que já utilizei nesta intervenção.

Em primeiro lugar, não me espanta que os seus brados não cheguem nem aos céus, nem aos senhores agricultores, pela forma como tem vindo a intervir aqui Sr. Deputado.

No que respeita às questões mais sérias, mais concretamente o projecto da CALF, o que foi dito aos senhores agricultores — não foi dito apenas ontem, já tinha sido dito há muito tempo à direcção da Cooperativa — foi que o projecto vai ser financiado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Desculpe, Sr. Secretário, eu não tinha ouvido!

O Orador: Nós não vamos estar a enganar as pessoas.

Eu tive ocasião, quando assumi as funções de Secretário, de fazer o balanço dos fundos disponíveis e os Srs. Deputados têm conhecimento dos que conseguimos depois. A realidade é esta e tem que ser dita às pessoas.

Quanto à questão do POSEIMA, eu peço desculpa, Sr. Deputado Paulo Valadão, mas eu não tenho neste momento documentos comigo que me permitam responder concisamente à sua questão, mas vou procurar respondê-lo ainda nesta Sessão.

Julgo que respondi a tudo, que não me esqueci de mais nada. Ficava por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao projecto da Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Faial já percebi que está protelado por mais um ano. É o que irá acontecer em termos de procedimentos administrativos, de reformulação do projecto, de aprovação e por último de financiamento. Infelizmente é o que temos entre mãos.

No que se refere à questão do sector de transformação na área dos matadouros, vou apresentar outro exemplo.

A fábrica de queijo do Corvo tem sido assegurada pelos financiamentos da Câmara Municipal.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Porquê?

O Orador: As facturas já estão há um ano no IFADAP e não veio dinheiro.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Onde é que a Câmara vai adquirir terreno?

O Orador: Este é um investimento simbólico de tão pequena dimensão, que está a ser tratado por este Governo desta forma.

Em relação à quota leiteira, o Sr. Secretário fez referência a 110 milhões de litros de leite que irão ser recuperados para transferir, para reafectar a outros produtores, dentro de Portugal.

Qual o quantitativo previsto para atribuir ou para afectar aos produtores dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário diz que o que é preciso é falar verdade. É sim, Sr. Secretário Regional, mas isso é o que falta, às vezes, na bancada do Governo.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Como?!

O Orador: Ainda ontem, Sr. Secretário Regional, V. Exa. recebeu os manifestantes e não foi isso que disse aos lavradores.

O Sr. Secretário não disse que ia ser no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

O Sr. Secretário não disse isso!

Deputado Herberto Rosa (PS): Disse!

O Orador: Não disse, não senhor!

Sr. Secretário, não foram apenas as pessoas com quem eu falei que ouviram. A própria comunicação social diz isso.

O Sr. Secretário disse que era assim numa fase de transição entre o II e o III Quadro Comunitário de Apoio, embora não tenha garantias.

Hoje, ficámos a saber que o projecto da Cooperativa vai ser aprovado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e era isso que o Sr. Secretário, ontem, devia ter tido a coragem de dizer aos lavradores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas duas ou três questões em relação à sua intervenção que, conjugada com o plano do Governo, permite-me fazer aqui algumas considerações.

No plano de produção legislativa, em relação à qual o Sr. Secretário referiu alguns diplomas aí, concretamente a Rede Regional de Áreas Protegidas, faz-me lembrar o insucesso da vossa produção legislativa. De todos os diplomas que chegaram a esta Assembleia, apenas dois ou três passaram e os outros, com alguns problemas, acabaram por ficar pelo caminho. Eu julgava que os diplomas de substituição viriam a seguir, mas parece que há alguma dificuldade.

É bom recordar a esta câmara a importância daqueles documentos, por isso convém que eles sejam postos cá fora o mais depressa possível, para depois se darem os passos seguintes que o Sr. Secretário sabe muito bem quais são.

No plano dos subsídios eu posso não ter prestado atenção, mas julgo que o Sr. Secretário não fez qualquer referência e há uma pergunta séria que gostaria de colocar em relação a isso.

Anda-se a dizer por aí que o plano estratégico de resíduos sólidos seguiu para Bruxelas e não foi sujeito antes a discussão pública. Confirma-se isto ou não?

Seguiu para Bruxelas ou não?

Esta é uma dúvida que tenho. Não vale a pena fazer um requerimento sobre isto, porque todos sabemos que os requerimentos levam muito tempo a obter resposta.

Quanto aos produtos químicos, este também é assunto que não cheguei a retirar bem qual a ideia do Governo em relação a este assunto. Chamo também a atenção para a importância crescente desta matéria.

Só para dar aqui algumas pistas sobre a importância disto, nas águas subterrâneas encontram-se resíduos de pesticidas, num líquido amniótico encontram-se resíduos de pesticidas. Este é um assunto muito importante e convém dar passos largos em relação ao mesmo, para nosso bem, para bem da nossa saúde e para bem do nosso povo.

Quanto às lagoas, Sr. Secretário, o plano já está cá fora e ainda bem, embora com fortes críticas, com profundas críticas das Associações de Defesa do Ambiente, principalmente uma, aquela que está mais ligada a este assunto.

Eu fiz um requerimento nos primeiros dias de Julho a pedir uma cópia do plano. Pedia apenas que me mandassem uma fotocópia, mas já se passaram 4 meses e eu ainda não tenho o plano sujeito às críticas feitas por uma Associação de Defesa do Ambiente.

Eu julgo que estas situações são escusadas. A informação tem que ser partilhada, fluida para bem do desenvolvimento.

No debate político, essas coisas são necessárias, mas o que interessa aqui é criar condições para o desenvolvimento e para uma boa política de ambiente.

Quanto aos investimentos que fez referência no início da sua intervenção, em relação ao ambiente, os investimentos feitos por este Governo são elevados, comparados com os investimentos feitos pelos anteriores governos, mas o momento é outro, a sensibilidade para estas questões tem sido crescente, não só no Governo, mas nos cidadãos de uma maneira geral.

Sr. Secretário, gostaria de dizer que antes ter pouco e bem gerido, do que ter muito e mal gerido, ou ter pouco e bem gerido do que ter muito e acabar num governo pior do que o de D. Maria I.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Respostas rápidas e concisas.

Sr. Deputado Francisco Xavier:

Registo a sua preocupação no que diz respeito às vias legislativas — também é minha — e a sua opinião sobre os investimentos.

No que diz respeito às lagoas, irei verificar pessoalmente por que é que ainda não lhe deram resposta. O Sr. Deputado tem todo o direito em receber esse plano, aliás, ele foi distribuído imediatamente à comunicação social. Não é segredo para ninguém.

Em relação aos pesticidas, não sei se prestou atenção, mas a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, neste momento, já tem a funcionar um sistema de análise de autorização de pesticidas, no que respeita a produtos de produção agrícola.

Deputado Francisco Xavier (*PSD*): Quantos produtos?

O Orador: Começou com alguns conforme a capacidade, mas iremos avançar com mais.

No que respeita à questão do PERSU-A, o que foi enviado para Bruxelas foi, numa primeira fase e como não podia deixar de ser, a versão provisória que existia.

Neste momento, já está preparada a segunda versão do documento, após consulta às câmaras municipais, e eu espero brevemente acertar com os srs. presidentes das câmaras os aspectos finais, para poder ser aprovada em Conselho de Governo e a versão definitiva dar entrada em Bruxelas. Penso que em breve isso estará resolvido com a colaboração dos srs. presidentes de câmara, porque é um assunto de interesse mútuo.

No que respeita às questões levantadas sobre o processo da CALF, eu tenho muito prazer em lhe explicar, Sr. Deputado António Almeida, mas não vou indicar agora os pormenores do que são os processos de transição.

Eu disse que estava a dizer a verdade e disse a mesma coisa aqui que disse aos senhores dirigentes da Cooperativa e aos srs. agricultores. Provavelmente, terá surpresas agradáveis mais depressa do que julga.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não agradeço e registo a ausência de resposta, por parte do Sr. Secretário Regional, às questões que coloquei aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para colocar uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

No que se refere às questões do ambiente, desde do sismo que houve alguns trabalhos de carácter científico feitos sobre a estabilidade das vertentes do Monte Queimado.

Admito que no conjunto de programas e de projectos desta área do ambiente, esteja alguma coisa destinada aos trabalhos de regularização dessas vertentes do Monte Queimado.

Como não vejo isto no descritivo, nem esmiuçado nestes documentos, gostaria que o Sr. Secretário Regional me informasse sobre se está prevista, em tempo oportuno e antes do Verão, a regularização das vertentes daquele monte?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o sector das pescas, tenho algumas perguntas para fazer ao Sr. Secretário, mas Srs. Deputados, depois de ter visto que no balanço feito pelo Sr. Presidente do Governo sobre os três anos de actividade, no que diz respeito ao sector das pescas, foi necessário **falsear números...**

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Foi um lapso!

O Orador: ... chego à conclusão que está demonstrado que este Governo, no sector das pescas tem algo a esconder.

Vou indicar quais foram os números falseados:

O Sr. Presidente do Governo — eu não estou criticando o Sr. Presidente do Governo, porque bem sei que as informações chegam a ele — disse, no seu discurso, que havia uma inversão dos fundos comunitários a partir deste Governo, no que diz respeito ao aproveitamento dos fundos comunitários destinados à modernização da frota.

Dos exemplos que dá, faz o seguinte:

Nos anos de governo do PS, em 97 e 98, soma a participação comunitária com o que é executado pelo orçamento ordinário.

No que diz respeito aos governos nos anos do PSD, apenas põe a parte que é comunitária.

Quem tem necessidade de falsear isto num balanço de três anos, está a demonstrar a forma como o desenvolvimento das pescas vai nesta Região.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma resposta rápida ao Sr. Deputado Madruga da Costa.

Eu tive ocasião de me reunir com as diversas entidades coordenando isso e ficaram acertadas a divisão de responsabilidade no âmbito das obras do Porto e no âmbito das intervenções da Direcção Regional de Ambiente.

Não lhe posso dizer agora de cabeça como é que isso está em termos de qual a percentagem que ficou com cada entidade, mas isso ficou acertado em reunião efectuada.

No que respeita às afirmações feitas pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, face ao balanço dos três anos, a forma como está a afirmar é muito grave. Julgo que devia reflectir porque, desse ponto de vista, erros podem haver, agora deliberadamente tentar enganar, penso que é muito forte.

Eu gostaria de ver esses números.

Deputado Eugénio Leal (PSD): É só consultar o relatório de execução de 97!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Encontra-se mais uma vez esta Assembleia a apreciar e a avaliar o Plano e Orçamento anuais do VII Governo Regional dos Açores, neste caso, os últimos desta Legislatura. Com as propostas agora apresentadas, depois de muitas atribulações, constante inquietação, tentativas de usurpação do poder e uma roda-viva de líderes, de alguns partidos da oposição, ora substituídos, ora contestados, concluiu-se aquilo que poderia ter sido um Plano a Médio Prazo.

Durante os 3 anos que passaram, alguma oposição nunca deixou que este Governo tivesse um Plano a Médio Prazo, instrumento nunca antes negado a um Governo Regional e essencial à implementação de uma estratégia de desenvolvimento económico-social definida por qualquer executivo.

Sem PMP, mas com a confiança sempre redobrada dos Açorianos, este Governo levou por diante uma tarefa árdua e difícil.

Não pelos atrasos conjunturais em que vivíamos.

Não pelas obras que sempre estiveram por fazer ou pelas decisões permanentemente adiadas. Nem tão pouco pelas adversidades e infortúnio que permanentemente atingiram a Região ao longo desta legislatura.

Mas sim, devido ao comportamento de alguma oposição dependente e viciada no poder, que tentou usar todos os meios para o recuperar, mesmo contra a vontade dos Açorianos.

Não eram os interesses dos Açorianos que estavam em causa, eram as necessidades de alguns líderes da oposição.

Mas Sras. e Srs. Deputados, esta nota introdutória só faz sentido num momento em que vamos aprovar o último Plano do VII Governo Regional, sendo também altura de balanços, do que foi feito, e do que será concluído até ao final do mandato.

Apesar de tudo fica concluído um ciclo e alcançada a primeira etapa.

Etapa de grandes mudanças no sistema económico regional.

Com este Plano e no que ao sector Agro-pecuário respeita, serão iniciados importantes compromissos do Partido Socialista e definidos no Programa do VII Governo Regional, enquanto outros serão concluídos.

O Programa do Governo da Nova Autonomia definia como principais objectivos para a Agricultura, modernizar o sector e torná-lo mais competitivo. Para os atingir foi definida uma estratégia que assentava no reforço dos pilares essenciais do sector, designadamente a fileira do leite e da carne e na diversificação da base económica regional.

São estas duas fileiras que sustentam e suportam a economia deste sector e por isso deverá reforçar-se a sua competitividade, mas sempre que possível deverá potenciar-se a diferenciação e diversificação da produção.

Sempre que possível e de forma gradual deverão contornar-se ou evitar-se as monoculturas. Na esfera da produção de leite e lacticínios foram efectuados importantes investimentos estratégicos, essenciais à modernização da indústria e das explorações. Foi introduzida, a nova classificação de leite nas ilhas de Terceira e São Miguel.

Num ambiente pacífico, tranquilo e de paz social, foi possível premiar os produtores mais capazes e melhor preparados.

No âmbito da indústria de lacticínios:

Iniciou-se na ilha de São Miguel a construção da nova unidade industrial da UNILEITE:

Investiu-se na modernização e funcionamento da UNICOL, na ilha Terceira, quer ao nível da recolha, quer da transformação. Melhoraram-se os serviços prestados aos agricultores e aumentou-se a quota de leite transformado em queijo, produto este de elevado valor acrescentado;

Na Graciosa, está já em fase de elaboração o projecto de construção de uma nova fábrica;

No Pico, já se iniciaram as obras da nova unidade industrial da PICOLASE, cujo investimento ronda 1,1 milhões de contos. De uma situação de total desconfiança, dúvida e mesmo angustiante desânimo em relação ao sector, passou-se para um cenário de estabilidade financeira das explorações, pagando no tempo estabelecido e

para uma conjuntura de continuidade e afirmação da actividade; Nas Flores, implementou-se um Plano de reestruturação do sector dos lacticínios, onde o investimento feito pela administração anterior na fábrica local se revelou desajustado, principalmente devido à falta de uma política de incentivo à produção de leite. Face à estratégia seguida, a produção leiteira naquela ilha aumentou de 668 mil litros na campanha de 97/98, para 996 mil litros na campanha seguinte, correspondendo a um aumento de cerca de 49%. No Faial, a situação era complexa e delicada, havendo grandes atrasos nos pagamentos aos produtores. A SRAPA incentivou então a transferência dos produtores da já extinta LAFAL para a Cooperativa de Lacticínios do Faial e ao mesmo tempo comprometeu-se a apoiar o projecto de construção da nova fábrica de lacticínios que será aprovado já no âmbito do PRODESA;

No Corvo, o Governo apoiou em 25% a construção da queijaria daquela ilha;

Ainda no que se refere ao sector dos lacticínios, o Governo alargou, a todas as indústrias de lacticínios, o apoio de 1\$00 por litro de leite destinado a permitir o escoamento dos excedentes dos lacticínios produzidos por todas as indústrias situadas na Região de modo a assegurar uma remuneração adequada da matéria prima;

Promoveu o abaixamento do custo da energia, que atingirá, em termos médios, os 30% já no próximo ano e cujo impacto directo, a jusante desta fileira, designadamente na transformação, é por demais evidente e de indiscutível impacto. Felizmente que no sector do leite, e apesar das constantes pressões no quadro nacional e internacional no sentido do abaixamento do seu preço, o Governo Regional foi sempre capaz, de forma cautelosa, mas sábia e prudente evitar situações do passado.

Títulos como "greve registou grande adesão" ou "lavradores derramam leite" ou ainda "cooperativa não paga aos produtores há dez meses" fazem parte de um passado recente que devido ao trabalho desenvolvido parece estar, felizmente, cada vez mais distante do pensamento dos nossos agricultores.

Hoje todos conhecemos as pressões e as dificuldades criadas pelos mercados, mas também reconhecemos, pelo que foi dito, que a aposta tem sido clara, objectiva e convincente.

Tem sido seguida uma política que procura a cada momento conciliar e ajustar os interesses imediatos com medidas estruturantes com impacto no futuro.

Acresce ainda, os investimentos que têm sido realizados no âmbito do ordenamento agrário, com impacto directo nesta fileira.

Nas ilhas Terceira e São Miguel está coberta cerca de 50% da sua superfície agrícola útil, tendo-se iniciado numerosos trabalhos em novos perímetros, que até então só constavam do papel.

Durante o tempo decorrido desta legislatura, a SRAPA investiu 1,8 milhões de contos em caminhos agrícolas, numa extensão de 67 Km. Beneficiaram-se mais de 1.300 explorações.

Passou-se das pedras e das covas para o asfalto.

O tempo e a paciência perdidos no trajecto e o desgaste de carrinhas, tractores e equipamentos, deu lugar, a novos ganhos de produtividade, rendimento e aumentou-se a durabilidade das máquinas e viaturas.

Ao nível do abastecimento de água à lavoura, foram realizadas inúmeras obras de captação de nascentes, construção de reservatórios, redes de distribuição, estações de tratamento de água e postos de abastecimento, envolvendo mais de 1,2 milhões contos.

Acabaram-se assim, infelizmente ainda não para todos os agricultores Açorianos, as longas filas de espera nos postos abastecedores e as noites perdidas.

Durante este mandato serão electrificadas um total de mais de 50 ordenhas.

Nestas unidades de ordenha exercem a sua actividade agricultores da nova era, em que a lua deu lugar à claridade da lâmpada, o frio, o vento, a chuva e a lama, foram felizmente substituídos pelo abrigo e pelo piso de botão.

Já se aprovaram mais de 1200 projectos de investimento, destinados a reestruturação, modernização e redimensionamento das explorações agrícolas.

Já se aprovaram também 1.134 candidaturas à cessação da actividade.

Deste modo, contribuíu-se para a reestruturação do sector dos lacticínios nos Açores.

Diminuíram-se os custos, aumentou-se na produção e melhorou-se na qualidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na fileira da carne, outro pilar essencial do sistema agrícola regional, e que se interliga com a primeira, o Governo da Nova Autonomia avançou definitivamente para a criação de uma verdadeira Rede Regional de Abate.

Assim:

Estão iniciadas as obras no novo matadouro industrial de São Miguel, que custarão mais de 2 milhões de contos;

Estão finalizadas as construções do novo matadouro das Flores e da casa de matança do Corvo;

Nas ilhas, Graciosa, São Jorge e Pico, foram lançados concursos para os projectos de remodelação dos respectivos matadouros, prevendo-se a conclusão das obras até final do mandato;

Até ao final do mandato prevê-se também, que estejam a decorrer as obras relativas ao matadouro industrial da ilha Terceira.

Ainda no âmbito desta fileira é de destacar a excepcional vitória diplomática junto da Comissão Europeia que levou a que os Açores ficassem de fora do embargo à exportação de carne de bovino imposto a Portugal.

Por fim, o caderno apresentado esta semana relativo à certificação da carne Açoriana com a "Indicação Geográfica de Carne dos Açores".

Com esta certificação ficará atestado o que se produz, onde se produz e como se produz, assegurando ao consumidor a verdade do rótulo.

A elencagem feita demonstra que este Governo sabe que o dia a dia dos Açorianos não se faz de palavras.

A obra realizada comprova que os Açorianos fizeram a melhor opção.

Por fim, o outro objectivo definido diz respeito à diversificação da base económica regional em que há a destacar a aprovação de mais de 300 projectos de investimento nas áreas da fruticultura, horticultura, floricultura, apicultura reestruturação da vinha.

A diversificação conseguida garantirá uma maior solidez e vitalidade desta actividade económica e permite um melhor ordenamento do território e da paisagem Açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos então à proposta de Plano para 2000.

Desde logo, esta proposta sai claramente melhorada ao especificar, de modo evidente e incontestável, o investimento público conseguido com cada escudo do orçamento regional.

Da proposta destacaria apenas alguns projectos de acções que pelo crescimento e importância das dotações que lhes estão conferidas merecem aqui especial relevo.

O projecto 1.1 - infraestruturas agrícolas - com a verba inscrita de 644 mil contos. Cresceu 15%. Destina-se nomeadamente ao abastecimento de água (mais 25%), caminhos agrícolas (mais 22%) e electrificação. O investimento público previsto será de 3 milhões e 604 mil contos, sendo 2 milhões e 900 mil contos de fundos comunitários.

O projecto 2.1 - transformação e comercialização - com a verba inscrita de 2 milhões e 750 mil contos. Cresceu relativamente a 97 mais de 168%. Destina-se este projecto principalmente à implementação da rede regional de abate, uma aposta do Governo da Nova Autonomia. O investimento público rondará os 4 milhões de contos.

O projecto 4.2 - infraestruturas e equipamentos florestais - com a verba inscrita de 650 mil contos. Mais do que duplicou a dotação do ano anterior. Destina-se a caminhos rurais e infraestruturas de apoio.

Gostaria ainda de referir e salientar que estão inscritos neste plano para caminhos agrícolas, rurais e florestais mais de 1 milhão e 100 mil contos que permitirão um investimento público próximo dos 3 milhões de contos.

Com as verbas inscritas neste Plano serão gastos na agricultura Açoriana cerca de 16 milhões de contos (15.936.120).

Se adicionarmos a estes 16 milhões de contos, os 12 que serão gastos este ano, os 11 investidos em 1998 e os 13 gastos em 1997, ficaremos com investimentos feitos no sector num valor superior aos 50 milhões de contos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Para vosso lamento e desagrado já não são apenas 40 milhões.

O valor referido fica mais de 25% acima dos 40 milhões prometidos por este Governo e demonstram o seu empenhamento na melhoria das condições de vida e de trabalho de quem, diariamente, labuta entre os animais e a terra.

Antes de terminar gostaria de realçar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará uma proposta de alteração no sentido de incluir verbas destinadas à aplicação do projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à aquisição de terras por rendeiros e por proprietários em regime de emparcelamento.

Com esta alteração não adia nem se esquivava do problema como outros o fizeram.

Após anos de rejeição e recusa das nossas propostas, finalmente todos parecem pretender um regime com as características do SICATE.

Nós não nos ficámos pelas expectativas, nem pelas palavras.

E ainda temos a grata satisfação de ver aqueles que nunca quiseram esta medida, juntarem-se agora a nós.

Por tudo o que foi dito penso que os Agricultores Açorianos têm razões para estarem satisfeitos com este Plano, com este Governo e com o Partido Socialista.

Disse! **Vozes da bancada do PS:** E estão!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com atenção este cenário muito bem pintado de cor-de-rosa, feito pelo Sr. Deputado Élio Valadão.

O Sr. Deputado focou uma questão que é sensível à minha ilha. Como não podia deixar de ser, eu não comungo do quadro tão cor-de-rosa que o senhor pintou para a nossa Região, pelo menos no que se refere à Graciosa não é assim.

No que se refere a uma questão que o Sr. Deputado focou e bem, ou seja, o abastecimento de água à lavoura, a nossa ilha é bastante carenciada em termos de água e tem sido a câmara municipal que tem assegurado o abastecimento de água à lavoura.

Esta questão leva a que, na Graciosa, especialmente na época de Verão, a água apareça raramente, digamos assim.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, em termos de água à lavoura, o que é que está a pensar fazer na Ilha Graciosa. Como sempre, ausenta-se da Sala nos momentos cruciais...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Seja modesto, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas deixava a pergunta, a fim de que ele possa responder logo que chegue.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer responder ao Sr. Deputado João Cunha, gostaria de salientar que a Graciosa, possivelmente, na próxima legislatura, poderá ver contemplados alguns investimentos na área do abastecimento de água.

De qualquer maneira, queria salientar que quando este Governo tomou posse, o abastecimento de água fazia sentir-se apenas em perímetros de ordenamento agrário. Hoje, já foi alargado, no caso concreto da Terceira, aos restantes três perímetros que até então não tinham visto qualquer obra.

Nós estamos no Governo apenas há uma legislatura e ainda nem sequer terminou. Nós não podemos fazer tudo o que não estava feito, em todas as ilhas e de uma só vez.

Acredito que feitos os trabalhos que já estão a decorrer, seguramente que num próximo ano, numa próxima legislatura, a Graciosa também será contemplada.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma resposta muito ligeira, porque não posso queimar tempo ao meu grupo parlamentar.

Respondendo muito concretamente ao Sr. Deputado Élio Valadão, na Graciosa, em termos de agricultura, quem se tem substituído à Secretaria que tem por incumbência resolver os problemas da agricultura naquela ilha, tem sido a câmara municipal.

Foi o caso da nova fábrica que o Sr. Deputado ali focou, que a Secretaria "sacudiu a água de cima do capote", ou melhor, o "leite de cima do capote", e passou a bola para a câmara municipal que muito bem resolveu, porque aquela edilidade resolve muito mais do que o Governo na ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida que cada ilha é um "mundo" de problemas na nossa Região, alguns comuns tantos outros diferentes.

Cada ilha é diferente e não é razoável, nem politicamente aceitável, que se apliquem de igual modo os critérios económicos, quando se procuram encontrar soluções iguais para realidades diferentes.

Por mais esforços que faça, não encontro neste Plano medidas ajustadas à satisfação dos muitos problemas existentes na Ilha das Flores.

Como é possível dar satisfação a tantas necessidades com um investimento que ronda os 600.000 contos?

Como podem os florentinos aspirar a um melhor nível de vida e bem estar, na saúde, na educação, no turismo, na agro-pecuária, nas pescas e na economia em geral, com investimentos desta natureza?

Com esta política, a ilha das Flores continuará a sofrer limitações significativas com muitas características de uma sub-região ou se quiserem, da ultraperiferia dentro dos Açores.

Cada vez mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Autonomia dos Açores está, ou melhor, realiza-se pela mão deste Governo, onde existem hipóteses de ter mais uns votos.

É por isso, que cada vez mais nas Flores se afirma e confirma esta dupla insularidade.

Deputada Sandra Bessa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Onde está a Autonomia desta Região cujo grande objectivo político é o de pugnar e resolver os problemas dos mais desfavorecidos, o mesmo é dizer das ilhas mais carenciadas onde, infelizmente, se encontra a Ilha das Flores?

Este Plano e Orçamento para o ano 2000, fica muito aquém do desejável no que à Ilha das Flores diz respeito.

Apenas vou citar dois números para confirmar o descalabro das verbas e dos investimentos que, nos últimos três anos, este Governo destinou às Flores: em 1997, um milhão oitocentos e setenta mil contos; para o ano 2000 cerca de seiscentos e setenta mil contos. Mais números para quê?!

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Será que com esta verba o Governo Socialista vai cumprir as abundantes promessas eleitorais referentes à Ilha das Flores?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Onde está a verba para a Marina das Lajes das Flores, cujo anteprojecto foi apresentado, com pompa e circunstância, durante a última visita do Governo à Ilha das Flores?

E a Escola Padre Maurício Freitas, com uma verba de 50.000 contos? É, com certeza, para ficar mais um ano em estudos e projectos.

E os Portos das Poças, Velho e de Ponta Delgada?

O que se pretende fazer com os 12.500 contos que já constam de Planos anteriores?

E os caminhos rurais com uma verba prevista de 20.000 contos?

O que pretende este Governo realizar com uma verba desta natureza?

Que tipo de remodelações se podem efectuar no Aeroporto e Aerogare das Flores com uma dotação de 2.000 contos?

E quanto à repavimentação das estradas regionais?

Deputado António Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Será com uma verba de 100 mil contos que se vão resolver os problemas graves nesta ilha, que, em termos de estradas atrevo-me a classificá-las como as mais "esburacadas" dos Açores?

E a total ausência de iluminação pública do antigo bairro dos franceses, cujos postes ameaçam ruir a qualquer momento? Onde está a verba ou sequer a intenção de resolver este problema?

Da saúde já nem me atrevo a falar, mas sempre quero reafirmar que esta é e continua a ser uma área onde cada vez mais se pode adoecer menos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Onde estão os investimentos financeiros e os recursos humanos tão apregoados e prometidos por este Governo Socialista para este importantíssimo sector e tão justamente reclamado pelos florentinos?

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com a consciência do dever cumprido e a certeza de que este Plano Socialista não serve a Ilha das Flores e as expectativas de desenvolvimento das suas gentes.

Disse. Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Francisco Fernandes:

Eu não lhe vou perguntar onde é que V. Exa. estava no 25 de Abril, mas, depois de ouvir as palavras que acabou de proferir, sinto-me tentado a perguntar por onde é que tem andado nestes últimos 3 anos, uma vez que, ao que parece, ainda não deu conta das enormes transformações positivas entretanto ocorridas na Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O retrato que aqui nos foi trazido pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes nada tem a ver com a realidade que se vive naquela ilha, uma realidade que se traduz no

progresso, no desenvolvimento, no aumento dos níveis de conforto e bem-estar que os florentinos, maioritária e inequivocamente, reconhecem.

Sr. Deputado, vamos fazer um breve exercício comparativo, porque V. Exa. referiu-se ao executado nos últimos 3 anos deste mandato, para mais facilmente podermos aferir da evolução entretanto verificada, com exemplos que passam por toda a área da governação.

Em 1996, as escolas do 1º. ciclo das Flores, apresentavam um avançado estado de degradação e não se vislumbrava qualquer intenção de inverter o processo por parte do Governo de então.

Hoje, as mesmas escolas, estão a ser alvo de grandes reparações num investimento que ronda os 150 mil contos, em cooperação com as autarquias.

Em 1996, — e o Sr. falou da Saúde — o Posto de Saúde das Lajes não passava de uma velha aspiração.

Hoje, é uma realidade ao serviço das populações do concelho que conta também com a presença de um enfermeiro 35 horas por semana.

Em 1996, o Polivalente da Casa do Povo da Fajã era, pura e simplesmente, mais um projecto encalhado.

Hoje, foi já lançado a concurso e vai ser construído no próximo ano.

Em 1996, a falta de combustível era o "pão nosso de cada dia" nas Flores, originando, como o Sr. Deputado sabe, problemas a particulares e a empresas, motivando mesmo interrupções na produção de energia eléctrica por falta de gasóleo, ao mesmo tempo que não passava dia...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso é uma declaração de voto?

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: As verdades doem, mas as verdades são verdades!

... em que o Presidente da Câmara das Lajes não viesse para a Comunicação Social — o Presidente da Câmara das Lajes era do vosso partido — alertar para o grave risco de explosão que se vivia na parte baixa da Vila.

Hoje, o abastecimento de combustível está perfeitamente assegurado, porque a Ilha das Flores passou a dispor,...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): De um porto!

O Orador: ... já na vigência deste Governo, de um parque de combustíveis moderno e muito bem conseguido em termos de impacto ambiental e paisagístico.

Em 1996, o porto de recreio das Flores, não passava de uma justa reivindicação.

Hoje, constitui já uma garantia e está de momento em fase de projecto.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu admiro a sua fé!

O Orador: Em 1996, a situação ao nível do transporte de distribuição de energia eléctrica era perfeitamente dramática, com contínuos cortes que chegavam a durar dias e por conta disso até o pão chegou a faltar nas Flores...

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Devia ser falta de padeiro!

O Orador: ... e com frequentes e súbitas alterações de tensão que provocavam avultados prejuízos nos aparelhos eléctricos das pessoas.

Hoje, já está totalmente remodelada a rede de transporte e está a avançar-se, rapidamente, na remodelação da rede de distribuição.

Deputado Mark Marques (PSD): E o boi da junta?

O Orador: Também já tem.

Em 1996, o projecto turístico da Coada tinha sido, pura e simplesmente, rejeitado pelos Governos do PSD e há gente nesta Sala responsável por isso.

Hoje, e graças à visão estratégica deste Governo e ao seu apoio, aquele empreendimento foi concluído, está já classificado como aldeamento turístico, constitui um enorme sucesso e pode mesmo considerar-se como um exemplo a seguir a nível regional.

Em 1996, ...

Deputado Mark Marques (PSD): Ó Sr. Deputado, este Plano é para 2000!

O Orador: ... a Fábrica de Lacticínios da União de Cooperativas estava praticamente falida, verificando-se atrasos no pagamento do leite à lavoura que atingiam, como já aqui foi dito, 16 meses.

Hoje, com o apoio deste Governo, o sector dos lacticínios está em franca recuperação.

Os produtores recebem regularmente em 3 meses e graças à boa gestão da fábrica e ao esforço dos lavradores, no final deste ano, o leite laborado vai atingir 1 milhão e 500 mil litros, mais do que aquilo que deu entrada na fábrica nos anos de 96 e 97 em conjunto.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Em 1996, como o Sr. Deputado sabe, o abate do gado era feito em precaríssimas condições, em velhas e inadequadas instalações que não reuniam o mínimo de condições.

Hoje, a Ilha das Flores, já dispõe de um novíssimo matadouro com os mais modernos meios para o abate dos animais.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): O Sr. Deputado José Francisco ainda não viu o matadouro?!

O Orador: Em 1996, o caminho florestal Morro Alto/Ponta Delgada, tinha já passado à história e ninguém falava nele.

Hoje, com este Governo, o projecto foi retomado e o caminho está a ser construído, agora transformado em estrada de cintura como resposta a uma velha aspiração dos florentinos, velha de muitas décadas.

Em 1996, a Ribeira Grande era atravessada por uma pequena e perigosa ponte que detinha o estatuto de "provisória" já há mais de 40 anos, e os senhores tiveram 20 no poder,...

Deputado Mark Marques (PSD): E os outros 20 anos quem é que teve culpa?

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Foi o Freitas Pimentel!

O Orador: ... ponte essa que finalmente a água levou, precisamente no dia da tomada de posse do VII Governo Regional.

Hoje, no seu lugar, existe uma ponte nova e moderna, tal como acontece na Ribeira do Ferreiro, na Ribeira do Cascalho e na Ribeira da Cruz.

Em 1996, as estradas regionais das Flores, nunca tinham sido objecto de quaisquer trabalhos de recuperação, para além do "normal tapar buracos".

Hoje, está em curso um ambicioso projecto de correcção e repavimentação, com um tapete de asfalto a quente na estrada regional entre Lajes e Santa Cruz, em execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Francisco Fernandes:

Também podemos falar de outras coisas que foram e estão sendo feitas nas Flores. Podemos falar no aumento da frequência dos transportes marítimos de carga; podemos falar no alargamento aos fins-de-semana nas ligações aéreas; podemos falar na reposição do transporte marítimo de passageiros; podemos falar na conclusão da creche e jardim de infância de Santa Cruz; podemos falar na conclusão do Polivalente da Casa do Povo das Lajes; podemos falar na repavimentação e desassoreamento do Porto das Poças; podemos falar na criação de um posto de turismo; podemos falar na construção de casas de aprestos nos portos de pesca e na reabilitação do entreposto frigorífico que está em execução; podemos falar na reconstrução do molhe de protecção, no desassoreamento e na reparação da muralha e da rampa de varagem do Porto Velho, que V. Exa. referiu e perguntou o que é que lá se ia fazer.

Está feito, Sr. Deputado!

Também podemos falar da conclusão do Quartel de Bombeiros de Santa Cruz e na criação da Secção Destacada das Lajes, bem como no apetrechamento da corporação com viaturas e equipamentos de rádio-comunicações.

Podemos falar na conclusão das obras da SITURFLOR e na recentemente concluída iluminação da pista do aeroporto. Também podemos falar no forte apoio à habitação que, neste momento e só para este ano, já ultrapassou os 72 mil contos.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): É um mealheiro!

O Orador: Sr. Deputado, eu ainda vou dar-lhe mais um exemplo das abissais diferenças entre o tempo dos anteriores Governos e o tempo, este tempo, do Governo da Nova Autonomia.

A RTP/Açores levou 12 anos a chegar às Flores.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): E a TELECEL?

O Orador: Nestes últimos 3 anos, os florentinos passaram a ter já ao seu dispor as emissões do Canal 1 da Televisão, a rede telefónica digital, a Internet, as comunicações com o exterior via satélite e, mais recentemente, duas redes do serviço de telemóveis. Brevemente, vão passar a dispor das emissões da TV Cabo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou convicto de que todos estes exemplos que aqui deixei chegam e sobram para provar, sem qualquer margem para dúvidas, a grande e a clara diferença para melhor,

tanto em "termos absolutos como relativos" entre o actual Governo Regional do Partido Socialista e os anteriores Governos do PSD.

Uma diferença que se vai manter e até acentuar no próximo ano, em função do plano de investimentos ora em apreciação, que dá continuidade a um plano que consta do Programa do Governo — e aqui vai a sua resposta — que consta de um Plano a Médio Prazo que embora não aprovado é uma referência, que estava contemplado com 5 milhões de contos, a maior verba já alguma vez contemplada para as Flores, nem de perto nem de longe aproximou qualquer outro Plano relativamente a este e que vai ser integralmente cumprida.

Portanto, Srs. Deputados, eu julgo que chega.

Deputado Mark Marques (PSD): Chega. Está tudo anestesiado!

O Orador: Eu também tenho plena consciência de que infelizmente "não há pior cego do que aquele que não quer ver"!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou intervir em função da intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa, na medida em que estava aqui no meu lugar e, por motivo de discussões anteriores e de um documento que aqui tinha apresentado, chamaram-me ao telefone e não tive oportunidade de ouvir a intervenção do Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

No entanto, há um aspecto que eu queria realçar.

Como todos sabem, eu sou um deputado eleito pela Ilha das Flores e considero que a minha postura aqui tem sido, desde o início, uma postura de fazer parte de um partido que foi da oposição e é da oposição, mas que procura analisar o que de facto se faz, o que se faz bem feito e aquilo que falta fazer.

Eu estava para fazer amanhã uma intervenção sobre as Flores, mas vou ter que alterá-la, porque o que foi feito e foi bem feito, o Sr. Deputado do Partido Socialista, Herberto Rosa, já o disse.

Deputado Manuel Serpa (PS): Mas pode repetir!

O Orador: Há que reconhecer que nos últimos 3 anos há obra feita nas Flores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): *Muito bem!*

O Orador: Eu, deputado regional, como membro do Partido Comunista Português e como deputado representante das Flores, reconheço.

Porém, como deputado de uma ilha pequena, sei que as ilhas pequenas estão longe dos centros do poder; são ilhas que muitas vezes são esquecidas por aqueles que detêm o poder; são ilhas onde os fenómenos acontecem normalmente mais tarde do que acontecem nos centros maiores; são ilhas, o caso das Flores e do Corvo, que sofrem de uma dupla insularidade dentro desta nossa insularidade, de uma ultraperiferia dentro desta nossa ultraperiferia.

Por isso, eu penso que a posição de um deputado dessas ilhas ou é uma posição reivindicativa, quer seja apoiante do governo, quer seja opositor do Governo, ou então contribui para que essas ilhas passem ao esquecimento.

Por isso, eu tenho a preocupação de lembrar sempre a esta Câmara que há problemas e estrangulamentos muito grandes na minha ilha que têm que ser aqui lembrados e têm que ser aqui trazidos.

Eu queria recordar ao Sr. Deputado Herberto Rosa que eu gostaria de chegar aqui e dizer que tudo aquilo que pensamos que devia ser feito no início do mandato deste Governo está a ser feito.

Gostaria até de dizer que aquilo que este Governo Regional programou nos seus planos e investimentos tem sido cumprido, mas infelizmente não o posso dizer.

Eu vou citar apenas dois ou três casos concretos:

Já o Governo do PSD aqui se comprometeu a avançar com o projecto de ampliação da Escola Secundária, no entanto, não o fez, concretamente quando essa escola passou a secundária.

Desde o primeiro Plano do Partido Socialista que essa era uma matéria que esteve planeada e orçamentada com 25 mil contos em 98, 50 mil em 99 e para o próximo

ano novamente com 50 mil, quando o Governo Regional sabe perfeitamente que são pelo menos necessários 350 mil contos.

Esta obra não foi iniciada. Vamos ver se será iniciada em 2000, mas a realidade é que esta, Sr. Deputado, o Partido Socialista e o seu Governo estão em falha e esta falha é grave.

O porto das Flores não foi terminado nos Governos do PSD, continua sem electricidade definitiva, continua sem o abastecimento de água e pensamos que são falhas importantes.

Eu apenas citei dois exemplos que estavam contidos em anteriores Planos.

Aliás, o Plano do ano passado, para o porto, tinha o armazém. Se começado será em Novembro ou em Dezembro, porque até ao momento, que eu saiba, ainda não começou.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Mas vai começar!

O Orador: Isto são aspectos concretos que nós gostaríamos muito que tivessem evoluído.

Dou-lhe mais um exemplo:

Caminhos agro-silvo-pecuários.

Há pouco, o Sr. Deputado do Partido Socialista referia que os agricultores tinham melhor acesso às suas explorações.

Infelizmente, nas Flores, essa melhoria ainda não chegou, porque lamentavelmente as nossas estradas agro-silvo-pecuárias estão exactamente iguais como o PSD nos deixou, à excepção daquela que o Sr. Deputado recordou, ou seja, a estrada da volta da ilha, essa sim, tem andado a "passo de caracol", mas tem andado. As outras, lamentavelmente, algumas estão intransitáveis e as restantes estão em vias de lhe acontecer o mesmo.

Nós gostaríamos que essa fosse a realidade, mas infelizmente há aspectos que têm necessidade de continuar a ser melhorados.

Eu, como deputado da Ilha das Flores, pretendo continuar a ser e julgo que vou continuar a ser, um deputado reivindicativo para a minha ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um simples esclarecimento.

Isso não aparece no Plano, porque a verba já foi transferida para a Junta e ela irá fazer essa obra.

Houve uma atraso na obra, mas a Junta Autónoma irá fazer, tem o projecto feito e vai fazer a adjudicação. No decorrer deste ano isso vai acontecer.

No final do nosso quadro de legislatura isso será feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais umas breves palavras para situar-nos nesta questão, em referência àquilo que aqui foi trazido agora pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Quanto ao reconhecimento da obra feita pelo Governo Socialista, essa é uma postura correcta Sr. Deputado, só lhe fica bem e é sobretudo uma postura de seriedade.

Reconhecer o que está feito, reconhecer o que falta fazer, enaltecer aquilo que foi feito e reivindicar aquilo que falta fazer, nós também desculpamos.

Devo dizer Sr. Deputado, que quanto a posturas reivindicativas, como deverá compreender e certamente percebe, não é por muito se "berrar" que mais facilmente se conseguem as coisas.

Há meios de se conseguir as coisas e uma das formas que entendo que, no meu papel de deputado, mais posso contribuir nesta bancada para que o Governo cumpra como tem vindo a cumprir, é acompanhar, fiscalizar — essa é uma função nossa — e pressionar legitimamente o Governo para que as coisas andem, andem bem e andem depressa.

Relativamente à questão da ampliação e indo aos casos concretos, começando pelo fim, relativamente ao porto, se o Sr. Deputado for à página 82 do Plano de Médio Prazo — Junta Autónoma do Porto da Horta, vai encontrar no conjunto das obras que estão consignadas a essa Junta, entre outras, a rede eléctrica e de água, farol e armazém polivalente no porto das Lajes das Flores.

Aliás, posso adiantar que são 104 mil contos e que se a obra ainda não foi adjudicada, está em fase de adjudicação e vai avançar no próximo ano.

Lá, também tem os núcleos de recreio das Flores e de São Jorge.

Relativamente aos caminhos florestais, em parte, eu concordo consigo, Sr. Deputado. Realmente, devido ao clima que temos, existem algumas dificuldades na conservação dos caminhos de terra, mas não é verdade que não se esteja a fazer nada, ou que só se esteja a trabalhar no caminho do Morro Alto.

O Sr. Deputado deve saber, e se porventura não sabe eu digo-lhe, que neste momento está a ser feita uma grande obra de reparação e de total remodelação, por assim dizer, no designado caminho dos Ferros Velhos. Aliás, está adjudicado a uma empresa local.

Quanto à ampliação da Escola Secundária, é verdade que houve atrasos, houve necessidade de reformular o projecto inicial, porque colidia com interesses privados e iria obrigar a fazer expropriações.

O projecto foi reformulado, neste momento está a ser alvo dos últimos pormenores e tudo indica, pelo menos é a garantia que tenho da tutela, que vai finalmente avançar no ano 2000, ou seja, no âmbito da execução do próximo Plano e Orçamento.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar um esclarecimento muito breve ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Nós concordamos e temos vindo a afirmar que as Flores tinham uma das piores redes viárias regionais dos Açores, porque as últimas pavimentações datavam do Ministério das Obras Públicas. Os 2,4 km que já iniciámos e que julgo que estão em bom ritmo na recta das Lajes, são para continuar com o investimento proposto no plano entre Santa Cruz e a Ponta da Ribeira da Cruz.

Também é de realçar — o Sr. Deputado disse que o Deputado do PS o podia fazer — a recuperação dos grandes estragos a que foram sujeitas várias pontes e a grande obra de drenagem que se fez na freguesia de Ponta Delgada num investimento superior a meio milhão de contos.

Todas essas infraestruturas já estão prontas e algumas delas fazem parte das calamidades de 1995.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao trabalho de obras públicas, sempre o dissemos e reconhecemos que por aquilo que existia, tem sido feito um esforço que apreciamos.

Em relação aos caminhos agro-silvo-pecuários, aí as nossas críticas são absolutas e totais.

O Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa diz que a estrada dos Ferros Velhos está em grandes obras, mas segundo o empreiteiro que lá está a trabalhar, apenas lhe foram adjudicadas as obras de arte da estrada, pura e simplesmente, as obras de arte. Se não é verdade, foi o empreiteiro que o afirmou há 15 dias, na altura em que estava a procurar saber o que se estava passando nas diversas estradas.

Essa estrada está interrompida há alguns meses, porque, segundo o empreiteiro, foram-lhe adjudicadas, e estão sendo executadas, as obras de arte daquela estrada desde alguns meses.

É evidente que muito falta fazer neste capítulo.

Em relação à estrada do Morro Alto, como eu disse, ela tem andado muito lentamente.

As restantes estradas de acesso às propriedades estão em péssimo estado e algumas estão praticamente intransitáveis e é difícil entrar-se nelas.

Finalmente, se se sentiu atingido não era minha intenção. Eu apenas procurei colocar a situação em relação àquilo que ela é. Há obra feita, mas há muita obra para fazer.

É fundamental que as obras apreciáveis e boas que faltam fazer, venham a ser feitas e eu vou continuar, com todos os meios, a procurar para que isso aconteça.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputado:

Apenas para esclarecer no que respeita ao caminho dos Ferros Velhos.

De facto, há dois tipos de intervenção da Direcção Regional dos Recursos Florestais: uma intervenção adjudicando a empreiteiros privados e nesse caso há uma adjudicação de obras de arte, e uma intervenção directa da própria Direcção Regional que, como é evidente, é feita normalmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras que o Sr. Deputado Herberto Rosa pronunciou, custou-me a ouvir.

V. Exa. perguntou-me onde é que eu estava no 25 de Abril?

Eu guardo para o fim a resposta a esta pergunta.

O Sr. Deputado, em seguida falou em berrar.

Quando trouxe a esta Casa, — o Sr. Deputado esteve ao meu lado num belo almoço, mas julgo que não saiu da algibeira do Sr. Secretário — o problema dos touros dos Serviços Florestais, nessa altura berrei muito, mas ninguém me ouviu. Foi preciso trazer um abaixo-assinado.

Nessa altura, o Sr. Deputado disse que não haviam empolamentos, mas se não era o abaixo-assinado dos agricultores, os touros não estavam lá.

Assim que esse abaixo-assinado deu entrada nesta Casa, os touros foram logo adquiridos na segunda semana.

Em relação aos pescadores, o senhor diz que eles estão preocupados em puxar os barcos para cima e não em colocá-los na água, mas querem subsídios.

O mesmo refere em relação aos agricultores, ou seja, que eles querem é subsídios, trabalhar não. Isto é o que consta nas Flores, Sr. Deputado e eu fico preocupado.

O povo tem razão e eu não me esqueço dos florentinos, porque foram eles que me colocaram aqui, tal como colocaram o senhor, mas é pena que se esqueça deles.

Todos os colegas que nos rodeiam são muito nossos amigos, mas não foram eles que nos elegeram, foram os florentinos e eu deles não me esqueço.

Ontem, eu ouvi falar nesta Casa que os Secretários e os Adjuntos do PSD eram filiados, eram apenas pessoas da nossa cor, mas infelizmente não eram.

Eu não sei como é que o PSD esteve 20 anos no Governo a prestar o serviço que prestou, porque eles não davam apenas aos nossos, davam também aos militantes do PS.

Alguma casa foi distribuída aos oficiais administrativos nas Flores, mas não foi a minha.

Se o Decreto foi aprovado nesta Casa, foi mal aprovado.

Custa-me ouvir e fico muito preocupado com certas coisas que os florentinos me dizem, como, "o Deputado do PS está no rendimento mínimo garantido!"

Eu fico pasmado quando eles dizem isto e afirmo que não pode ser.

Mas eles continuam: "Pode ser, ele está numa casa do Governo!".

Voltando à questão inicial, eu gostaria de dizer que, antes e depois do 25 de Abril, eu estava a trabalhar, a suar muito para reconstruir a minha casa, coisa que o Sr. Deputado não fez, por isso não venha para aqui me acusar.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a tribuna a Sra. Deputada Natividade Luz.

Agradecia que o Grupo Parlamentar do PS indicassem alguém para substituir a Sra. Deputada.

(Neste momento, a Sra. Deputada Natividade Luz foi substituída na Mesa da ALRA pelo Sr. Deputado Guilherme Pinto)

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar do que está planeado e orçamentado no Plano para o ano 2000, no sector da Educação implica, necessariamente, referir o que já foi feito nos três anos que já decorreram e que correspondem a três quartos do Plano a Médio Prazo (97-2000). O Plano para o ano 2000 no sector da Educação é a sequência lógica do que ainda é

preciso fazer para que se cumpra o Programa do VII Governo Regional para os 4 anos de legislatura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fácil constatar-se que, nos últimos três anos ocorreram mudanças estruturais na Educação nos Açores, tendo por base a nova Autonomia e gestão das Escolas. Hoje é possível afirmarmos que todas as escolas de todos os níveis de ensino, com especial relevo para as do 1º Ciclo, têm órgãos de gestão democraticamente eleitos, proporcionando a participação nas decisões e a corresponsabilização de todos os intervenientes directos no processo educativo (professores, pessoal auxiliar e administrativo e alunos), bem como as forças vivas da comunidade, com especial relevo para os pais e encarregados de educação.

A criação das áreas escolares (13), constituídas por agrupamentos de Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância e Escolas Básicas Integradas (13), permite um enriquecimento das experiências pedagógicas e um melhor acompanhamento do aluno durante o seu percurso educativo, até concluir a escolaridade básica obrigatória. A autonomia pedagógica e financeira, que hoje as escolas nos Açores possuem, permite que cada escola, de acordo com as suas especificidades e necessidades conceba e execute o seu projecto educativo, responsabilizando-se pela qualidade de ensino que ministra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda no âmbito das mudanças estruturais iniciou-se, este ano lectivo, a integração dos alunos portadores de deficiência no ensino regular.

Serão extintas as 2 Escolas de Educação Especial – criando-se centros de recursos sediados em Ponta delgada e Angra do Heroísmo, que apoiarão as Escolas de todas as ilhas. O Programa Cidadania, já publicado, possibilitará a integração dos alunos portadores de deficiência em sub-programas de acordo com a avaliação feita por equipas de técnicos da área da deficiência.

Temos a consciência de que este não é um processo fácil, exige bom senso e recursos humanos especializados. Porém, é a única forma de se caminhar no sentido da Escola Inclusiva, para que qualquer jovem portador de deficiência, não se sinta excluído e

seja ajudado na sua integração plena na sociedade. Iniciar o caminho em direcção à Escola Inclusiva é uma decisão que revela grande coragem política e que já tardava.

O cumprimento da escolaridade obrigatória tem sido um objectivo constantemente perseguido pelos responsáveis da educação nos Açores, hoje.

Assim, para ajudar ao cumprimento deste objectivo tem vindo a aumentar o número de escolas com o Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ), trazendo a formação profissional para as escolas do ensino regular.

A avaliação que tem sido feita desta medida é positiva, havendo boa aceitação dela por parte dos professores, alunos, pais e comunidade empresarial.

Criaram-se mais 7 Escolas do Ensino Profissional.

A Carta Escolar posta à discussão pública, assume um papel de extrema importância enquanto documento orientador do investimento na infra-estrutura educativa e de enquadramento da reestruturação orgânica do sistema educativo.

É mais uma promessa eleitoral do PS que se cumpre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazendo agora o balanço do que já está executado no âmbito do **Programa 18**. – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais: Procedeu-se à recuperação de 657 salas de aula e à construção de 68 novas salas, num total de intervenções em 191 edifícios escolares do 1º ciclo.

Iniciou-se e concluiu-se a construção da Escola Básica Integrada do Corvo e terminaram as obras de ampliação da Escola Básica 3/S da Ribeira Grande e da de S. Roque do Pico, tendo estas obras custado mais de 2,5 milhões de contos.

Encontra-se em bom ritmo de execução a E.B. Integrada para 2º e 3º ciclos da Maia, prevendo-se a sua entrada em funcionamento já no próximo ano lectivo, necessidade há muito sentida pelas populações das freguesias de Porto Formoso, S. Brás, Maia, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de S. Pedro. Com a entrada em funcionamento desta escola garantir-se-á o compromisso eleitoral do PS e do VII Governo Regional, de que a rede escolar deve ser constituída por escolas com cerca de 600 alunos.

Esta será, sem dúvida, a primeira escola deste ciclo, seguindo-se outras, por exemplo, a dos Ginetes.

Iniciou-se a construção da Escola Secundária da Lagoa, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no ano 2001. Esta escola irá melhorar significativamente o acesso à educação dos alunos residentes nos Concelhos de Vila Franca do Campo e Lagoa, e aqui podemos lembrar que são os únicos concelhos de s. Miguel que não têm ainda ensino secundário, bem como operará uma redução do número de alunos nas escolas secundárias da cidade de Ponta Delgada, garantindo-se assim o seu melhor funcionamento. Está em fase adiantada de conclusão a construção da Escola Básica e Jardim de Infância da Lagoa, a qual irá possuir 16 salas de aula, biblioteca, cantina e ginásio. Com estas duas escolas, o Concelho da Lagoa ficará munido de um parque escolar que cumpre as exigências de uma Escola Pública que se quer de qualidade.

Em fase adiantada de projecto encontram-se as escolas Básicas 2,3 com ensino artístico de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Secundária da Horta, bem como as ampliações em 5 escolas Básicas Integradas/S: Padre Maurício de Freitas – Santa Cruz das Flores; Padre Manuel Azevedo da Cunha – Calheta de S. Jorge; Topo de S. Jorge; Santa Cruz da Graciosa e Bento Rodrigues em Santa Maria, bem como as ampliações na Escola Básica 2,3 Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória.

A dotação orçamental de 3.491.000 contos para o ano 2000, referente ao **Programa 18** – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, destina-se à conclusão das acções em curso e ao início das restantes constantes do plano, todas no âmbito das construções escolares. Destaca-se a verba de 843.000 contos correspondente a 24% da dotação global deste programa, para investimento por parte das autarquias no âmbito dos contratos ARAAL.

Relativamente ao **Programa 19**. – Desenvolvimento do Sistema Educativo: Efectuou-se a ligação de todas as Escolas Básicas Integradas do 2º e 3º ciclos e Secundárias à Internet e deu-se início à sua instalação nas Escolas do 1º ciclo.

Realizaram-se várias acções de formação para docentes e não docentes.

Apoiou-se o Mestrado em supervisão Pedagógica, a Secretaria Regional de Educação e Assuntos Sociais assinou protocolos com a Universidade Aberta e com a Escola Superior de Educação de Lisboa, para dar formação, respectivamente, a cerca de 25 professores em Educação Tecnológica e a 30 professores em Formação Pessoal e

Social. Deu-se início aos processos conducentes aos complementos de formação (licenciatura) para professores do 1º ciclo e Educadores de Infância.

Da dotação orçamental de 390.000 contos para o ano 2000, referente ao Programa 19, 330 000 destinam-se a continuar a dotar as escolas com equipamentos adequados ao grau de ensino ministrado e substituição dos equipamentos degradados e obsoletos, com particular atenção à introdução das tecnologias da informação e do ensino experimental das ciências e tecnologias.

A restante verba, 60.000 contos destinam-se à formação de pessoal docente e não docente, correspondente a 21% dos seus custos, sendo o restante participado pelo Fundo Social Europeu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por último, não podemos deixar de realçar as negociações que têm vindo a ocorrer entre a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e os Sindicatos do Pessoal Docente, as quais colminaram com a assinatura de acordo entre as partes, no passado dia 23.

Este acordo irá permitir a implementação de novos mecanismos de concurso que garantam o acesso aos quadros de um maior número de docentes, melhorando a estabilidade no emprego destes e também a do corpo docente em cada escola.

Cumpre-se assim um dos compromissos eleitorais do PS e do Programa do VII Governo, bem como a deliberação desta Assembleia quando adaptou o Decreto-Lei nº 1/98 de 2 de Janeiro, através do Decreto-Legislativo Regional 16/98/A, isto é, regulamentando os concursos interno e externo de docentes na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS congratula-se pelo que tem sido feito a bem da educação nos Açores, bem como com o que está planeado e orçamentado para o ano 2 000, dando o seu voto favorável ao Plano e Orçamento, agora apresentados.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção, agradece que o Sr. Deputado António Gomes me substituisse na Mesa.

(Neste momento o Deputado Humberto Melo foi substituído na Mesa da ALRA pelo Sr. Deputado António Gomes)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda antes de iniciar esta minha intervenção, gostaria de dar nota do seguinte.

Apresente há mais de um ano nesta Casa um requerimento sobre a execução material do Plano de 1997.

A análise da actual Proposta de Plano, obriga a que possamos conhecer com rigor a execução material e financeira dos Planos anteriores.

Infelizmente a resposta que obtive esta semana, passado mais de um ano, num ofício assinado pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, Francisco Coelho, diz o seguinte:

"O relatório de execução material é referenciado ao respectivo plano de investimentos, porquanto pelo cruzamento dos dois documentos, poderá o requerente avaliar o grau de execução dos compromissos assumidos".

Eu havia solicitado questionar o Governo com rigor, sobre investimentos concretos feitos em cada uma das nossas ilhas.

Da resposta que obtive só posso chegar á seguinte conclusão: ou o Sr. Secretário Regional está a brincar connosco, ou está a fazer um apelo à sua própria incompetência.

Infelizmente tenho também conhecimento que após ter dado entrada o meu requerimento nesta Assembleia, o Gabinete do Secretário regional da Agricultura solicitou essas mesmas informações aos vários Directores Regionais, que - segundo informações que também tenho - deram resposta positiva a este meu requerimento.

Infelizmente a resposta não chegou, ou seja, a resposta que chegou foi esta que acabei de referir.

Lamento que tenhamos um Governo com esta transparência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não acredito neste Plano.

Um Governo de intenções, que remete para o último ano do seu mandato a conclusão de investimentos que todos sabem que não acontecerão, não merece crédito.

Basta de enganar os açorianos. Basta de enganar os agricultores.

Este Governo socialista pensou que não teria passado.

Afinal, milhões sem obra feita não servem para nada.

O que mudou na agricultura açoriana já todos nós sabemos. O que vai mudar ninguém sabe.

Os projectos de investimento poderão dar entrada aos montes, irão pagar-se os subsídios com atraso.

Até o Secretário de Agricultura fará um esforço no seu relacionamento com os agricultores e suas organizações.

Vai parecer bem. Só espero que humildade dos produtores associada a uma conjuntura favorável, não conduza à aceitação de tamanha descredibilização.

Vamos entrar no novo milénio. Temos a obrigação de agir em conformidade.

Temos a necessidade de falar a verdade aos agricultores.

Com uma estrutura do Plano anual que deve esclarecer não só os montantes disponibilizados para cada Programa, Projecto e Acção, assistimos a um permanente esconder do jogo do Partido Socialista. Não se sabe que possibilidades existem para investir em cada ilha.

Até aceito que um Governo como este não saiba onde e quais os investimentos concretos que irá realizar.

Já não posso aceitar que o Governo não saiba quais as obras que realizou e em que ilhas.

Este é o único Governo que tem medo de dizer o que faz. Só anuncia o que vai fazer.

Como é possível acompanhar, com rigor e transparência, a execução dos Planos que este Governo apresenta á Assembleia, se o Executivo não colabora, não informa, menospreza esta Casa.

Como é possível acreditar neste Governo se, afinal, muito tem a esconder aos açorianos.

Este Governo tem vergonha de si próprio.

Este Governo de milhões necessita encobrir a obra que diz que faz mas não faz.

Este Governo não sabe o que faz nem o que vai fazer.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por isto este Plano não garante a realização dos investimentos nele anunciados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Este Governo, no último ano do seu mandato, dificilmente vai convencer os agricultores açorianos, que irá fazer num ano o que não foi capaz de fazer em três.

Afinal este Governo não só tem medo da obra feita como também tem medo da obra que diz que vai fazer. Assim o demonstra nos relatórios de execução e nos planos anuais.

Renovam-se, em ano de eleições regionais, as esperanças dos agricultores para que vejam solucionados os seus mais prementes problemas.

Vamos, se calhar, assistir a atitudes mais dóceis, menos arrogantes e mais sociáveis dos governantes.

Estar perto do fim pode significar mais dedicação mais trabalho e até mesmo mais dinheiro, pelo menos no papel.

Já sei que o Governo vai pagar os subsídios em atraso, pelo menos, os que dizem respeito aos projectos que não conseguiu bloquear este ano e quando não puder pagar vai aceitar novas candidaturas criando a ilusão que tudo vai correr bem.

Já sei que há projectos que, a conselho dos governantes, devem ser substituídos por outros melhores e que terão mais subsídios. É mais uma forma de atrasar o investimento.

Como tem acontecido com o que chamo de “burocracia de conveniência” com os serviços da SRAPA, depois de receberem a informação sobre os prédios rústicos inscritos para os vários programas de apoio, a pedirem aos agricultores nova

informação das Conservatórias de Registo Predial, os antigos artigos da matriz predial dos respectivos prédios.

Esta informação deveria ser tratada pelos próprios serviços da Secretaria Regional, evitando provocar o desinteresse e a desmotivação dos agricultores nas candidaturas aos apoios a que têm direito.

Atribuem-se milhões que não se concretizarão durante o ano 2000, mas que servem para inflacionar as dotações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, srs. membros do Governo:

A redução dos preços de leite e de carne à produção são uma realidade.

Importa registar que, apesar deste contexto, a Unileite, à semelhança do que fez nos passados meses de Julho e Agosto, mantendo o pagamento de \$50 por litro de leite aos produtores, volta agora, honrando os pressupostos do cooperativismo agrícola, a manter o 1\$00 por litro de leite à lavoura, na defesa do seu rendimento, contrariando assim as tendências da restante indústria.

Não creio que a Unileite possa manter essa situação, quer pela dependência que tem na venda parcial do leite que recolhe, quer pela necessária diferenciação do preço final dos seus produtos, sem um programa que apoie a valorização dos mesmos.

A possibilidade do aumento da produção de leite que garante, nos próximos anos, a satisfação das expectativas da produção e da indústria, está severamente condicionada por um grave erro negocial do Governo dos Açores nas negociações da reforma da PAC.

Este Governo, o tal dos milhões, subsidia o pagamento de leite à produção em algumas ilhas, mas não resolve estruturalmente os problemas do sector.

Veja-se o caso do Faial. Os produtores fizeram a sua opção. A do apoio ao cooperativismo com vista à manutenção nos Açores, dos capitais de transformação e da comercialização.

Produtores estes que dão claros sinais de convicção no investimento da construção da sua nova fábrica de lacticínios ao descontarem 1\$00 por litro de leite para financiar o investimento em causa.

Estes lavradores merecem uma resposta séria e sem mais atrasos.

A Cooperativa de Lacticínios do Faial apresentou em 1997 à SRAPA um projecto para a construção da sua nova fábrica.

Não obteve resposta do Governo e desconhece as garantias futuras para a sua construção. Sem alternativas e com a transição para o III QCA ninguém sabe se vai manter-se elegível o projecto apresentado ou se vai proceder-se, a pedido da Secretaria, à sua reformulação.

Onde pára o diálogo. Onde pára o respeito pelas pessoas e pelas organizações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A valorização da carne açoriana perde por ser tardia, deixando para trás a oportunidade histórica de conquistar melhor preço e melhor mercado com o embargo à carne continental face ao aparecimento da BSE.

Não aparece uma estratégia promocional para os produtos açorianos. Caminhamos de insucesso em insucesso.

Quanto à rede de abate, os matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira não ficarão concluídos até ao final do actual mandato.

Diz-se que para haver certificação da carne são necessárias novas estruturas de abate.

Fala-se, contudo, na certificação mas atrasa-se a construção dos matadouros.

Perde-se tempo e os abates na Região, ao contrário das intenções do Governo, diminuem: - 11,3% em 98 e - 6,6% no primeiro semestre de 99.

Mas vamos à diversificação da Agricultura e vejamos o que vem acontecendo com as culturas industriais.

A informação sobre o possível desaparecimento da produção de chicória por mim trazido a esta Assembleia em 1997, com o desconhecimento do Secretário de Agricultura, mereceu um conjunto de garantias de tudo fazer para que tal não acontecesse.

Afinal, a última fábrica de transformação de chicória já encerrou.

Lembrem-se do que está a acontecer com a indústria açucareira e do álcool, com as sérias dificuldades na obtenção de beterraba e na manutenção devida da quota de 10.000 toneladas de açúcar.

Com tanta passividade já imaginamos o caminho que irá percorrer.

É óbvio que com este Plano para o ano 2000 com a atribuição de apenas 70.000 contos para as novas culturas, 21.800 contos para S. Miguel, verba esta destinada a: incentivos à horticultura, fruticultura, floricultura, apicultura, culturas industriais, batata de semente, viticultura e agricultura biológica, todos nós percebemos porque razão o Governo não cumpre o seu próprio Programa. Com 1% das verbas para todos estes sectores está tudo dito.

É preferível falar a verdade e dizer aos agricultores e à indústria em causa que o Governo optou por não os apoiar.

É preciso coragem política. Coragem política que falta para dizer a verdade.

Como podemos acreditar na execução de 340.000 contos em caminhos agrícolas, em S. Miguel, quando este Governo, por iniciativa desta Assembleia chegou a ter um reforço, em 1998, para o efeito, e não cumpriu com um terço da sua utilização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao apoio ao investimento privado decorre da leitura deste Plano que os financiamentos ocorrerão de acordo com os programas do II QCA e não no quadro do anunciado PRODESA.

O Governo apresentou o PRODESA e já o esquece logo no seu 1º ano.

165.500 contos destinados aos projectos da lavoura micaelense é manifestamente pouco, a não ser que o Governo decida não aceitar projectos de investimento, tal como aconteceu este ano.

Pensamos contudo que, em ano de eleições, tal não irá acontecer mas podem garantir-se os atrasos na sua aprovação e pagamento.

E quanto ao diálogo basta ouvir os parceiros sociais da Agricultura para perceber o comportamento deste Governo.

Distribuição de dinheiro não significa gerir com parcimónia e competência com vista ao desenvolvimento e modernização da Agricultura.

Vejamos, também, o enquadramento que este Governo dá, nos seus documentos, a novas soluções estruturais para o sector.

A Assembleia Legislativa Regional aprovou em 17 de Junho passado o Decreto Legislativo Regional nº 23/99/A de 31 de Julho, o SICATE, Sistema de Apoio ao

Crédito para a Aquisição de Terra, ficando o Governo obrigado à sua regulamentação até 31 de Outubro passado.

Ora, estranho o facto deste Plano não apresentar qualquer referência à afectação de verbas para financiar o SICATE.

Deputado Élio Valadão (PS): Eu já respondi!

O Orador: Este Governo não parece querer apoiar a compra de terras. Os agricultores açorianos não vão beneficiar da bonificação de juros à compra de terras porque este Governo socialista não quer.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Quer, Sr. Deputado!

O Orador: É bom que todos saibam a verdade.

Está claramente na altura de nos interrogarmos sobre o futuro dos Açores no novo milénio. As mudanças de século e de milénio são entendidas como momentos de convulsão em que nada fica como dantes.

Na Agricultura açoriana corre-se o sério risco de nada de novo haver e de melhor nos trazer a era pós 2000.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Na rua ninguém fala em Planos e Orçamentos, pois cada vez se acredita menos nos documentos que apenas servem para sustentar a imagem delicadamente vendida pelo Governo.

O último é o melhor Plano de sempre, mas apenas no papel.

O princípio do novo milénio não nos parece prometededor, a não ser, certamente, na publicidade enganosa do Governo Regional.

Novas expectativas serão criadas, novos milhões anunciados, mas porque queremos o bem, só esperamos que se mantenha a conjuntura macro -económico, já que não valerá a pena esperar por soluções estruturais.

Oxalá, com todos estes milhões para o sector, o Dr. Fernando Lopes não perca a confiança do Partido Socialista.

De qualquer modo neste último ano do vosso mandato já não é possível mudar o rumo nem das asneiras nem dos comportamentos.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Almeida brindou-nos com um discurso catastrofista, próprio de fim de milénio, fazendo interpretações que vem aí o fim do mundo, que irá haver um dilúvio, nem as vacas serão salvas, como foram salvas no célebre quadro de Carreiro.

Eu queria-lhe dizer que, infelizmente, os seus brados não chegaram aos lavradores do seu concelho, que votaram nas últimas eleições, maioritariamente, em todas as freguesias, no Partido Socialista.

Infelizmente para um incrédulo como o senhor, nem ao céu também vão chegar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida(*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve.

Cá estaremos em Janeiro para saber se há carne certificada dos Açores.

Cá estaremos em Outubro para saber se há matadouro industrial de S. Miguel e da Terceira.

Cá estaremos a meados do próximo ano, para saber do cumprimento dos projectos de investimento da lavoura açoriana, tanto para os que estão com 3 anos de atraso, como para aqueles que os Srs. prometem neste Plano.

Cá estaremos para saber se será necessário bradar aos céus novamente!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo para uma intervenção.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs Secretários Regionais:

Eis-nos no limiar de um novo ano político, desta vez para fechar o ciclo desta legislatura que aqui nos trouxe, por vontade expressa das populações açorianas.

Não é ainda o tempo do balanço, mas já há margem para, de certo modo, olhar para trás e verificar se foram conseguidos alguns dos objectivos traçados no início, concretamente no plano da política cultural, assumida com autenticidade e coerência, embora não de todo com a afectação dos recursos bastantes, que, de resto, por maiores que sejam, serão sempre insuficientes para as necessidades em presença, reivindicadas pelos sectores interessados ou simplesmente inventariadas pelos decisores.

A verdade é que, por isso mesmo, ficaram muitas coisas por fazer e concluir.

Lanço mão de um documento emanado da própria Direcção Regional e logo inventario, nomeadamente, o apetrechamento ou construção das bibliotecas públicas nas três cidades maiores; a implementação do sistema de leitura pública; a motivação dos agentes culturais para o trabalho em projectos que enformem a vida cultural da Região; as sedes das instituições a funcionarem, em muitos casos, em situações de insalubridade e pré-ruína; o abastecimento financeiro dos museus, bibliotecas e casas de cultura; a contratação de técnicos devidamente formados em diversas áreas.

Mas, em contrapartida, também foi promovida a criação de legislação própria para a regulação de matérias tão importantes como o referido sistema de leitura pública, para a definição de critérios de apoio aos agentes culturais, para a reestruturação de museus e casas de cultura, para a criação de um serviço de inspecção, para a tentada mas não conseguida atribuição à Região de todas as competências na área do

património subaquático, para a revalorização e adaptação das carreiras profissionais dos funcionários afectos à actividade cultural.

Aquilo a que pode chamar-se um novo estilo de relacionamento do Director Regional com os agentes culturais permitiu a realização de reuniões a nível de ilha, de município e de freguesia para a inventariação, análise e discussão de problemas estruturais ou pontuais relacionados com a vida das instituições, tendo por objectivo o encontro das melhores soluções para cada problema existente.

Foi ainda empreendida a formação técnica dos agentes culturais e apoiadas acções de formação para regentes de filarmónica, técnicos de instrumentos musicais, de som e de luz, encenadores de teatro, ensaiadores de folclore, técnicos de restauro de obras de arte, artífices de cantaria e bibliotecários.

Tal como foram instituídas bolsas de estudo e prémios de criação artística, criado um sistema de apoio à edição de obras de arte, feitos convites a todos os grupos de teatro para apresentarem produções originais, lançados concursos para trabalhos de artes gráficas, encomendados concertos de música tradicional, clássica e de raiz popular, feitos inventários culturais em áreas consideradas de grande interesse regional.

Sr. Presidente, Srs Deputados:

O Plano Regional para o ano 2000, apresenta, no seu programa n.º 27, uma dotação de 1 630 000\$00 para o sector do património e actividades culturais, dotação que surge afectada às acções de dinamização, à defesa e valorização do património arquitectónico e cultural e à valorização e protecção da cidade de Angra, como património mundial.

Não vou escarpelizar, ponto por ponto, o que todos V. Ex.as decerto já leram, nem tal se torna necessário e útil para este momento parlamentar.

Realço, apenas, que, como denominador comum a todas as acções previstas, permanece o objectivo de afastar da acção política qualquer espécie de intenção dirigista, ficando a intervenção governativa saudavelmente confinada ao estabelecimento de condições operativas para que prospere, a todos os níveis, um clima de criatividade e fruição.

Refiro-me, naturalmente, a infraestruturas e equipamentos, apoios financeiros, bolsas, prémios, formação técnica e artística, edição e divulgação de obras de arte.

O elenco dos propósitos é extenso e representa alguma ambição que pode dar frutos. Como diz John Steinbeck: "Um plano é uma coisa real, e as coisas projectadas são coisas que se fazem. Uma vez imaginado e descrito, um plano transforma-se numa realidade como as outras - e não pode ser destruído, embora seja fácil de atacar".

E é obviamente normal que assim aconteça, pois, mais do que o consenso político, a dissensão é, muitas vezes, a base indispensável para o alcance de mais altos patamares de qualidade.

Só que o nosso pensamento e a palavra que o traduzir não podem nunca afastar-se dos interesses bem concretos da população açoriana, esquecendo-os ou secundarizando-os em nome de uma qualquer "tribalização partidária", com ou sem cimento ideológico.

Esta é, também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma atitude cultural, na mais requintada e abrangente acepção.

A elevação da pessoa humana, através da cultura, só pode contribuir para que, neste nosso pequeno reduto atlântico, cada vez mais se consiga eliminar a pobreza, a ignorância, a falta de cuidados de saúde, a desigualdade de oportunidades.

Em época pré-natalícia, apeteceria, certamente, dizer, como o poeta David Mourão-Ferreira: "Das mãos dadas talvez o fogo nasça".

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas o PS e Governo)

Presidente: Para usar a tribuna tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs Secretários Regionais:

Para o meu círculo eleitoral, São Jorge, este Plano e Orçamento nada trás de novo, e apenas dá continuidade aos objectivos, que este Governo de forma premeditada e leviana traçou para esta ilha.

São os objectivos de mais uma ano perdido, de estagnação e marginalização ao desenvolvimento daquela ilha, como o prova este Plano.

Isto porque a quarta maior ilha dos Açores com 4,2% da população e 10,5% da área da Região, tem inscrito no Plano e Orçamento para 2000, 2,8% do total global deste, o que nesta Legislatura dá como percentagem média global do Plano e Orçamento 3%, enquanto na anterior de 93/96, é de 3,6% e na de 89/92, 4,7%.

Se considerarmos que nestas percentagens a diferença é de 0,6% da Legislatura de 93/96, para a de 97/2000, isto representa um milhão de contos, que ficaram por investir em São Jorge. Agora se transferirmos a diferença entre as legislaturas 89/92 e 97/2000, esta é de 1,7%, o que representa três milhões de contos.

Um milhão num caso, ou três no outro, permitiam no primeiro iniciar e no segundo concretizar obras de interesse vital para o desenvolvimento de São Jorge, como o porto da Calheta, a Marina ou o melhoramento do aeroporto.

Quanto a estradas regionais o ano de 2000 vai-se ficar apenas pelos 1350 metros em execução em Santo António, porque a verba consignada no Plano quase só dá para isso.

Para as estrada regionais Urzelina/Aeroporto, e Norte Pequeno/Norte/Grande as verbas inscritas terão provavelmente o mesmo fim das de 1999, ou seja, não chegarão ao seu destino.

Atrás ficaram as estradas regionais Urzelina/Manadas, Calheta/Matadouro, e a Rua de Baixo Relvinha/Filarmónica da Ribeira Seca.

Na agricultura São Jorge precisa de acesso às pastagens, água potável e energia nas explorações agrícolas.

Assim sendo, que verbas tem este Plano, para atacar estas necessidades que nesta ilha, estão quase na estaca zero?

Simplesmente nada! É o que encontramos nas acções do Plano e Orçamento, referentes à água e electricidade para a lavoura jorgense.

E quanto aos caminhos agrícolas e rurais?

Aqui sim, vemos consignada, a choruda quantia de 15 mil contos. Com esta soma, o que é que se pretende fazer em caminhos de penetração em São Jorge?

É que os 30.000 contos, inscritos nas calamidades para caminhos rurais, seguirão por certo o mesmo percurso que os 30.000 contos inscritos nas calamidades do Plano de 1999, o desconhecido para nós, outros o saberão.

Nada! será a resposta mais razoável!

Em primeiro lugar, porque a referida verba 15.000 contos, não dá para fazer quase nada neste sector.

Em segundo lugar, já que não é para fazer nada, deveria ser entregue às Juntas de Freguesia, porque são elas em São Jorge, que vão, conforme podem, conservando e ajudando na construção de caminhos de penetração.

Mérito não reconhecido pelo Governo, uma vez que este quando visita oficialmente São Jorge, nem se digna reunir com estes autarcas, nem ao menos nomeia um seu Director Regional para o fazer.

Esta é realmente uma prova bem evidente da tão propalada humildade.

É a prova mais que provada da arrogância.

É a prova real do apregoado diálogo.

É os nove fora nada da transparência.

Nas pescas, ou nos enganamos ou este Plano pretende realizar, neste sector, um autêntico milagre na ilha.

Isto porque concretamente na acção - Portos de São Jorge - Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes, está inscrita a fabulosa verba de 2 500 contos. Quem tem a noção de custos, em obras portuárias sabe que esta verba, nem dá para fazer cantar um humilde caranguejo.

E quanto às rampas de varagem das Velas e Calheta?

Querem pescas em São Jorge, mas não dão aos pescadores as condições para vararem com segurança na ilha um barco, com alguns metros de arqueação e algumas toneladas de peso.

O que leva, praticamente, com borrascas fortes, o pescador jorgense que tem embracações destas, a ter que zarpar da sua ilha, a abrigar-se no Pico ou Faial.

Estas condições não estimulam a investir, em barcos desses em São Jorge, pelos inconvenientes e prejuízos que causam.

Mas o pescador local não está melhor servido. Se quiser substituir a sua embarcação por uma nova é-lhe exigido, que ele adquira outra que em São Jorge, só pode operar praticamente nas Velas.

No entanto, as exigências continuam. Tabelou-se embarcações ao acaso, convencionou-se 7,20 m de comprimento, e eles passaram a ser lei, mas não se convencionou as condições estruturais em terra, para elas operarem em segurança.

Não se compreende ou desconhece-se que um barco a pescar no norte de São Jorge, a três quatro milhas da costa, pode estar quase tão longe de um porto relativamente seguro, Velas ou Calheta, como da Graciosa ou Terceira.

O pombo ou os pombos correios que traziam de São Jorge, a informação das necessidades a contemplar neste Plano, perderam-se ou foram abatidos por algum caçador furtivo, que provavelmente, está muito contente com a façanha. Talvez daí a razão deste Plano, não inscrever verbas para estas acções.

Como não se compreende que os "portinhos" em São Jorge, estejam praticamente abandonados e que nalguns casos, para os manterem operacionais sejam as Juntas de Freguesia, a fazerem algumas reparações.

Mais uma vez aqueles eleitos locais ao serviço do seu povo, quantas vezes com que sacrifícios, sacrifícios esses que este arrogante Governo tem de forma aviltante desprezado.

E no turismo quem conhece bem os Açores, é unânime em afirmar que São Jorge, é das ilhas açorianas com maiores potencialidades neste sector.

Só que as verbas consignadas neste sector para São Jorge, parecem ter apenas objectivos de pertença visibilidade política. Isto é, aquela anunciada: "locomotiva do turismo que está em andamento depois de vinte anos parada" continua sem aportar a São Jorge. Talvez porque se oriente pelas actualizadíssimas cartas do actual Governo, e estas, ao que sabemos e a prática confirma não têm as coordenadas daquela ilha.

Que interessam as potencialidades a São Jorge, se este Governo não cria nesta ilha, as estruturas necessárias ao aproveitamento das mesmas?

Outras ilhas, vão ter a dobrar em pouco tempo estruturas importantes para o turismo, e São Jorge, que merece e reclama estruturas similares, apenas e só apenas lhe é permitido sonhar. Porque este Plano, mais uma vez faz tábua rasa do querer dos jorgenses.

Que desenvolvimento turístico podemos ter em São Jorge, se a sua principal porta de entrada e saída, o seu aeroporto é apenas, e só apenas o mais penalizado desta Região?

Só que este Plano continua pura e simplesmente de forma acintosa, a ignorar a necessidade do seu melhoramento.

Assim, não admira que a actual capacidade hoteleira em São Jorge, não atinja ainda à entrada do terceiro milénio as 200 camas. Isto é no mínimo lamentável, mas este Governo, através do seu Plano, mais uma vez faz "orelhas moucas".

No ambiente não resistimos a transcrever parte de uma resposta, a um requerimento, que fizemos sobre a protecção das amêijoas na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e que é a seguinte: "os serviços da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente não possuem pessoal de vigilância em número que lhe permitam colocar um efectivo na área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo".

Ao que chegamos! À dependência de um Governo, que na área do ambiente, é incapaz, incompetente ou então está pouco importado, com o desaparecimento de uma espécie única na Região.

Sim porque a apanha indiscriminada de amêijoas na Lagoa da Caldeira, de dia e noite com garrafas de mergulho, rapinando gradas e miúdas, de qualquer maneira e feitio, "sem rei nem roca", só pode levar à sua extinção a curto prazo.

E este Governo em três anos, não consegue um guarda para aquela Zona Ecológica Especial!

Nem este Plano tem consignado verbas para que no ambiente em São Jorge, seja feito alguma coisa. Os 12 750 contos na Gestão de Áreas Protegidas, 12 460 contos na Gestão de Recursos, e 15 000 contos na Protecção da Orla Costeira, são na realidade pequenas migalhas, que na ilha da Caldeira, das Ribeiras, e talvez da costa mais dificultosa e degradada desta Região, para nada dão. São muito provavelmente apenas para não manterem aquelas acções de "costas brancas".

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento vou dar a palavra à Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Srs. Membros do Governo:

Decorridos os três primeiros anos de governação da responsabilidade do Partido Socialista é já possível proceder, com alguma objectividade, à avaliação das acções desenvolvidas e apreciar as medidas programadas a serem empreendidas até ao final da legislatura.

No domínio da política de "Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social" podemos verificar que, na generalidade, foram respeitadas e levadas por diante as grandes linhas de princípio veiculadas nos compromissos eleitorais, bem como os pressupostos e objectivos constantes no Programa do VII Governo Regional aprovado nesta Assembleia.

Podemos constatar que as medidas que foram inicialmente definidas - consideradas por alguns como utópicas e difíceis de aplicar - tornou-se, na maioria dos casos, realidade no curto espaço de três anos.

De facto, foram concretizadas, com eficiência e na sua grande maioria, as acções programadas no âmbito da política de Solidariedade Social, apesar da turbulência política fomentada e alimentada durante o ano de 1998, bem como os imprevistos graves, ocasionados pela força da natureza, ocorridos desde finais de 1996 e até há poucos meses, que exigiram a exequibilidade imediata e não programada de muitas intervenções de realojamento, reconstrução e de outras acções no restabelecimento da normalidade das vivências das populações nas zonas mais atingidas.

No domínio da política da Solidariedade Social, procurou-se actuar no sentido de aumentar, desenvolver e potenciar a rede regional de serviços e equipamentos sociais de apoio às populações e no incremento de acções conducentes ao desenvolvimento de políticas de intervenção social de promoção e protecção da vida e dos direitos humanos .

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Srs. Membros do Governo:

Responder às necessidades e aspirações do nosso tempo, tem constituído objectivo primordial da política de apoio aos idosos e à sua integração, dentro do possível, na

família e na sua comunidade, pelo que, nestes últimos três anos, foi dado um grande incremento no aumento do número de valências e de capacidade de respostas sociais a esta faixa de população, essencialmente no âmbito de equipamentos sem internamento. Contudo, não se pretende a eliminação de estruturas do tipo "lares", como resposta extrema a idosos abandonados ou aos quais as famílias não tenham capacidade de prestar os cuidados necessários. Pelo contrário tem-se vindo a apoiar a construção de novos equipamentos e a melhorar as estruturas existentes, dotando-as de condições funcionais, conforto e bem-estar dos cidadãos seus utentes.

No correcto dizer da escritora Hannah Arend, "para analisar o presente é essencial conhecer os factos do passado". Assim, no que se refere às políticas sociais destinadas aos idosos, aumentou-se para 67 o número de centros de convívio em relação aos existentes em 1996, ultrapassando o dobro da sua capacidade de resposta. Em 1996, existiam na Região 33 serviços de apoio domiciliário abrangendo 1542 utentes, existindo neste momento, 35 serviços com capacidade de prestar apoio a 1993 utentes, o que corresponde a um acréscimo de resposta na ordem dos 29%. No mesmo período foi aumentado de 7 para 9 o número de centros de dia, permitindo apoiar um maior número de idosos. Também foi possível aumentar para 70 o número de camas em lares e recolhimentos.

Assim, verificamos que, entre 1996 e 1999, o número global de serviços e equipamentos de apoio a idosos passou de 101 para 173, registando um aumento de 71% e conseqüentemente uma maior taxa de capacidade de cobertura, respectivamente de 4019 para 5649.

Em igual período, passou ainda a ser concedido pelos serviços de acção social um apoio complementar na aquisição de medicação para idosos, de modo a que estes usufruam de um rendimento líquido mensal não inferior ao valor da pensão social.

Ainda, ao nível do apoio aos idosos, é de salientar que a Região viu aprovados mais dois programas no âmbito do PAII, Programa de Apoio a Idosos, um dos quais irá permitir a melhoria do apoio domiciliário no Concelho de Ponta Delgada e o outro a implementação de serviço integrado de apoio a idosos em quatro freguesias rurais da ilha Terceira (Altares, Raminho, Serreta e Doze Ribeiras).

Só do orçamento da Região, e apenas ao nível do apoio a serviços e equipamentos destinados a idosos, foram investidos, durante o ano de 1998, em diversas ilhas, 335 000 contos, mais 55 000 contos do que o anterior governo aplicou em todos os sectores da Segurança Social no ano de 1996.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Srs. Membros do Governo:

No que se refere às políticas sociais direccionadas à Infância e Juventude aumentou-se em 19 o número de creches e jardins de infância ou seja mais 36% em relação aos existentes em 1996, ampliando em 348 a sua capacidade de lotação. Em 1996, existiam na Região 28 ATL's abrangendo 1155 crianças em actividades ocupacionais de tempos livres, mas foram criadas nos últimos três anos, mais 32 ATL's, 25 dos quais funcionando no âmbito dos Projectos de Luta Contra a Pobreza, apoiando assim cerca de 3000 crianças, o que corresponde a um acréscimo de 160% entre 1997 e 1999. Em igual período, foi possível criar 3 centros de acolhimento temporário (Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Graciosa), integrando respostas ao nível das Unidades de Emergência, bem como, no âmbito dos equipamentos de jovens privados de meio familiar normal reconverter grandes estruturas em unidades residenciais de tipo familiar.

Foi criada na Ilha Terceira a primeira rede integrada de apoio ao transporte de deficientes.

Assim, constatamos que entre 1996 e 1999, o número global de serviços e equipamentos de apoio a crianças e jovens passou de 89 para 151, o que corresponde a um aumento de 70%, passando de uma lotação de 4056 para 6194 utentes, ou seja um acréscimo na capacidade de resposta na ordem dos 63%.

Entre 1997 e 1999, só no âmbito da Infância e Juventude ao nível do apoio a serviços e equipamentos, foram investidos 714000 contos, mais do que foi aplicado em todos os sectores da Segurança Social, no período de 1995 e 1996.

No âmbito de todo o Programa de Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social e só para o ano de 2000, encontra-se previsto um investimento global, do orçamento da Região, na ordem dos 847 500 contos, dos quais 407 670 serão dirigidos a idosos e 439 830 a crianças e jovens, no apoio a acções de reconstrução, construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos sociais.

Se compararmos com o que foi investido nos anos de 1995 e 1996, verificamos que o valor previsto para investir durante o ano de 2000 no âmbito da Solidariedade Social quase que triplica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Srs. Membros do Governo:

Um dos problemas mais sérios que afectam o desenvolvimento humano neste final de milénio, é a persistência de fenómenos de pobreza que atingem significativamente segmentos da população mundial, da qual a nossa Região não está imune. Pelo contrário, nela existem bolsas de carência que exigem uma resposta global, uma resposta que permita assegurar a todos os membros da comunidade o direito a um mínimo de recursos, o direito a um suporte efectivo no processo individual de construção e reconstrução do seu espaço social e humano.

Penso que a criação do Rendimento Mínimo Garantido teve esse sentido e a sua implementação em todo o território nacional possui esta ambição. O acesso a um mínimo de recursos para todos constitui, para nós, a consagração de um direito de cidadania. Até Setembro passado, cerca de 11% da população açoriana vivia com este apoio. Deste universo cerca de 7000 pessoas frequentavam a escolaridade, 10.000 foram objecto de acções no âmbito da saúde e 692 foram colocadas no mercado de trabalho.

Porém não deixa de ser necessário prosseguir-se na utilização de outros instrumentos de acção solidária que possam diminuir as situações de carência ou ajudarem a inverter as dinâmicas de exclusão social existentes.

É nesta lógica que se tem vindo a dinamizar a inserção dos Projectos de Luta Contra a Pobreza. De apenas três projectos existentes na Região em 1997, passou-se, em 1999, à execução de 19, em seis das nove ilhas, abrangendo cerca de 12 000 pessoas. Estes Programas envolveram um financiamento, em 1998, de cerca de 600 mil contos.

A intervenção destes Projectos incide essencialmente em quatro grandes vertentes:

- **Emergência Crianças em Risco**, dirigido a crianças dos 0-18 anos, e respectivas famílias, em iniciativas de educação, ocupação de tempos livres, saúde e aquisição de pré-requisitos escolares;

- **Programas de Inserção Social de Grupos de Elevado Risco d e Exclusão Social**, dirigido essencialmente a cidadãos repatriados, jovens de rua e toxicodependentes;
- **Redes de Suporte Social**, destinado prioritariamente a deficientes e a pessoas vítimas de catástrofe;
- **Centros de Economia Solidária**, tendo como destinatários beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, jovens e mulheres à procura do 1.º emprego e desempregados de longa duração.

Procura-se assim aplicar em simultâneo vários instrumentos de intervenção social na procura de respostas e **preventivas** no processo de integração social e económica, sobretudo dos que vivem afastados dos frutos do progresso e do desenvolvimento, com o objectivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais humanizada e solidária, que promova a cidadania de todos os que a constituem. Face à evidência indesmentível das realidades expostas poder-se-à predizer que a acção deste Governo para o ano 2000 será de continuidade no caminho do progresso da nossa terra, para o qual torna-se necessário a aprovação do Plano e Orçamento agora em debate, porque são instrumentos de suporte essenciais na consolidação do trabalho desenvolvido e a ampliar, para fazer frente, de forma continua e eficaz, à evolução das necessidades sociais que se vão produzindo na promoção e desenvolvimento do homem e na sua permanente integração na comunidade.

Disse.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A área do desenvolvimento de solidariedade social, não é das áreas deste Governo que o PSD discorde e por uma simples razão, ou seja, este Governo e bem, ao

contrário de outras áreas em que mudou por mudar, tem continuado a linha estratégica que vinha sendo seguida nos últimos anos.

A própria classificação do programa, o próprio desdobramento dos projectos deste programa, são exactamente iguais àqueles que eram dos governos da responsabilidade do PSD.

Registo, porque é justo, que na continuação dessas opções estratégicas que não viram necessidade de alterar, tiveram resultados positivos neste ano que passou e esperamos que consigam cumprir e executar aquilo que prevêem.

No entanto, era hábito, era até uma exigência dos próprios deputados do Partido Socialista quando estávamos sentados naquela bancada, pedir mais informações ao Governo de então sobre o montante de investimentos na área da Segurança Social.

Se eu não estou enganado, estas verbas que estão previstas neste plano, financiadas e suportadas pelo orçamento regional, deverão corresponder a um terço da verba global de investimento na área da Segurança Social.

Eu julgo que era importante, apesar da fonte de financiamento ser o orçamento da Segurança Social, mas não deixa de ser gerido, aplicado e decidido por órgãos de Governo próprio ficando na Região, esta Assembleia ter essa informação.

Um das áreas que os senhores quando estavam na oposição criticavam — das poucas, porque a área da segurança social não era muito criticada pelos senhores e há aqui um certo reconhecimento de que a opção anterior estava correcta — era o apoio às casas do povo, a sua construção e remodelação. Chegaram até, de uma forma um pouco deselegante, em documentos que penso que eram eleitorais, se não do próprio programa do governo, a considerar a as casas do povo como botequins responsáveis pela proliferação do alcoolismo.

Se a Sra. Deputada puder informar, ou um dos Srs. Membros do Governo, gostaria de saber se, nessas verbas que não estão aqui, mas que são verbas do orçamento da segurança social, estão previstos investimentos de continuação, remodelação ou construção de edificios para as casas do povo.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve explicação.

Efectivamente, era costume distribuir-se aqui o orçamento da segurança social. Este ano, por razão conjunturais que têm a ver com o facto de em Lisboa ainda não ter sido apresentado o Programa do Governo, tal não é possível.

Contrariamente àquilo que diz nos três orçamentos anteriores, encontro-me impossibilitado de o fazer por razões que os senhores certamente compreenderão.

De qualquer forma, aquilo que nós esperamos é que o nível de investimento se mantenha semelhante ao do ano passado. Tudo indica que assim será. Nós apenas teremos a certeza disso uma vez aprovado o Orçamento de Estado.

As nossas expectativas são a manutenção do mesmo nível de investimento.

Quanto à segunda questão que colocou, a maioria das obras que estão em execução, vão-se manter e estamos numa fase de obras de continuação.

Há apenas o início de uma nova obra, ou seja, a Casa do Povo da Fajã Grande, na Ilha das Flores, que arrancará a breve trecho. As outras estão em conclusão.

Uma boa parte do orçamento, diria mesmo mais de metade do orçamento da segurança social para investimento este ano, será consumido pelos centros de cuidados geriátricos. As grandes obras serão estas e vão absorver mais de metade do total do investimento.

O resto será distribuído por um conjunto de cerca de 80 pequenas obras que, aliás, são as mesmas que constam da lista que vos distribuí no ano anterior e é fácil de ver o acompanhamento e o desenvolvimento delas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier para uma intervenção.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Assembleia vai analisar, discutir e votar a Proposta de Plano e Orçamento para o ano 2000. Pela análise comparativa com as outras políticas sectoriais, podemos verificar como é reduzida a importância que é atribuída ao Ambiente. A valorização e

o enquadramento que lhe são dados não traduzem a real dimensão que, por justiça deveria ser dada no plano político.

Os problemas que, hoje, afectam o Ambiente obrigam a humanidade a unir-se e a conjugar esforços na busca das melhores soluções.

Mas os nacionalismos, os interesses económicos, as barreiras culturais e a própria organização socio-política têm dificultado o sucesso das políticas ambientais.

Embora seja notório o rápido avanço da União Europeia, no domínio legislativo, no entanto, os países membros que, individualmente a constituem, pelo contrário, não a têm acompanhado com a mesma velocidade.

Portugal é um bom exemplo! E a Região, por arrastamento, evidencia ainda mais a demora por via da lenta adaptação e regulamentação dos diplomas.

A maioria dos partidos e dos governos continua a não traduzir, na prática, a importância do Ambiente. Os programas, os planos e os balanços dos governos e dos partidos continuam a perspectivá-lo de forma demasiado sectorial, organicamente desenquadrado e, quase sempre, secundarizado.

A actual governação dos Açores não fugiu à regra.

Tem justificado acolhimento a afirmação de uma associação de defesa do ambiente (ADA) de que este Governo, "foi um Governo de oportunidades perdidas".

Entre o eleitoralismo da campanha e o realismo da governação, fica a evidência e o amargo do incumprimento.

A análise da política ambiental proposta no Plano e Orçamento para o ano 2000 não pode ser dissociada dos três anos de governação já decorridos, pelo que, qualquer reflexão nesta matéria, implica necessariamente um balanço conjunto.

Não obstante, o documento, em análise, no desenvolvimento dos objectivos sectoriais, dedicar alguma reflexão às questões ambientais, não deixa de ser curioso o facto de, no capítulo que diagnostica a "Situação Regional" não existir qualquer análise de cariz ambiental. Mesmo ao nível das políticas sectoriais vizinhas, não se observa uma evidente programação ambiental abrangente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É grande a responsabilidade dos Açores para com a ÁGUA. Não só porque é enorme o mar que nos rodeia, mas também porque é preciosa a água doce que as ilhas açorianas suportam, no contexto das regiões insulares atlânticas.

Muito estranha foi a importância que este Governo atribuiu aos problemas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades, para já não falar das restantes lagoas dos Açores. A eutrofização, fenómeno que, no dizer do então candidato do PS, Carlos César, em 1996 "teria grande prioridade para o seu futuro governo". Apenas um exemplo:

O sistema de arejamento da Lagoa da Furnas esteve dois anos inactivo e se o Sr. Presidente da República não visitasse os Açores, possivelmente continuaria inactivo.

Um Plano de Acção para o Controlo da Eutrofização das Lagoas das Furnas e Sete Cidades que, embora tardio e sem razões que o justificassem, nasceu à pressa, por altura da intervenção do Sr. Provedor de Justiça, do protesto público do SOS-Lagoas e da visita do Sr. Presidente da República, e que mereceram, desde logo, fortes críticas das ADAs. Não há dúvida que a SRAPA passou por um profundo processo de descreditação política nesta matéria. De igual modo, a legislação proposta, neste sector, pelo Governo, falhou completamente. A Proposta de Plano e Orçamento para o ano 2000 nada de novo traz, e prenuncia o mesmo insucesso.

No que respeita aos resíduos sólidos, consideramos que não há uma política promotora de sucesso. Foi evidente a enorme dificuldade que o Governo manifestou em produzir o PERSU-A que, desde logo, mereceu profundas críticas, não só pelas falhas que evidencia, mas também porque consta que foi enviado para Bruxelas sem ter sido posto à discussão pública. Fiquei hoje a saber que, afinal, ainda continua a ser um Plano provisório, desagradável, se Bruxelas souber.

E que política temos para os resíduos industriais e hospitalares?

E para quando a aplicação do diploma regional da valorização das embalagens e dos resíduos das embalagens?

Alguém sabe qual é a política deste Governo para a conservação e promoção do património geológico das nove ilhas?

E mais se agrava a situação se tivermos em linha de conta o passo-de-caracol a que está votado, na Região, o Plano Regional do Ornamento do Território (PROTA)!

No domínio das áreas protegidas é de realçar que, a nível nacional, a Rede Natura 2000 parece não conseguir descolar para as fases seguintes e que, ainda, se assiste à discussão pública da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade a nível do território continental e que, estranhamente, não decorre nos Açores, quando o documento é de abrangência nacional!

É caso para dizer que estamos perante um estranho cooperativismo entre o Governo da República e o da Região Autónoma dos Açores.

Para além desta situação, acresce ainda o facto de continuar na gaveta do Governo os diplomas regionais relativos à Rede Regional das Áreas Protegidas e Reserva Ecológica Regional.

De facto, a produção legislativa do Governo, não só neste sector, como noutros do foro ambiental, reduziu-se apenas ao mal sucedido pacote legislativo de 5 de Junho/98 - orgulho deste Governo - mas que, infelizmente, falhou, pelas razões que todos conhecemos.

O MAR! Como é extenso e rico o mar que nos rodeia para tão pequena política que lhe é destinada. De facto, restringe-se, basicamente, a uma abordagem económica, minimizando a importância da vertente ambiental.

Outro sector de importância e preocupação crescentes nas sociedades modernas, refere-se ao controlo do uso das substâncias químicas, particularmente, dos pesticidas, e do conseqüente nível residual nas frutas e legumes. É preciso adoptar uma política mais agressiva nesta matéria.

No que respeita à Educação Ambiental, nada de excepcional se propõe. Para além do que se tem feito ter sido da cariz avulso, inconsequente e desprovido de uma actuação política global, é preciso não esquecer que se a Educação Ambiental não for acompanhada da execução inter-sectorial de medidas práticas e estratégicas, os efeitos positivos são manifesta e seguramente reduzidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a solução dos problemas ambientais, é indispensável o consenso e o contributo de todos. Trata-se de questões que estão a pôr em causa o equilíbrio do ambiente e até a própria VIDA.

Temos que aprender, também, aqui neste Parlamento e em qualquer circunstância de domínio político-partidário, a conjugar os nossos esforços, mas também temos o dever de sermos realistas, pela análise crítica e pela dúvida, para com o trabalho que aqui se faz. Por isso, se impõe perguntar:

Que resposta tem o Plano/2000 para todas as questões aqui levantadas?

- O que ele tem, situa-se entre o pouco e o quase nada!

Disse.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Xavier:

Não lhe vou responder ponto por ponto a algumas das questões. Aliás, umas já foram abordadas em respostas anteriores e outras na minha própria intervenção.

Porém, há um ponto final que nem na minha intervenção, nem nas questões posteriores, eu abordei, ou seja, a questão da educação ambiental que foi abordada mas não de uma forma exaustiva.

A forma como classificou é incorrecta e refiro-me à sua acusação de falta de estratégia na educação ambiental.

Recordo-lhe que se realizou o "I Encontro Regional da Educação Ambiental na Região", já quando ia muito avançado ao nível do Continente. Este ano realizou-se o "II Encontro Regional de Educação Ambiental" e, por outro lado, o "Encontro Nacional de Educação Ambiental".

Simultaneamente, ao longo do ano, temos disponibilizado às escolas, instrumentos entre os quais um bastante útil, julgo eu, ou seja, a Revista Ecológica e, por outro lado, temos disponibilizado e trazido iniciativas para a Região que não existiam, nomeadamente aquelas que são promovidas pela Organização Bandeira Azul.

Refiro-me concretamente aos Clubes de Ambiente e aos eco-repórteres.

É evidente que este é um trabalho longo e que dificilmente se vêem resultados, mas penso que aí nós estamos a apostar e, felizmente, com a grande colaboração e com o grande entusiasmo dos professores e das organizações ambientais nesse projecto.

Espero que venha a ter continuidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Naturalmente que alguma coisa se tem feito em termos de educação ambiental, mas a questão que se levanta aqui é saber se ela corresponde a um projecto integrado de formação na Região, nomeadamente não só ao nível das crianças, mas tendo em conta que as pessoas adultas não estão devidamente informadas.

Outra questão que é extremamente importante tem a ver com a formação dos professores.

A parte da formação dos professores, ao nível da Universidade, tem que ser muito efectiva nesta área. Há que introduzir a ética ambiental no ensino e o Governo tem uma palavra a dizer, uma vez que tem responsabilidade do ambiente nos Açores.

Em termos de encontros regionais, embora seja o I Encontro Regional, para mim não tem mais valor um encontro regional do que um encontro de ilha. O que é mais importante é a sequência que se dá a isto.

Os encontros de educação ambiental começaram na Região em 1992. Ao longo dos anos foram feitos e é a própria Sra. Directora Regional que na revista Ecológico faz referência a isto.

O que interessa aqui é dar sequência à educação ambiental. Isto é que é importante.

Quanto às outras actividades no domínio da educação ambiental é uma Associação de Defesa do Ambiente nos Açores que cria um grupo de trabalho para trabalhar nessa questão, muito aborrecida com o Governo porque não tinha dado resposta cabal nesta área, e acusou o próprio Governo, de que simplesmente limitava-se a fazer política avulsa nesta matéria.

Ela fazia referência onde estão os professores destacados para as associações não governamentais, por exemplo, as ECOTECAS, têm ido a passo de caracol, etc., etc..

Nesta matéria de educação ambiental há um elemento que é extremamente importante que tem o nome de Conselho de Concertação Ambiental, que parece que não é capaz de desembocar em bom porto.

O Sr. Secretário numa determinada entrevista falou numa organização que teria corresponsabilidade ou contacto com as autarquias. Isto foi dito numa entrevista realizada em Setembro de 1997. Essa organização nunca chegou a aparecer.

Estes pontos-chave na sociedade são extremamente importantes para dar uma sequência lógica e positiva à educação ambiental. Se não houver essa estratégia conjunta de ataque em várias frentes, se não for acompanhada das outras políticas sectoriais ao nível dos resíduos sólidos e ao nível de outros sectores, a educação ambiental acaba por ser inconsequente.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Xavier:

Somente para completar a minha intervenção de há pouco.

Gostaria de dizer que na área do apoio às escolas, temos, neste momento, em termos da própria Direcção Regional, com a colaboração da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, vindo a requisitar professores para essas funções.

A outra questão que o Sr. Deputado levantou é completamente diferente, ou seja, o sistema de requisição das próprias escolas para as organizações ambientalistas.

Finalmente, queria aproveitar esta ocasião para responder a uma questão que foi colocada, uma vez que já tenho informação em meu poder, que tem a ver com a pergunta do Sr. Deputado Paulo Valadão sobre a redução de 2 milhões de ecus no POSEIMA.

A informação complementar é de que houve uma proposta nesse sentido na Comissão do Orçamento, no Parlamento Europeu, o Deputado Paulo Casaca pediu

imediatamente explicações não só ao Presidente da Comissão de Interserviços, como apresentou imediato essa redução.

A explicação que lhe foi dada foi a seguinte:

"No seguimento da avaliação da execução dos apoios ao sector hortícola e frutícola na Madeira, e devido a uma baixa execução — é preciso não esquecer que o POSEIMA é um programa para a Madeira e para os Açores — levou a comissão a rever em baixa as dotações para esta rubrica."

Foi esta a explicação dada pela Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Santos.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Encontram-se hoje em análise e discussão, nesta Assembleia, o Plano e Orçamento para o ano 2000, o último dos quatro apresentados pelo VII Governo Regional dos Açores, nesta legislatura, instrumento fundamental na persecução da tarefa de promover o desenvolvimento harmonioso da região e o bem estar da sua população.

À semelhança do que se passou com os planos de 97, 98 e 99, também neste se percebe claramente que uma das preocupações deste Governo do Partido Socialista, e no que à Juventude, Emprego e Formação Profissional diz respeito, é desenvolver uma política articulada e pertinente, baseada numa aposta forte na qualificação e formação global de todos os cidadãos, instrumento estratégico de desenvolvimento harmonioso que decorre de uma visão global da economia e da sociedade açoriana.

A sociedade exige o desenvolvimento e capacidades e competências que permitam, ao longo do vida, responder a às suas transformações e garantir a realização pessoal e profissional dos cidadãos.

As áreas a que acima me referi, vêm contemplados, no Programa 20, que dispõe de uma dotação global de 575.000 contos, e que se encontra dividido em dois projectos, a saber:

20.1 - Juventude e o 20.2 - emprego e Formação Profissional, com dotações de 289.000 e 286.000 contos, respectivamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A formação profissional é uma das vertentes de valorização pessoal mais importantes da actualidade. Toda a sociedade moderna e desenvolvida, necessita de indivíduos qualificados, prontos a entrarem para o mercado de trabalho, engrossando assim a população activa. O Capital Humano, aliás, constitui o maior recurso das sociedades modernas.

Deve ser garantido aos jovens, uma orientação profissional adequada, que lhes permita, nas alturas de opção, construir o seu projecto pessoal, com base numa informação personalizada, de forma a poder contribuir para a sua realização, não descorando evidentemente o aspecto útil, criando assim uma sociedade mais humanizada.

Nesta medida, este Governo do Partido Socialista repensando as apostas que vinham sendo feitas nesta área, assumiu uma clara mudança de atitude, implementado gradualmente um plano estratégico de acção com uma visão global do mercado de trabalho. Um plano assente numa auscultação de todos os sectores da economia regional, aproveitando assim as sinergias resultantes e criando ao mesmo tempo um clima de responsabilização generalizada de toda a sociedade.

O Governo não só tem apostado na abertura de perspectivas profissionais e de vida para os jovens, diminuindo o insucesso escolar, através de uma forte implementação de estratégias de qualificação alternativas ao ensino regular, como tem provocado a inversão do estado de não qualificação dos Recursos Humanos

Esta inversão acenta no desenvolvimento uma forte política de qualificação profissional adequada, estruturante, individualmente de um projecto de vida e colectivamente de um projecto de sociedade, garantindo financiamento às acções de formação profissional, assim como criando uma cobertura sectorial e geográfico de resposta formativa, visando os sectores mais carenciados em qualificação e abrangendo todas as ilhas dos Açores.

Exemplos do sucesso das políticas assumidas por este Governo do Partido Socialista nesta área são a aprovação de acções de formação ao ritmo de mais de 3 milhões de contos por ano, a prioridade no financiamento para o ensino técnico e profissional,

onde se passou de 300.000 contos em 96 para 1.500.000 em 1999, ou seja, mais 400%, a criação do certificado de Formadores, o Plano de estágios com os Programa Estagiar que aproximaram do mundo do trabalho aproximadamente 300 jovens, o aumento do número de escolas profissionais que em 3 anos passou de 5 para 12, o número de formados que aumentou 700% atingindo os 3.500 formados em Escolas Profissionais e nas escolas do ensino regular com a implementação do PROFIJ - Programa Formativo de Inserção de Jovens — com o qual as escolas se abriram ao mundo do trabalho tornando o futuro dos jovens menos angustiante e o das empresas mais sólido.

Para o ano 2000, este Governo, dá mostras que pretende continuar a reforçar o seu empenhamento e investimento nesta área, dotando as acções apresentadas com verbas bastante significativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A falta de emprego atenta contra a dignidade de qualquer pessoa, é um problema que cabe aos Governos em primeira instância resolver, combatendo de frente e com grande coragem, uma guerra que faz parte das suas obrigações no âmbito do seu papel de regulação e garantia dos direitos.

A diminuição do desemprego está em muito dependente da vitalidade da economia regional. As soluções a aplicar têm de passar por medidas estimulantes que levem ao desenvolvimento global e sustentado.

Depois de no passado, as políticas nesta área se terem revelado inconsequentes e a situação do desemprego não ter melhorado, apesar de se ter aumentado a despesa pública, e de se terem aplicados diversos programas de criação de emprego, este Governo, utilizando novos interesses, aplicando outro critério e delineando estratégias mais eficazes, apostando sempre em políticas sectoriais fortes, demonstrou a capacidade de intervir energicamente no terreno, abstraindo-se do conceito de políticas de gabinetes, criando condições que permitiram um avanço expressivo, progressivo e gerador de um clima de confiança fruto dos agentes económicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Podemos afirmar, sem qualquer margem para dúvidas, que a acção deste Governo do Partido Socialista se tem caracterizado por um aumento do emprego, em quantidade e em qualidade, a par do desenvolvimento de uma forte política articulada de combate ao desemprego, que se manifesta através de leque de medidas e programas de natureza e de alcance temporal e social complementares e uma filosofia de acção acente numa abordagem evolutiva e com efeitos a curto, médio e longo prazo.

Esta panóplia de medidas aglutinadas no plano regional de emprego, começou já a ter efeitos e a dar os seus frutos.

O número de empregados nos Açores passou de 89.184, no terceiro trimestre de 1996, para 96.129, no segundo trimestre de 1999, o que representa a criação efectiva de mais de 6.900 postos de trabalho.

Estes resultados são tanto mais positivos por quanto o número de mulheres desempregadas baixou 36,4% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano.

Para esses resultados contribuíram o programa de substituição de grávidas por desempregadas, o financiamento do maior número de acções de formação para mulheres, e ainda o acréscimo ao prémio de emprego à contratação para desempregados de longa duração (INTEGRA), a integração de ocupados no Programa PROSA, os apoios às IPPS e outras entidades privadas, bem como todas as medidas no âmbito do Mercado Social de Emprego.

Mais 1000 desempregados ocupados em programas ocupacionais viram a sua situação regularizada e no programa PROSA mais de 400 repatriados, portadores de deficiência e ex-reclusos encontraram uma ocupação social útil.

São de registar o lançamento ou reforço de medidas de reabilitação profissional de portadores de deficiência, apoio à instalação de deficientes por conta própria e o apoio para a adequação de postos de trabalho.

Este Governo demonstra, quer pelos resultados apresentados, fruto do trabalho feito até hoje, quer pelas propostas apresentadas para o ano 2000, capacidade de conciliar a competitividade do tecido empresarial açoriano, com a melhoria da qualidade do emprego e com a inserção profissional, indicadores claros de uma forte política de valorização das pessoas, do reconhecimento que o desenvolvimento da região se faz

através de uma valorização profissional dos açorianos e que o sucesso da vida se faz em grande parte por uma situação profissional estabilizada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este Governo do Partido Socialista, para além de tudo o que até agora foi referido e que tem influência directa na vida dos nossos jovens, desde logo, porque são estes os mais atingidos pelo problema do desemprego, tem fomentada uma maior articulação e transparência nas políticas de Juventude.

Tem-se apostado no desenvolvimento de uma política de implicação efectiva dos jovens nas questões da sociedade, de ocupação de tempos livres com utilidade social, assim como na criação de condições que levam ao desenvolvimento dos jovens na vida social e económica, através do fomento de estilos de vida saudáveis, de aprendizagem cívica, de desenvolvimento da auto-estima, canalização do espírito criativo e empreendedor da juventude, de concepção e de condução de projectos juvenis inovadores e ousados.

A aposta tem ido também para o desenvolvimento e manutenção de uma rede regional de informação juvenil, imprescindível a um reequilíbrio social das oportunidades educativas, formativas e de lazer.

As medidas de qualificação para o emprego, que são eminentemente políticas de Juventude, foram completadas por políticas específicas dirigidas aos jovens. Nos últimos 2 anos mais de 4300 jovens açorianos foram quer para a Europa, quer para o Continente Português, ou viajaram no interior do arquipélago, fruto de programas de intercâmbios profissionais ou de viagens de estudo, em programas como o Infante D. Henrique, Leonardo da Vinci, Eurodisseia ou o Descubre os Açores.

Merecedor de referência é ainda a aprendizagem cívica de mais de 15.000 jovens que participam em 34 Associações Juvenis, fruto da parceria entre estas actividades e o Governo, ou em actividades de ocupação de tempos livres de solidariedade social que nos últimos 2 anos implicaram mais de 7000 jovens.

Sem dúvida que este Governo do Partido Socialista, com tudo o que já foi referido e ainda com o lançamento da rede Regional de Informação Juvenil e os Centros de

Informação Juvenil, aposta na informação e no acompanhamento como arma fundamental para a construção do projecto de vida de cada jovem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A aposta do Partido Socialista na qualificação da juventude, para que os jovens desempenhem um papel fulcral nos Açores de amanhã, é um elemento fundamental na passagem de uma política de subsídios avulso para uma política que aposta em soluções de fundo, com uma verdadeira política de juventude, caminha-se no sentido de aliviar angústias legítimas, dos açorianos em geral, dos jovens e dos seus pais, em particular, quanto ao futuro.

Decididamente, este Governo do Partido Socialista aposta no investimento nas pessoas, mulheres e homens que fazem os Açores como sendo o projecto estruturante do desenvolvimento sustentado desta Região

Assim tem sido, assim deve continuar a ser.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, vou passar a anunciar os tempos ainda disponíveis:

PSD - 2 horas e 4 minutos

PS - 2 horas e 11 minutos

PP - 1 hora e 1 minuto

PCP - 37 minutos

Governo - 2 horas e 39 minutos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Reiniciaremos amanhã às 10.00 horas.

Boa noite.

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Augusto António Rua Elavai

José Élio Valadão Ventura

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

José Humberto de Medeiros Chaves

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da Silva Melo

Partido Popular (PP)

Nuno Barata Almeida e Sousa

A Redactora Principal: Maria da Conceição Fraga Branco